



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO EXPRESSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

ELIAS DOS SANTOS

CONSTRUINDO A POLARIZAÇÃO:
Os sentidos sobre o Bolsonarismo e o Lulopetismo
nos editoriais de *O Estado de São Paulo*

Florianópolis
2023

Elias dos Santos

CONSTRUINDO A POLARIZAÇÃO:
Os sentidos sobre o Bolsonarismo e o Lulopetismo
nos editoriais de *O Estado de São Paulo*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Jornalismo, na Linha de Pesquisa Cultura e Sociedade, da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do título de mestre em Jornalismo.

Orientadora: Profa. Dra. Daiane Bertasso Ribeiro

Florianópolis
2023

Dos Santos, Elias
CONSTRUINDO A POLARIZAÇÃO: Os sentidos sobre o
Bolsonarismo e o Lulopetismo nos editoriais de O Estado de
São Paulo / Elias Dos Santos ; orientadora, Daiane
Bertasso Ribeiro, 2023.
155 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de
Pós-Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Jornalismo. 2. Jornalismo. 3. Política. 4.
Polarização . 5. Bolsonaroismo. I. Ribeiro, Daiane
Bertasso. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. III. Título.

Elias dos Santos

CONSTRUINDO A POLARIZAÇÃO:
Os sentidos sobre o Bolsonarismo e o Lulopetismo
nos editoriais de *O Estado de São Paulo*

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 14 de dezembro de 2023, pela banca examinadora composta pelas seguintes membras:

Profa. Thais Helena Furtado
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Profa. Terezinha Silva
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Jornalismo pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPGJOR).

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Orientadora - Profa. Daiane Bertasso Ribeiro

Florianópolis,

2023

Obrigados implícitos

Numa noite de janeiro de 2020, estava com duas amigas em um evento dionisíaco, estritamente do ponto de vista ético do termo. Brigava constantemente com uma delas, que decidiu deixar de orientar pesquisas, e isso significava que eu não poderia seguir os passos que comecei no TCC ao lado dela. Logo ela, que me introduziu à paixão pela Análise do Discurso, decidindo sair de campo. Inaceitável. Entre vinhos e fofocas ficou decidido que sim, eu tentaria uma seleção de mestrado. Francamente, mesmo bêbado achei que não seria aprovado. Mestrado é coisa pra gente séria, e eu sou cronicamente irreverente.

Com o apoio das duas escrevi o projeto, o submeti e fui aprovado. Sucesso. O mundo é lindo. Só que entre a decisão e o começo desse projeto de estudos um vírus aconteceu. Tanta morte, tanta dor, tanto sofrimento. Preservar a vida nunca foi um desafio tão grande.

Eu nunca tive medo de morrer, o que, muito provavelmente, é idiotice da juventude. Em compensação, não sei quantas noites de sono perdi por medo de que minha mãe e meu pai se tornassem vítimas do vírus. O pavor de perder uma irmã, uma vó, um amigo ou uma tia tomou conta de mim. Então, meu primeiro, e único agradecimento, com o uso desse termo é pela sorte disso não ter acontecido. Eu não existo sem quem me cerca. Amo vocês.

Não sou uma pessoa excepcional, aliás, sou bem mediano, e aceito isso de coração aberto. O detalhe é que sou cercado de pessoas extraordinárias, como a professora que, quando eu estava no começo da faculdade viu em mim o potencial para a pesquisa acadêmica. Ela não viveu para ver minha monografia, e nem para ver essa dissertação, contudo, foi a semente de tudo que veio e virá.

Se tudo parece sério até agora, perdão, mas dentro de mim vive uma reencarnação de um encontro qualquer entre Hebe Soares e Dercy Gonçalves. E é a força da amizade que me define. As de Porto Alegre são família antiga. As de Floripa, o apoio mais necessário que já precisei. Fumar é bom, ter amizades é melhor ainda. Fazer as duas coisas juntas é a catarse que me faz ter qualquer sentido nesse mundo absurdamente fodido, preconceituoso e babaca.

Tudo de que sou capaz começou em uma escola pública e continuou em universidades públicas. Minhas professoras e orientadoras moldaram quem sou, à vocês, devo mais do que poderia escrever, sempre levarei os conselhos, ensinamentos e risadas comigo. Apesar de ser um ateu incurável, nutro uma fé inabalável no poder da educação pública de mudar o mundo.

Por fim, para quem esperava ouvir nomes explicitamente escritos aqui, saibam: a malandragem linguística existe para ser usada. A minha memória é sabidamente péssima, jamais arriscaria esquecer de alguém que me fez chegar até aqui.

*Desde 1500 tem mais invasão do que descobrimento
Tem sangue retinto pisado atrás do herói emoldurado
Mulheres, tamoios, mulatos
Eu quero um país que não está no retrato*

(História pra Ninar Gente Grande, por Deivid Domênico,
Tomaz Miranda, Mama, Marcio Bola, Ronie Oliveira e Danilo
Firmino)

RESUMO

Esta pesquisa parte do seguinte questionamento: Quais sentidos sobre o lulopetismo e o bolsonarismo são construídos pelos editoriais de *O Estado de S. Paulo*? Parte-se do princípio de que a nomeação desses termos pelo jornal causa o sentido principal de polarização. Ao enfatizar isso, estaria o jornal colocando em posição de extremidade duas visões políticas que, talvez, não sejam extremamente opostas? O que este movimento de sentidos fala sobre o próprio veículo? Para analisar esses fatos, utiliza-se a Análise de Discurso de escola francesa, partindo de uma compreensão da história dos agentes, as bases que tornam o jornalismo um ato político e as características próprias do texto editorial. Foram analisados 764 textos editoriais entre os dias 29 de outubro de 2018 e 30 de novembro de 2020, destes 356 constroem sentidos acerca do bolsonarismo e do lulopetismo. Foram encontrados os seguintes núcleos de sentidos (formações discursivas – FDs): Expectativas, Despreparo, Delírios, Má gestão, Antidemocrático, Associação Criminosa, e Polarização. A pesquisa demonstra que a publicação busca criar uma falsa simetria entre os agentes em seus editoriais, revelando a sua própria ideologia ao fazê-lo.

Palavras-chave: Jornalismo. Política. Polarização. Lula. Bolsonaro. Análise do discurso.

ABSTRACT

This research is based on the following question: What meanings about lulopetismo and Bolsonarism are constructed by the editorials of O Estado de S. Paulo? Starting with the assumption that naming by these terms, the newspaper causes the main sense of polarization. By emphasizing this, would the newspaper be placing two political views in an extreme position that, perhaps, are not extremely opposed to each other? What does this says about the vehicle itself? To analyze these facts, the French school Discourse Analysis is adopted, starting from the history of the agents, the bases that make journalism a political act and the specific characteristics to the editorial text. 764 editorial texts were analyzed between October 29, 2018 and November 30, 2020, of which 356 constructed meanings about Bolsonarism and Lulopetismo. The following clusters of meanings (discursive formations – DFs) were found: Expectations, Unpreparedness, Delusions, Bad management, Undemocratic, Criminal Association, and Polarization. The research demonstrates that the publication seeks to create a false symmetry between agents in its editorials, revealing its own ideology in doing so.

Keywords: Journalism. Policy. Polarization. Lulopetismo. Bolsonaro. Speech analysis.

RESUMEN

Esta investigación se basa en la siguiente pregunta: ¿Qué significados sobre el lulopetismo y el bolsonarismo construyen los editoriales de O Estado de S. Paulo? Se supone que la denominación de estos términos por parte del periódico provoca el sentido principal de polarización. ¿Al enfatizar esto, el periódico estaría poniendo en una posición extrema dos visiones políticas que, quizás, no sean extremadamente opuestas? ¿Qué dice este movimiento de los sentidos sobre el propio vehículo? Para analizar estos hechos se recurre al Análisis del Discurso de la escuela francesa, a partir de la comprensión de la historia de los agentes, de las bases que hacen del periodismo un acto político y de las características propias del texto editorial. Se analizaron 764 textos editoriales entre el 29 de octubre de 2018 y el 30 de noviembre de 2020, de los cuales 356 construyen significados acerca del bolsonarismo y el lulopetismo. Se encontraron los siguientes grupos de significados (formaciones discursivas – FD): expectativas, falta de preparación, delirios, mala gestión, antidemocrático, asociación criminal y polarización. La investigación demuestra que la publicación busca crear una falsa simetría entre agentes en sus editoriales, revelando al hacerlo su propia ideología.

Palabras clave: Periodismo. Política. Polarización. Calamar. Bolsonaro. Análisis del discurso.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Proporção de acionamentos nas SD's.....	79
Figura 2 - Composição de sentidos: bolsonarismo.....	80
Figura 3 - Composição de sentidos: lulopetismo.....	81

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Núcleos de Sentidos encontrados (Formações Discursivas – FD’s)	78
Tabela 2 - Resumos dos sentidos (FD’s) encontrados.....	81

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1. <i>O ESTADO DE S. PAULO</i>	17
1.2. LULOPETISMO	20
1.3. BOLSONARISMO.....	22
2. JORNALISMO: UM ATO POLÍTICO	28
2.1. POLÍTICO DESDE O NASCIMENTO	32
2.2. JORNALISMO POR JORNALISMO	37
2.3. UMA ELABORAÇÃO A PARTIR DE ARENDT	40
2.4. TODO PODER EMANA DO POVO.....	46
3. EDITORIAL: A SENTENÇA, PRODUÇÃO E ENUNCIÇÃO.....	52
3.1. DA ELOCUÇÃO NOS EDITORIAIS	58
3.2. DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO	61
3.3. DOS EDITORIAIS.....	64
4. PERCURSO TEÓRICO E METODOLÓGICO.....	67
4.1. A ANÁLISE DO DISCURSO NO JORNALISMO.....	72
5. ANÁLISE DOS SENTIDOS SOBRE O BOLSONARISMO E O LULOPETISMO NOS EDITORIAIS DE <i>O ESTADO E S. PAULO</i>.....	78
5.1. EXPECTATIVAS	83
5.2. DESPREPARO.....	92
5.3. MÁ GESTÃO	101
5.4. DELÍRIOS	107
5.5. ANTIDEMOCRÁTICO	114
5.6. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA	121
5.7. POLARIZAÇÃO: BREVE DISCUSSÃO TEÓRICA	125
5.8. POLARIZAÇÃO COMO UM SENTIDO	130
5.9. A POLARIZAÇÃO DO DISCURSO DE <i>O ESTADO DE S. PAULO</i>	137
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	149
8. ANEXOS	154

1. INTRODUÇÃO

Nós somos o que está em nossa essência, contudo, para o mundo, somos também aquilo que é construído a nosso respeito. Tal processo de construção de sentidos não é um fenômeno que acontece da noite para o dia, e pode, ou não, ser baseado na realidade socialmente estabelecida. Ao descrever o outro, falamos, acima de tudo, sobre nós mesmos. O ato de caracterizar os outros é a forma mais reveladora da moral e valores de cada ser, e até mesmo, da sociedade ou do tempo em que essa construção ocorre.

O trabalho que apresento busca evidenciar as características de uma publicação específica, em um período específico e sobre um tópico igualmente específico. Ao mesmo tempo em que busco fazer isso, revelo a mim mesmo. Portanto, começemos com uma necessária dose de honestidade: a minha posição no trabalho.

Todas as escolhas aqui feitas são conscientes e fruto não somente das discussões que empreendi com colegas, professoras e leituras, mas também por todo meu passado. Sou um homem, negro, gay, interiorano, declaradamente de esquerda e que defende uma sociedade mais justa e equitativa. Enquanto pesquisador, me esforço constantemente para afastar minhas opiniões pessoais dos temas de pesquisa, contudo, a subjetividade é inerente ao ato de investigar em qualquer campo científico, especialmente as ciências sociais aplicadas, como o jornalismo.

O jornalismo, importante frisar, ao qual me refiro neste trabalho não é exclusivamente a área do conhecimento ou as iniciativas alternativas que são parte fundamental da história do campo, e sim daquele que é institucional, tradicional, *mainstream*. A publicação que aqui trabalho, *O Estado de S. Paulo*, é um dos mais estabelecidos veículos de comunicação do Brasil, portanto, não tenho a pretensão neste trabalho de superar discussões que possam ir além desta ponta de *iceberg* que é representada pela imprensa oligárquica.

Vozes e fazeres dissonantes existem e merecem todo o aprofundamento que recebem pelas outras pessoas pesquisadoras da área. Postos os parâmetros iniciais, começemos a navegar pela pesquisa.

Há algumas décadas, as teorias de que o jornalismo poderia ser um retrato fiel da realidade foram superadas no meio acadêmico. Sabemos que o jornalismo não está desconectado da sociedade, pelo contrário, ele está inserido nela e é uma, entre tantas, peças para compreender seu funcionamento (Miguel, 1999). Embora em seu *ethos* haja a pretensão de verdade, objetividade e imparcialidade, essa pretensão pode ser atravessada por um oceano de variáveis, inclusive as mudanças no próprio mercado da notícia (Schudson, 2010).

Assim, ao entrar em contato com o campo da política, o jornalismo passa a ser um dos atores deste campo. Os vazamentos, entrevistas, e até mesmo os embates, são algumas das evidências de que o jornalismo atua, de alguma forma, no campo político.

Olhar para a política brasileira através da lente do jornalismo não é tarefa fácil, contudo, é tarefa necessária para a pesquisa, pois são com as perguntas que formulamos hoje que compreendemos o ontem, e tão somente com essa compreensão podemos vislumbrar o amanhã.

A pesquisa que empreendo daqui para frente corre riscos, um deles, é de ter pouca distância temporal em relação aos seus objetos, portanto, faz-se necessária a expressão de que não se trata de uma pesquisa de cunho político ou histórico. Ela acontece no entremeio dos atores, cenários, e plataformas, há um comportamento, um processo jornalístico, e este, tão somente, é meu interesse de pesquisa.

A pesquisa que aqui apresento está relacionada com um movimento recente de interesse por temas correlatos, num esforço coletivo para que se possa aperfeiçoar os conhecimentos que temos, enquanto sociedade, acerca do mundo social em que vivemos.

Maziero (2020) investigou, através da análise de conteúdo, os enquadramentos de termos como “crime de responsabilidade” e “impeachment” nos editoriais de *O Estado de S. Paulo* relacionados tanto ao processo de golpe de Dilma Rousseff em 2016, quanto aos pedidos de afastamento protocolados contra Jair Bolsonaro. Durante a análise, o pesquisador identificou uma diferença na linha de argumentação em relação aos termos, havendo maior anuência e precaução em relação aos pedidos impetrados contra Jair Bolsonaro.

Já Gonçalves de Oliveira (2020) investigou, a partir dos editoriais de *O Estado e Folha de S. Paulo* as posturas das publicações quanto ao enquadramento das políticas adotadas pelo governo Bolsonaro em relação à pandemia de Covid-19. A pesquisadora aponta uma postura crítica por parte das publicações, fruto das próprias posturas negacionistas do Presidente da República, todavia, de acordo com o levantamento e abordagem da pesquisadora, a crítica encontra um limite ao não apresentarem-se como defensoras de um processo de afastamento, tratando Bolsonaro como um mal a ser relevado.

A forma como a imagem de Lula é construída nas eleições de 1989 a 2006 dentro dos editoriais de *O Estado de S. Paulo* é tema da pesquisa de Nava (2017). A autora vale-se da análise de conteúdo para apontar a forma como a publicação faz uso de seu capital simbólico para sugerir determinada imagem em relação a Lula através dos pleitos. A pesquisa de Nava (2017) é bastante interessante por ter uma visão do jornalismo como agente político que se aproxima daquele que defenderei mais adiante e caracteriza-se como um esforço relevante para a compreensão do campo.

O papel político do jornalismo também é discutido por Tavares (2020). A pesquisa da autora se baseia no jornal *Gazeta do Povo* quando da reestruturação da publicação, que passou a circular somente de forma digital. Tal reestruturação acabou transparecendo as opiniões da publicação de forma explícita sobre temas considerados conflituosos na sociedade brasileira atual. Os achados da pesquisadora são deveras interessantes e nos permitem articular uma maior problematização acerca deste papel político que o jornalismo também cumpre.

Dentro do campo da construção de sentidos acerca de determinada pessoa pública, há de se destacar a pesquisa de Adam e Gadini (2020) que versa sobre a utilização de livros biográficos que servem como produtos editoriais para a construção de imagem de um candidato. A abordagem dos autores remonta ao conceito da jornada do herói e assinala a forma como os biografados são retratados como pessoas predestinadas dentro de sua trajetória política. Tal concepção dialoga, mesmo que indiretamente, com os dois grupos que são aqui retratados, afinal de contas, é através deste tipo de forte liderança, e quiçá, até mesmo idolatria, que os agentes são capazes de criar grupos que atuem em sua defesa e sustentação.

Brittes, Carneiro e Ruggieri (2020) igualmente empreendem um esforço acerca da construção de sentidos dentro de determinado grupo nas eleições de 2018. No caso das autoras, a abordagem foi guiada pelas próprias *fanpages* dos candidatos e se focou na estratégia comunicacional de cada postulante. As autoras defendem que tal estratégia ajuda a atenuar a suposta polarização presente nos pleitos mais recentes, fato que, respeitosa e discordando em vista a concepção de que mero acirramento político não é, necessariamente, polarização.

Borges e Vidigal (2018) buscam compreender a polarização nas eleições de 2002 a 2014, principalmente sob a égide da dicotomia entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) que protagonizaram o segundo turno dos quatro pleitos abrangidos pelo período. Os achados dos autores, que se baseiam nos resultados do Estudo Eleitoral Brasileiro (Eseb) se configuram como um fator de relevância que corrobora com a visão de que a polarização não é tão acentuada quanto se faz perceber no discurso jornalístico corrente, muito menos uma novidade, vide que acirramentos e discordâncias são naturais à vida política.

Machado e Miskolci (2019) estudam a polarização sob a ótica das possíveis influências das redes sociais após as jornadas de junho de 2013, o artigo dos autores é dotado de grande fôlego e maturidade por parte dos pesquisadores. Propondo que as redes sociais digitais criam um reforço de opinião, mais do que influência *per se*. Além disso, como bem frisam os autores, as questões relativas à polarização e até mesmo de bolhas não surgem com a popularização de

sites de redes sociais, apenas ganham uma nova roupagem, esta, indiscutivelmente, digna de reflexão acadêmica.

As abordagens acadêmicas em relação ao bolsonarismo se tornaram mais correntes nos últimos anos, seja pelo fator novidade, por sua unicidade ou a vitória nas eleições de 2018. A onda conservadora, baseada no capital político dos fiéis neopentecostais, e a forma como esse fator foi decisivo na eleição de 2018 é tema da pesquisa de Almeida (2019). Já a normalização da agenda anti-gênero nos dez anos que antecederam o pleito em que Bolsonaro saiu vitorioso foi abordado habilmente por Guazina *et al.* (2021). As pesquisadoras apontam um processo de normalização dos comportamentos machistas de Bolsonaro por parte da imprensa hegemônica brasileira.

Reis (2020) oferece uma visão ampla do bolsonarismo enquanto um fenômeno social bem como busca caracterizar as posturas autoritárias do grupo, tal trabalho será oportunamente melhor explanado mais adiante, todavia, não poderia ser deixado de lado neste levantamento.

Quando mudamos o rumo da mirada, os trabalhos recentes sobre o lulopetismo não se mostram tão diversificados ou numerosos. Contudo, contribuições como a de Narvaes (2020) são interessantes. A autora parte de dados do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) para analisar como o encarceramento em massa se torna uma pedra no sapato da narrativa lulopetista. A reflexão é importantíssima, uma vez que, em minha opinião, talvez o encarceramento em massa da população negra brasileira seja uma das poucas coisas que efetivamente aproximam Bolsonaro de Lula, e de FHC, e de Médici.

Por fim, as comparações entre o lulopetismo e o bolsonarismo também foram tema de apreciação por parte de Rebouças *et al.* (2022). Nele, as pesquisadoras se focaram no tópico do populismo enquanto característica negativa dos textos editoriais de *O Estado e Folha de S. Paulo*. Os resultados da pesquisa demonstram uma maior propensão do *Estado* a utilizar o populismo em suas abordagens, e em maior grau atribuindo a característica a Lula.

Como busquei demonstrar através de alguns trabalhos, a pesquisa em torno dos temas que me são centrais neste trabalho é ampla e paulatinamente vem sendo popularizada, todavia, ainda há alguns vácuos que podem ser preenchidos, aos quais me dedico, num esforço que só pode ser coletivo.

Como problema de pesquisa, adoto a seguinte questão: **Como é caracterizada a polarização a partir dos sentidos construídos acerca de Lula e Bolsonaro nos editoriais de *O Estado de S. Paulo*?**

Essa série de questões, todas interligadas e buscando tão somente uma compreensão acerca das posições do texto editorial do *Estadão*, permitem uma delimitação mais demarcada

que pode trazer algumas respostas possíveis, por isso, foco em *O Estado de São Paulo*, uma publicação tradicional no país, que representa um grupo mais elitizado da população e que é dotado de tradição de opinião forte, conforme procurarei contextualizar mais adiante.

Para responder à questão problema da pesquisa, bem como as demais levantadas, tomo como **objetivo geral** analisar os sentidos construídos acerca do lulopetismo e bolsonarismo nos editoriais de *O Estado de S. Paulo* e outros termos e ou sentidos decorrentes. E como objetivos específicos: Identificar os sentidos sobre o lulopetismo e o bolsonarismo, assim como outros termos e ou sentidos decorrentes; Contextualizar o papel da imprensa oligárquica brasileira neste processo de construção discursiva; Investigar como os sentidos são construídos dentro dos discursos de equiparação e diferenciação que geram o sentido de polarização.

Estudar a polarização entre o lulopetismo e o bolsonarismo com um recorte bastante delimitado no jornalismo fala mais sobre o campo jornalístico do que sobre os atores em questão. É justamente no jornalismo que nascem as questões que dão origem ao problema da pesquisa propriamente dito, enunciado acima, junto dos objetivos.

A escolha do veículo se dá, além dos fatos já citados, também por sua postura explícita de posicionamentos políticos. Em 2010, o jornal fez algo inédito até então nas publicações de grande circulação do Brasil pós-ditatorial: declarou voto em um candidato ao Planalto. Na ocasião, a publicação afirmou em editorial o apoio à candidatura de José Serra, em detrimento da de Dilma Rousseff. De lá para cá, muitos outros editoriais do jornal se tornaram relevantes, vide o já clássico e memetizado “Uma escolha muito difícil¹”. Assim, a decisão de tomar como objeto empírico *O Estado de S. Paulo*, pauta-se muito pela explicitação já característica do jornal em seus editoriais, que será oportunamente trabalhada nas páginas finais da presente introdução, bem como no segundo capítulo, que se debruça sobre os textos editoriais. Tal explicitação possibilita uma aproximação com o tema de forma mais direta, permitindo que a pesquisa não trabalhe tão somente com suposições, mas com fatos determinados e assinalados pela própria linha editorial do veículo.

Dado este primeiro passo de contextualização em torno do objeto desta pesquisa, é necessário seguir adiante, pois embora tanto a publicação quanto os grupos políticos sejam parte do cotidiano da pessoa interessada na vida política contemporânea do Brasil, faz-se necessário

¹ O editorial em questão foi publicado nas vésperas das eleições presidenciais de 2018. Na ocasião Fernando Haddad e Jair Bolsonaro disputavam o cargo mais alto do executivo nacional. Imediatamente após a publicação, o editorial virou *meme* entre os internautas, por comparar o que muitos tomavam como incomparáveis. Disponível em: <<https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral.uma-escolha-muito-dificil.70002538118>>.

um exercício de contextualização, a fim de indicar algumas das bases de conhecimento que serão balizadoras da pesquisa adiante. Começamos, então, pela publicação.

1.1. *O ESTADO DE S. PAULO*

O Estado de S. Paulo é uma publicação impressa diária e digital com sede na cidade mais populosa do Brasil, São Paulo. A origem do grupo Estado começou em 04 de janeiro de 1875, quando circulou pela primeira vez uma edição da *Província de São Paulo*. De acordo com informações obtidas no acervo da publicação:

Seus fundadores foram um grupo de republicanos, liderados por Manoel Ferraz de Campos Salles e Américo Brasiliense, que decidiram criar um diário de notícias para combater a monarquia e a escravidão². É estabelecida uma linha mestra, que caracteriza o jornal até hoje: "fazer da sua independência o apanágio de sua força" (O Estado de São Paulo, 2022, s/p).

A história de vida dos dois fundadores honrados nas páginas de memória da publicação são boas pistas da tradição que é sustentada até os dias atuais. O primeiro citado, Manoel Ferraz de Campos Salles, é mais conhecido por ter sido o quarto Presidente da República, entre 1898 e 1902, integrando o período conhecido como a política do café com leite. Campos Salles é filho de uma tradicional e abastada família rural. A origem de seus pais era, igualmente, bastante rica e tinha seus acúmulos financeiros conectados com a exploração do trabalho escravo (Corte Real, 2005).

A atuação do futuro presidente, entretanto, pautou-se mais como um apoiador da ideia do que como um executor de fato. Ao que as fontes indicam, Américo Brasiliense, a segunda parte citada pela publicação, igualmente o fez. Américo foi governador da província de São Paulo e também um homem de vida pública reconhecida, assim como Campos Salles, Brasiliense era um ferrenho republicano abolicionista.

Todavia, Brasiliense e Campos Salles não eram os únicos fundadores da publicação, o grupo de republicanos idealistas abrigava um nome muito mais relevante para essa pesquisa: Júlio Mesquita. O bacharel em direito, e igualmente homem de família abastada com vida

² Um adendo importante: a narrativa de que *O Estado de S. Paulo* já nasce como uma publicação abolicionista é falaciosa. Conforme aponta Machado da Silva (2017), até 1984 o jornal publicava anúncios de leilões de pessoas negras, bem como de pessoas negras em situação de escravidão foragidas. Como um pesquisador negro, digo com toda a honestidade para as pessoas leitoras deste trabalho: não esquecerei, e em vida, não deixarei a escravidão, uma das maiores brutalidades de nossa história, ser escanteada para afagar os egos de quem não se arrepende de seus erros, apenas quer deixá-los cair em esquecimento.

pública republicana ativa, adquiriu a publicação oficialmente em 1902, tornando-se seu único proprietário³.

Em 1924, o jornal foi censurado, inclusive com a interrupção de sua circulação, por doze dias, sob o comando das tropas do então presidente Artur Bernardes. Em 1927, Júlio Mesquita falece e deixa o comando da publicação para seu filho, Francisco Mesquita⁴.

Quando estourou a revolução de 1930, o *Estadão*, bem como grande parte das elites paulistanas, posicionou-se contrariamente à tomada de poder pelas forças lideradas por Getúlio Vargas. Francisco e seu irmão Júlio Mesquita Filho foram presos e posteriormente exilados em Portugal. A relação com o governo, no entanto, não seria dotada de grande tranquilidade, uma vez que já em 1935 os irmãos voltaram ao Brasil, tendo participado ativamente da implementação da Universidade de São Paulo. Todavia, em 1937 Júlio Mesquita Filho já havia sido preso dezessete vezes, acabando por ser mandado para o exílio outra vez. Ao jornal, o governo Vargas buscou impor censura prévia⁵.

As rusgas com a Era Vargas são, até hoje, motivo de posicionamentos contundentes por parte da publicação, reproduzo, a seguir, dois trechos⁶ do acervo da publicação que contam a história, ao menos em uma versão, de acontecimentos do início da década de 1940:

Soldados invadem a redação do Estado sob a falsa acusação de uma conspiração armada. Armas são colocadas no forro do prédio pela própria polícia para forjar provas. O jornal é acusado de armazenar metralhadoras para derrubar o governo. Francisco Mesquita é preso e levado para o Rio de Janeiro onde fica por 40 dias. Nada provado contra ele, é solto. Entretanto, ficou impedido de reassumir suas funções no jornal, que passou a ser gerido pela ditadura. Getúlio Vargas percebeu que melhor que fechar o jornal, era confiscá-lo e colocá-lo a serviço de sua propaganda. O nome indicado pelo regime para comandar o jornal durante a intervenção foi do jornalista Abner Mourão.

O Estado passou cinco anos e meio sob intervenção. Só foi devolvido à família Mesquita em dezembro de 1945. O jornal não reconhece os números editados pelos interventores de Vargas. A contagem das edições voltou ao último jornal de 1940, com o nome de Francisco Mesquita na capa. Esse período não entra na história do jornal. O nome do interventor Abner Mourão, estampado na primeira página do jornal na edição de 7 de abril de 1940, marcava o início da censura ao Estado. Somente o

³ Dados do acervo de *O Estado de S. Paulo*. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/noticias/personalidades/julioemesquita.753.0.htm#:~:text=%C3%89%20eleito%20deputado%20federal%20e%2C%20em%201893%2C%20deputado%20estadual.&text=Em%201900%2C%20Julio%20%2C%20novamente.o%20%2C%20BANico%20propriet%20%20do%20jornal>>. Acesso em 30 de jan. de 2022.

⁴ Dados do acervo de *O Estado de S. Paulo*. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/historia-do-grupo/decada_1920.shtm>. Acesso em 30 de jan. de 2022.

⁵ Dados do acervo de *O Estado de S. Paulo*. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/historia-do-grupo/decada_1930.shtm>. Acesso em 30 de jan. de 2022.

⁶ Disponíveis em: <https://acervo.estadao.com.br/historia-do-grupo/decada_1940.shtm>. Acesso em 30 de jan. de 2022.

título do jornal não teve alteração. O conteúdo, por sua vez, tornou-se mais um boletim elogioso ao governo.

A defesa republicana e democrática da história da publicação, entretanto, entrou em contradição quando do golpe civil-militar de 1964. Assim como boa parte da imprensa brasileira, *O Estado de S. Paulo* foi aliado de primeira ordem da interrupção democrática e a tomada de poder pelos militares. Outra vez, a história se repete quando, anos mais tarde, a publicação se diz arrependida e passa a combater o regime brutal dos militares. Na década de 1970, a publicação sofre, mais uma vez, censura. Passando a preencher os espaços das matérias censuradas com trechos de *Os Lusíadas*⁷.

Outro episódio um tanto quanto pitoresco da história do jornal, ao menos para quem está do lado dos caras-pintadas da década de 1980, é o editorial *O Dever de Todos*⁸, publicado em 17 de abril de 1984, apenas dois dias após o comício pelas Diretas Já! que reuniu um milhão e meio de pessoas em São Paulo. Nele, a publicação faz um balanço de opiniões e possibilidades do cenário político do momento, todavia, sem tomar uma posição clara. Ao fim do texto afirma que “está na hora de aguardar a deliberação da Câmara e do Senado, no próximo dia 25, instando para que seja tomada livremente, sem nenhuma pressão espúria”.

Com esta breve recapitulação histórica é possível perceber que *O Estado de S. Paulo* é, desde seu nascimento, um veículo de claros posicionamentos políticos, fato que sustenta abertamente ao longo de sua história, como aponta Guilherme (2018), em uma análise minuciosa da história política de posicionamentos da publicação.

Nos dois próximos capítulos trato de alguns fatos que complementarão a linha de argumentação que defendo aqui. O primeiro, é a proposital separação entre opinião e notícia que as publicações jornalísticas adotaram com o tempo, ainda que notícias não deixem de ser, mesmo que estrategicamente, contaminadas por opiniões. O segundo, é o local que a opinião habita de forma mais tradicional em *O Estado de S. Paulo*: os editoriais.

Todas as abordagens, argumentos, linhas de pensamento da pesquisa são frutos de uma visão que busca sempre ter em mente a história, o *modus operandi*, e os fatos que hoje chamamos de cotidiano, pois eles não são dados ou naturais, mas estão, circunscritos historicamente, socialmente e culturalmente, em uma tradição elitista de fazer político.

⁷ Dados do acervo de *O Estado de S. Paulo*. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/historia-do-grupo/decada_1970.shtml>. Acesso em 30 de jan. de 2022.

⁸ Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19840418-33474-nac-0003-999-3-not>>. Acesso em 30 de jan. de 2022.

1.2. LULOPETISMO

O termo lulopetismo tem origens difíceis de serem rastreadas, por esse motivo, apresenta-se com uma polissemia pouco desejável em um trabalho que tenha a análise de discurso em seu centro. Por isso, faz-se necessária uma sistematização, mesmo que rápida, para configurar este grupo que fará parte de toda a pesquisa.

O termo, que está relacionado ao petismo, e também ao lulismo, diferencia-se de ambos justamente por sua capacidade de englobar tanto petistas quanto seguidores do ex-presidente. Assim, estão incluídos dentro da concepção de lulopetismo o próprio Lula, membros do Partido dos Trabalhadores, e outros nomes que se conectam, mesmo que temporariamente, a um destes grupos. Cita-se como exemplo alguns políticos do PSOL, como Guilherme Boulos, que embora esteja em outro partido, com visões mais radicais do que as do próprio PT, se somou ao coro da campanha Lula livre.

Posto o entendimento inicial, é preciso voltar um pouco no tempo para caracterizar o lulopetismo e demonstrar a sua construção através de décadas. Por uma questão de ritmo, dispensei uma análise detalhada da história de Lula, que é conhecida tanto por livros, como filmes, artigos, entrevistas e reportagens.

Um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores, Lula é até hoje sua principal liderança. O nascimento do lulopetismo, embora embrionário desde o trabalho de base ocorrido durante a ditadura civil-militar, começa a ter destaque nas primeiras eleições com voto direto ocorridas no país. Em 1989 o PT conseguiu um feito grandioso para a esquerda brasileira: chegou ao segundo turno das eleições daquele ano, contra Fernando Collor.

Um dos fatores dignos de destaque é a interferência promovida pela Rede Globo no debate eleitoral daquele ano, o fato, que hoje já foi reconhecido pela própria emissora⁹, é apontado como um dos motivos que levaram à derrota petista naquele ano.

Nas duas eleições seguintes, vencidas por Fernando Henrique Cardoso (PSDB), o PT conquistou, novamente, o segundo lugar. Entretanto, seu desempenho eleitoral na Câmara dos Deputados é um bom indicativo da base que vinha formando. Na 48ª legislatura (1987 - 1991) o partido detinha 16 assentos, na próxima 35, depois 39, e em 1998, quando da terceira derrota de Lula, conquistou 58 assentos¹⁰.

⁹ 'Jornal Nacional' faz mea-culpa sobre edição de debate Lula-Collor. Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/mercado/2015/04/1619986-jornal-nacional-faz-mea-culpa-sobre-edicao-de-debate-lula-collor.shtml?loggedpaywall>>. Acesso em 14 de mai. de 2022.

¹⁰ Dados do Tribunal Superior Eleitoral. Disponíveis em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-antiores>>. Acesso em 14 de mai. de 2022.

Um aposto léxico é importante antes de seguirmos para os anos em que o PT esteve no poder: a origem do termo lulismo. O lulismo, apesar do uso vulgar do termo, é criado sob a égide de uma forma de governar e lidar com as relações políticas. André Singer, cientista político, jornalista, e porta-voz do governo Lula (2002-2007) foi o responsável pela elaboração do vocábulo. Essa guinada rumo ao centro, bem como a captação de um eleitorado mais diversificado e historicamente associado a outros grupos políticos está mais na origem do termo do que o tal *culto à imagem* geralmente associado ao termo.

Por fim, em 2002 o PT ganha um pleito federal, o marco inaugura dois fatores importantes: o primeiro, o início de uma sucessão no poder que perduraria pelas próximas quatro eleições e seria interrompido pelo golpe palaciano de 2016. O segundo, uma relação mais próxima aos ideais liberais, simbolizada perfeitamente pela tão conhecida Carta ao Povo Brasileiro¹¹.

Já no primeiro ano de governo Lula, parlamentares que foram contrários à reforma da previdência proposta pelo presidente foram expulsos do Partido dos Trabalhadores¹². Contudo, a defesa aos seus, e críticas à imprensa passaram a acontecer na primeira grande crise do governo Lula: o escândalo do mensalão.

Na ocasião, o então presidente chegou a dizer que a imprensa teria de pedir desculpa, eventualmente, pela forma que abordou o processo, bem como pelas reputações destruídas¹³. Mesmo com o escândalo, Lula foi reeleito no pleito de 2006 e, quatro anos após, deixou o governo com altos índices de aprovação.

A escalada de trocas de farpas se torna mais violenta, efetivamente, a partir das manifestações de massa ocorridas em 2013, que colapsaram, seja propositalmente, ou não, nas maiores de nossa história: as de 2016. Esse período, já no governo de Dilma Rouseff, demonstra, sem sombra de dúvidas, o processo de machismo e a imagem de mulher agressiva construída acerca da ex-presidente¹⁴.

Em 7 de abril de 2016, *O Estado de S. Paulo* foi categórico quanto a sua posição em relação ao afastamento da então presidente: “Este governo, inviabilizado por uma presidente da

¹¹ Carta ao povo brasileiro. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2010/02/cartaaopovobrasileiro.pdf>>. Acesso em 14 de mai. de 2022.

¹² PT ignora apelos e expulsa quarteto radical do partido. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1512200302.htm>>. Acesso em 14 de mai. de 2022.

¹³ Alguém terá de se desculpar com inocentes, afirma Lula. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2807200502.htm>>. Acesso em 14 de mai. de 2022.

¹⁴ São muitos os trabalhos que abordam a construção da imagem de Dilma por parte da imprensa e seus opositores. Destaco o artigo de Lima e Oliveira (2015) como um bom ponto de partida: Relações de gênero e misoginia na construção da imagem pública de Dilma Rouseff. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/reia/article/viewFile/229999/24184>>. Acesso em 14 de mai. de 2022.

República inábil e inepta, se deslegitimou de facto por decisão da maioria absoluta dos brasileiros e precisa ser afastado o mais rapidamente possível para permitir que se dê início à reconstrução nacional”¹⁵. Bradou como se a democracia representativa não tivesse soluções para a insatisfação popular, o voto, por exemplo.

É de se notar que, apesar do golpe sofrido pela democracia brasileira, nem Lula, Dilma ou o Partido dos Trabalhadores fez críticas de baixo calão em relação à imprensa. Todas as críticas foram dentro das quatro linhas que delimitam as declarações tipicamente polidas dentro da política.

Em 2018, quando Jair Bolsonaro saiu vitorioso das eleições, o lulopetismo era dado como carta fora do baralho político brasileiro. Pouco a pouco o partido perdeu sua representatividade, facilmente observada pelo número de cargo eletivos conquistados e pela prisão de Lula no mesmo ano.

Contudo, a volta à oposição deu novo fôlego ao PT, destacando-se a campanha Lula Livre, a volta de jargões como “a esperança vai vencer o medo” e chegamos ao momento em que toda essa estratégia culminou numa frente ampla de boa parte dos partidos da esquerda brasileira em torno do nome de Lula, que acabou o reconduzindo ao Palácio do Planalto.

O resultado da eleição de 2022, embora relevante para o país, pouco afeta a discussão aqui empreendida, uma vez que a política, mais especificamente a brasileira, tem começo, meio e meio. Mas nunca fim. Não há como garantir que não se criem novas camadas de definição para o lulopetismo e o bolsonarismo.

Neste breve apanhado pode-se perceber a construção de décadas do lulopetismo, deixando de lado os pormenores que certamente são melhores articulados pelas pessoas historiadoras, com as quais jamais disputarei tal espaço. O bolsonarismo, por outro lado, é o resultado de uma série de acontecimentos externos, como o sentimento antipolítica, por exemplo, que foram capitalizados eleitoralmente por esse grupo. Esses acontecimentos se passaram de forma tão veloz que até hoje, sete anos após seu surgimento, a classe acadêmica ainda se pega buscando entender como ele se formou e se fortaleceu.

1.3. BOLSONARISMO

¹⁵ Editorial: Impeachment é o melhor caminho. Disponível em: <<https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral/impeachment-e-o-melhor-caminho.10000025268>>. Acesso em 14 de mai. de 2022.

O bolsonarismo, enquanto grupo, oferece alguns desafios quanto a sua formação. Sabe-se que Jair Messias Bolsonaro foi deputado federal durante 28 anos, elegendo-se para o cargo durante sete vezes consecutivas. Contudo, deixou de ser uma figura quase folclórica a partir do golpe palaciano sofrido por Dilma Rousseff em 2016, onde ganhou destaque e se tornou o catalisador de boa parte da oposição ao então governo, conquistando uma base eleitoral que o levou para a cadeira mais importante do Planalto.

Uma recapitulação mais histórica da vida de Bolsonaro foi realizada com mais afinco em minha pesquisa anterior¹⁶, além de pesquisas alheias, não somente acadêmicas, como a da jornalista Letícia Duarte na série Retrato Narrado¹⁷.

Uma caracterização do bolsonarismo é necessária, ainda que seja um grupo recente, destacam-se como membros: o próprio Bolsonaro, seus filhos, o vereador Carlos Bolsonaro, o deputado federal Eduardo Bolsonaro, o senador Flávio Bolsonaro e o estudante Renan Bolsonaro, seus membros de governo, e, é claro, apoiadores mais fiéis.

Ao longo da pesquisa, principalmente na análise, dar-se-á maior destaque às ações do governo Bolsonaro, por conta dos achados nos próprios editoriais, que se referem com maior frequência a esse aspecto, como é natural no texto editorial da publicação, que se dirige às elites, e não ao público em geral, necessariamente.

Uma das características do bolsonarismo é sua natureza suprapartidária, seja pela falta de articulação do próprio cabeça de movimento, ou por uma articulação necessária no Congresso Nacional, o grupo está presente em mais de um partido, tendo lideranças que não necessariamente estão atreladas ao antigo PSL, legenda que elegeu Bolsonaro em 2018, ou ao PL, atual legenda do mandatário.

¹⁶ Santos, 2019, p. 30-34. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/211981>>. Acesso em 14 de mai. de 2022.

¹⁷ Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/radio-piaui/retrato-narrado/>>. Acesso em 14 de mai. de 2022.

A relação entre o bolsonarismo e a imprensa é repleta de sobressaltos, seja em contextos de ofensas a jornalistas¹⁸, veículos¹⁹ ou até mesmo informações²⁰. Seus apoiadores já foram responsáveis por agressões contra jornalistas em mais de uma ocasião^{21,22}.

Ainda assim, e como poderá ser verificado na análise, na visão de *O Estado de S. Paulo*, muitas vezes, lulopetistas e bolsonaristas são equivalentes. Ambos os grupos fanáticos, delirantes, violentos, censuradores.

As investidas de Bolsonaro contra a jovem e frágil democracia brasileira, que, *a priori*, afetariam a liberdade de imprensa no país, precedidas pelo desastre que levou a mais de 700 mil mortos por conta da Covid-19, no momento em que escrevo estas páginas, foram os estopins para que *O Estado* passasse a adotar uma postura mais crítica em relação ao Presidente e sua base de apoio.

Contudo, nem toda a base de Bolsonaro é classificada como fanática, citemos dois exemplos que, por motivos distintos, são tratados com respeito. Os primeiros são os liberais, representados pela figura do Ministro da Economia, Paulo Guedes, cuja chegada, ainda na campanha eleitoral de 2018, simbolizou uma mudança de pensamento do próprio Bolsonaro²³. De certa forma, e como a análise evidenciará, algumas das ambições políticas da própria publicação eram afagadas pelos ideais carregados por Guedes para dentro do governo.

A segunda base que também é tratada com respeito são os evangélicos²⁴, talvez porque a fé é algo geralmente alçado a um local de maior respeito, até mesmo entre grupos que divergem entre si, afinal de contas, a fé não responde às mesmas regras dialéticas que outros campos. Um fato curioso acerca do apoio, e bom tráfego entre pastores e outras lideranças, é

¹⁸ Bolsonaro insulta jornalista após ser questionado sobre Covaxin. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral/bolsonaro-insulta-jornalista-apos-ser-questionado-sobre-covaxin.70003759507>>. Acesso em 14 de mai. de 2022.

¹⁹ Bolsonaro diz que Folha é 'toda a fonte do mal' na imprensa. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/bolsonaro-diz-que-folha-e-toda-a-fonte-do-mal-na-imprensa.shtml>>. Acesso em 14 de mai. de 2022.

²⁰ Bolsonaro diz que imprensa “tem medo da verdade”, “deturpa” e “mente”. Disponível em: <<https://istoe.com.br/bolsonaro-diz-que-imprensa-tem-medo-da-verdade-deturpa-e-mente/>>. Acesso em 14 de mai. de 2022.

²¹ Jornalistas são agredidos por bolsonaristas em Brasília. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YW3JLRPN90s>>. Acesso em 15 de mai. de 2022.

²² Repórter fotográfico do Jornal Estado de Minas é agredido por Bolsonaristas. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DCGSDbCALBc>>. Acesso em 15 de mai. de 2022.

²³ Como o discurso de Bolsonaro mudou ao longo de 27 anos na Câmara? Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-42231485>>. Acesso em 15 de mai. de 2022.

²⁴ A categorização de evangélicos como base de apoio do presidente em nada infere uma unificação de tal grupo, uma vez que diversos outros fatores perpassam o processo de tomada de decisão acerca do voto além da religião, o termo, sempre que apresentado durante a pesquisa antevê uma heterogeneidade interna.

que Bolsonaro é, ao menos oficialmente, católico, muito embora tenha sido batizado pelo pastor Everaldo às margens do Rio Jordão²⁵.

Postas as primeiras reflexões, creio que algumas aferições podem ser feitas. A primeira delas é de que bolsonarismo e lulopetismos não são contrários diretos um do outro, ao passo de que Dilma aceitou um golpe, Lula foi preso e Haddad perdeu uma eleição, todos aceitando as suas derrotas, Bolsonaro ameaça fechar poderes com a simples possibilidade de não mais manter seu poder.

Evidenciar o caráter político do jornalismo, bem como os caminhos que levam tal ofício ao lugar em que chegou é o objetivo do primeiro capítulo deste trabalho, no qual abre-se uma ampla discussão com outras pesquisas, tanto da área do jornalismo, quanto da história, ciência política e filosofia. Neste capítulo são apresentadas muitas das bases de pensamento que permeiam a análise do material empírico.

O segundo capítulo, por sua vez, aborda as condições inerentes ao texto editorial, um espaço que nasce sob a fajuta separação entre opinião e informação e que se tornou dominante no discurso jornalístico institucional através dos anos. As vozes institucionais dos jornais são identificadas de maneira mais sutil em todas as suas peças, como reportagens, notas, entrevistas, contudo, são nos editoriais que as linhas de pensamento se tornam explícitas e mais nítidas, em uma movimentação que busca trazer mais honestidade ao público, ao menos num plano aparente.

O foco da pesquisa é identificar e analisar os mecanismos acionados pelos editoriais de *O Estado de S. Paulo* para aproximar o lulopetismo do bolsonarismo, colocando-os em pé de igualdade perante o debate público. Em outras palavras: se num primeiro momento as construções discursivas opõem os dois grupos, gerando o sentido amplo de polarização, criam-se lacunas de sentidos²⁶ que permitem a equiparação dos dois grupos, eis o surgimento de sentidos correlatos, como a “terceira via”.

Além disso, a partir da discussão que empreendo sobre a compreensão de que o jornalismo é um ato político, especificada no primeiro capítulo da pesquisa, busco evidenciar

²⁵ Preso pela PF, Pastor Everaldo batizou Bolsonaro no Rio Jordão. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2020/08/4871770-presos-pela-pf-pastor-everaldo-batizou-bolsonaro-no-rio-jordao.html>>. Acesso em 15 de mai. de 2022.

²⁶ O trabalho de Furtado (2000) em relação às lacunas de sentido é fundamental para a compreensão de como as lacunas podem exercer influência dentro do discurso jornalístico. A pesquisadora se debruça sobre a relação repórter-editor para refletir sobre o funcionamento das lacunas, que passam a cortar determinados enunciados, apropriando-se deles e criando essas espécies de vácuos de sentido que, em último caso, podem influenciar a compreensão de determinado discurso.

como essas tomadas de decisões não são livres de uma ideologia ligada aos interesses do veículo jornalístico.

A título de exemplificação, no editorial “Inaptidão para a Democracia”, publicado em 25 de novembro de 2019 no *Estado de S. Paulo*, é traçada uma linha que afirma que entre o projeto do PT e o Bolsonarista há uma grande similaridade com o uso da violência e mecanismos para a perpetuação no poder por parte de ambos os grupos.

O terceiro capítulo abriga a revisão metodológica do trabalho. Como método, tomo a Análise do Discurso (AD) de escola francesa, em que busco encontrar os mecanismos discursivos empregados nos editoriais que possam nos dar pistas sobre como essa movimentação acontece. Sob a tutela dos escritos de Pêcheux, Orlandi e Benetti busco evidenciar o caráter modelador que a AD toma nessa pesquisa. A análise se dá levando em conta as discussões empreendidas anteriormente no trabalho, como a caracterização feita no primeiro capítulo acerca do entendimento do jornalismo como um ato político, e também das particularidades do texto editorial, descritas no segundo capítulo. Eis a importância de compreender as filiações discursivas aos quais os termos e articulação estão inseridos.

O quarto capítulo abriga a análise em si. O *corpus* da pesquisa é composto por editoriais de *O Estado*, publicados entre 31 de agosto de 2018 e 30 de novembro de 2020, totalizando um *corpus* bruto de 764 editoriais. A limitação temporal entre o dia após o encerramento do segundo turno das eleições de 2018 e o encerramento das eleições municipais de 2020, é uma forma a excluir, propositalmente, o pleito de 2022, em que Lula e Bolsonaro entraram em conflito direto. Essa escolha se dá pelo fato do distanciamento possível para que a análise pudesse ser realizada com um mínimo garantido de distanciamento. Os textos foram triados, a fim de permanecerem no *corpus consolidado* apenas aqueles que realmente dizem respeito à problemática da pesquisa, totalizando 764 textos iniciais e 355 no *corpus consolidado*. Os sentidos encontrados são Expectativas, Despreparo, Delírios, Má Gestão, Antidemocrático, Associação Criminosa e Polarização, que serão detalhados com maior aprofundamento durante a análise.

Por fim, o último capítulo da pesquisa empreende as considerações finais, em que busco discutir o conceito de polarização e como atualmente a sociedade brasileira vive sob algumas espécies de dicotomias. De um lado, estão os defensores do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e dos ideais petistas – nomeados pelas mídias jornalísticas como integrantes do “lulopetismo” ou “lulismo”; de outro, os defensores do atual detentor do cargo, Jair Bolsonaro – nomeados como integrantes do “bolsonarismo”, assim como os projetos de país que cada grupo defende. A essa dicotomia, convencionou-se chamar de polarização, termo que é

discutido em profundidade no capítulo, pois sua tomada leviana pode gerar implicações importantes. Todavia, com o passar do tempo algumas publicações passaram a adotar uma postura discursiva que busca inferir um laço de paralela igualdade entre ambos, eis o nascimento do termo “Bolsopetismo”, utilizado para designar essa “união” entre opostos, por assim dizer.

Algumas das provocações aqui suscitadas serão mais elaboradas ao longo do trabalho, o panorama inicial buscou, acima de tudo, definir alguns denominadores comuns para que a leitura posterior possa ocorrer de forma mais compreensível, e é claro, sendo completamente aberta às discussões por parte de qualquer pessoa interessada.

2. JORNALISMO: UM ATO POLÍTICO

Separar jornalismo e política é um ato possível, todavia, também uma configuração que tira do objeto de estudo um de seus aspectos fundamentais, como busco demonstrar neste capítulo. Friso, de antemão, a qual jornalismo a pesquisa se debruça: o tradicional, *mainstream*, no Brasil representado por um oligopólio de poucos grandes grupos midiáticos. Todas as referências nesta pesquisa ao jornalismo se referem a esse tipo específico do fazer. A fim de configurar a caracterização do jornalismo como um ato político proponho uma breve revisão histórica, para então entrar em contato com a obra de Hannah Arendt e outra sorte de pesquisas com as quais dialogo a fim de articular tal pensamento.

Começemos, então, antes do início. Faz-se necessário explicitar meu entendimento acerca do que é jornalismo, bem como do que é política. Esse passo para trás se dá para que a pessoa leitora possa ter visão ampla das bases que utilizo para minha argumentação, sempre deixando claro, obviamente, que não busco encerrar os sentidos em si, mas apropriar-me deles de forma que possamos, enquanto academia, trocar e fomentar melhores compreensões.

Muitas são as compreensões possíveis acerca do que é, afinal, o jornalismo, mais do que como ofício, foco na compreensão do jornalismo como uma instituição social (Franciscato, 2005) que está intimamente conectada com outros campos sociais, com os quais estabelece um contrato de comunicação (Charaudeau, 2006). Contudo, o jornalismo não é uma instituição que possa ser entendida somente como uma empresa prestadora de serviços, uma vez que é regido por um código de conduta, no qual há expectativas de verdade por parte do público, bem como uma pretensão, sustentada através de um discurso, de que o jornalismo efetivamente o faz.

O *ethos* do jornalismo, acarreta a compreensão, por parte do público, dos jornalistas, e da sociedade, de quais são as finalidades que deve cumprir na sociedade (Reginato, 2016). Além disso, o jornalismo passa a construir, também, uma imagem de si. Essa imagem de si é algo que sempre permeia minha compreensão acerca do que é jornalismo, uma vez que ao se definir, ao delimitar um local para si na sociedade, o jornalismo constrói algo que fala sobre suas características mais intrínsecas. Como explicam Benetti e Hagen (2010):

Ainda que saibamos que essa imagem de si é altamente questionável, pois as representações do fazer nem sempre correspondem ao próprio fazer, o lugar de enunciação destas falas institucionais está carregado de uma aura de tradição e convicção. [...] A capacidade de validação dos sentidos, através de sua constante re-enunciação, não deve ser desprezada no estudo do jornalismo, em função do grande poder de fala dos veículos. (Benetti; Hagen, 2010, p. 134).

Restam, portanto, dois entendimentos fundamentais acerca do jornalismo a serem abordados. O primeiro, é de que o jornalismo, ao receber a permissão para narrar o cotidiano, tornando-se um sistema perito (Miguel, 1999), precisa disponibilizar provas de sua efetividade. Ou seja, falar sobre si não é o suficiente, é preciso também que haja certo grau de comprovações, por isso, o partilho do entendimento de que o jornalismo é uma crença verdadeira justificada, ideia proposta por Lisboa e Benetti (2015). No trabalho das autoras, defende-se que: “um relato jornalístico é sempre uma interpretação. Como tal, a fiabilidade aos fatos se dá em níveis ou graus de certeza, e a verdade é sempre uma aproximação” (Lisboa; Benetti, 2015, p. 15). Essa movimentação, que está embasada em métodos e *expertises* se faz necessária para que seja crença, com aproximação da verdade e justificação social:

O jornalismo se torna confiável à medida que consegue dar provas da veracidade do seu testemunho. Sua justificação social está amparada em provas. [...] É sob essas condições que o jornalismo se institui como um conhecimento perito em narrar o mundo e os atos da humanidade. (Lisboa; Benetti, 2015. p. 22).

Por fim, e talvez de forma mais importante para este trabalho, tomo a compreensão de Benetti (2008), de que o jornalismo é um discurso passível de reconhecimento, e que, abarca em si, um pré-discurso de forte impacto. Sempre dando a devida atenção ao que tange o tratado por Charaudeau (2004) da diferenciação entre verdade e efeito de verdade. A compreensão de Benetti (2008) é cara para esta pesquisa, pois a autora articula uma compreensão do jornalismo aliada aos conceitos de Análise de Discurso, o que ajuda a construir pesquisas, como a presente, que se valem do método. Mais do que mero artifício, essa compreensão do jornalismo enquanto discurso fundamenta a análise e ajuda a amarrar as arestas, perpassando todas as outras elaborações presentes no trabalho.

Ainda adentrando a obra de Benetti, a sua própria compreensão de jornalismo, sistematizada de forma sucinta também é bastante útil para a delimitação de minhas compreensões:

O jornalismo: 1) é uma forma de conhecimento que trata do presente e dos eventos que dizem respeito ao homem; 2) utiliza mapas culturais de significado que circulam na sociedade; 3) contribui para consolidar normas, práticas, quadros interpretativos e supostos consensos; 4) tem natureza pública; 5) institui-se em um quadro de relações assimétricas de poder; 6) estrutura-se a partir das noções de verdade e de credibilidade; 7) legitimou-se historicamente como uma prática autorizada a narrar a realidade; 8) diz-se representativo da diversidade social; 9) apresenta-se como um sistema perito; 10) obedece a interesses econômicos ou institucionais que podem estar em desacordo com seus princípios deontológicos; 11) é afetado pelas escolhas do jornalista, que está submetido a constrangimentos políticos, econômicos, estruturais, hierárquicos, temporais e éticos; 12) é afetado por questões técnicas e relativas ao

suporte midiático; 13) é um discurso com regras próprias de constituição e de reconhecimento, inscrito em um contrato de comunicação. (Benetti, 2013, p. 44).

Reiterarei, ao longo da pesquisa, os conceitos mobilizadores mais de uma vez, abordando-os em outras perspectivas na tática de construção argumentativa da pesquisa, todavia, esta primeira sistematização é um bom instrumento balizador para que a pessoa leitora possa compreender sob quais aspectos estou filiado teoricamente. Passemos então, a compreensão de política.

Definir política é um desafio quase que insuperável, uma vez que a linguagem política é sabidamente ambígua, a política é, ao menos em primeiro momento, o objeto de estudo da ciência política. A etimologia da palavra é derivada do grego *pólis*, que se refere a tudo que se conecta com a vida coletiva de uma cidade (Bobbio, 2002). Ou seja, é uma área que se calca nas relações coletivas, através do processo de tomada de decisões.

Neste momento, e pensando nas aplicações na presente pesquisa, dedico-me a pensar mais acerca da política enquanto a vemos cotidianamente, ou seja, na forma de relações numa democracia representativa, em eleições, negociações, pressões e uso do poder.

Um dos aspectos mais caros para essa pesquisa é o conceito de poder, intimamente conectado com minha compreensão de política. O poder, sendo “o conjunto dos meios que permitem alcançar os efeitos desejados” (Russell, 1938, p. 954), é uma ferramenta que não pertence necessariamente a um grupo selecionado. No sistema democrático brasileiro, por exemplo, cada eleitor detém poder, tendo a possibilidade de fazer pressão sobre os representantes eleitos, como senadores e deputados, por exemplo. Todavia, seria um tanto quanto ingênuo acreditar que um eleitor, quando só, detém a mesma quantia de poder que outro eleitor detentor de grande influência monetária e social. Como explica Bobbio (2002):

a definição do poder como tipo de relação entre sujeitos tem de ser completada com a definição do poder como posse dos meios (entre os quais se contam como principais o domínio sobre os outros e sobre a natureza) que permitem alcançar justamente uma “vantagem qualquer” ou os “efeitos desejados”. O poder político pertence à categoria do poder do homem sobre outro homem, não à do poder do homem sobre a natureza. (Bobbio, 2002, p. 954-955).

Assim, e retomando minha compreensão acerca do jornalismo, ao deter a autorização para narrar e comentar o cotidiano, o jornalismo é investido de um determinado poder. Não é o objetivo do trabalho mensurar tal poder, muito porque tal mensuração poderia tratar-se de pura e infundada especulação.

Adentrando a tipologia contemporânea de poder, Bobbio (2002) defende que uma de suas classificações é o poder ideológico, baseado na influência que certos grupos, em momentos, difusões e autoridades determinadas podem exercer sobre outrem. É justamente este tipo de poder, altamente político, que o jornalismo enquanto instituição social detém.

Não cabe, e muito menos é possível, ao jornalismo ditar o comportamento da sociedade, todavia, com seu poder, pode influenciar os rumos políticos de uma nação. Mais adiante trabalharei com as condições históricas que colocam o jornalismo, principalmente o brasileiro, em termos nos quais esse poder político possa ser exercido. Exemplo dessa movimentação, é a forma como o jornalismo lida com o racismo. Pouco mais de dois séculos atrás, negros eram anunciados como produtos nas páginas dedicadas ao comércio de bens, hoje em dia, não é raro encontrar denúncias de crimes como injúria racial nas páginas das principais publicações do país. O jornalismo foi retroalimentado por uma mudança social acerca da compreensão da humanidade de nosso povo, e passa, embora de forma bastante tímida ainda, a buscar exercer seu poder junto a sociedade para efetivar mudanças políticas.

O poder, embora possa parecer abstrato, é um dos fundamentos do que pesquisadores da ciência política acordaram em chamar de Estado. O Estado, é algo ao qual todas as pessoas, de uma forma ou outra, estão subjugadas, seja na acepção de que o Estado é uma comunidade organizada para a consecução de fins coletivos ou uma mera associação, o Estado é uma das manifestações da sociedade política na qual vivemos (Azambuja, 1967).

A sociedade política, de acordo com Debrum (S/A) é:

toda comunidade suficientemente vasta e complexa, provida de território definido e dotada de autoridade central capaz, por um lado, de impor, eventualmente pela força, suas decisões no plano interior, e, por outro lado, fazer-se respeitar no plano exterior (Debrum, s/a, *apud*: Azambuja, 1967, p. 20).

A definição de sociedade política, aqui explorada brevemente, se torna imprescindível para explicitar minha compreensão de política, principalmente no que tange a presente pesquisa. Até o momento, partindo de uma linha de pensamento que remonta ao trabalho de Aristóteles, e sem me deter numa revisão bibliográfica rigorosa, demonstrei definições que apresentam: 1) a característica coletiva da política; 2) a importância do conceito de poder, bem como suas nuances; 3) a definição de sociedade política, na qual os conflitos são abordados de forma não imediatamente violenta ou animalésca.

Essa compreensão, que será abordada em diálogo direto com a pesquisa de Arendt, que será devidamente abordada, me permite compreender a política como um instrumento de

organização social que abriga a atuação de diversos atores, entre eles o jornalismo, que poderia ser classificado como um *grupo de pressão*. De acordo com Azambuja (1967), os grupos de pressão são “qualquer grupo social, permanente ou transitório, que, para satisfazer seus interesses próprios, procure obter determinadas medidas dos poderes do Estado e influenciar a opinião pública” (Azambuja, 1967, p. 315).

Desta forma, minha compreensão de *fazer* política também é de uma ação de determinado agente que tenta exercer poder e influenciar os rumos tomados pelo Estado em determinada situação numa sociedade política.

Este breve subcapítulo é uma forma de ser honesto com a pessoa leitora nas linhas argumentativas que serão lançadas, os tópicos aqui abordados podem, e são, muito mais aprofundados por outras pesquisadoras. É justamente por reconhecer a relevância e qualidade destes trabalhos que me dou a liberdade de partir do conhecimento construído e alçar outros voos, focando a energia naquilo que ainda não foi articulado.

Postas na mesa essas breves definições acerca da forma como compreendo o jornalismo, podemos seguir em frente. Compreender a forma como o jornalismo é um ato político exige um esforço no sentido de entender sua história sob tal linha de pensamento.

2.1. POLÍTICO DESDE O NASCIMENTO

Façamos, então, uma breve digressão do passado até o presente para entender como nasce essa relação que deságua na afirmação título deste capítulo. Investigar o passado do jornalismo implica uma série de questões, entre elas o fato de que a história é um campo de batalha em constante disputa. Alguns marcos fundamentais não são partilhados da mesma forma por todas as pessoas que pesquisam um mesmo objeto. Contudo, para fins de praticidade, e buscando permitir uma evolução do pensamento que pretendo desenvolver neste trabalho, formei minha própria colcha de retalhos, advinda de diferentes escolas que se debruçaram no desafio de contar a história do jornalismo.

Meu foco aqui, portanto, não é remontar a história do jornalismo em sua completude, e sim demonstrar, através de momentos determinantes, como o nosso fazer é historicamente político, e como esse processo ainda traz reflexos importantes para o que consideramos ser o jornalismo hoje. Em suma: antes do bife na bandeja, havia uma vaca, pensemos sobre ela.

Briggs e Burke (2006) empreenderam um grande esforço para cobrir a história da imprensa na obra “Uma história social da mídia”, e a pesquisa começa com o objeto que acabou por nomear um apanhado de outras áreas e laboros que viriam a surgir a partir dela: a imprensa.

Essa invenção permitiu novas organizações sociais e paulatinamente foi uma das engrenagens que popularizou a leitura e fez com que o surgimento da imprensa, no sentido de empresa de comunicação, fosse possível. Há, ainda, a discussão sobre a importância da invenção da imprensa, todavia proponho encará-la como um marco relevante para as sociedades ocidentais, sem jamais desmerecer os avanços que se sucederam nos anos posteriores à sua invenção, os aperfeiçoamentos nos mecanismos de impressão são, também, marcos importantes, permitindo barateamento de custos, aumento da capacidade produtiva, e, portanto, crescimento no número de consumidores da palavra escrita. Todavia, e falando em termos de inovação, existem as radicais e as incrementais. A invenção da imprensa foi, sem dúvida, parte do primeiro grupo.

A palavra escrita foi inacessível para a maior parte da população durante boa parte da história da humanidade, quando as primeiras publicações surgiram uma grande parte da população ainda era analfabeta. Além disso, como nos lembram Briggs e Burke (2006), o ensino de leitura e escrita eram realizados separadamente, além do uso do latim como língua oficial para a escrita. Não por acaso, portanto, algumas das primeiras grandes tiragens do que viria a ser o jornalismo eram feitas através de caricaturas que criticavam os detentores de poder de determinado local.

O processo de popularização da difusão da palavra escrita, principalmente através dos livros, passou a criar uma censura regulamentada pelo Estado ou pela Igreja Católica, a partir do século XV (Briggs; Burke, 2006), como explicam os autores. Além disso, o surgimento dos jornais no século XVII gerou discussões acerca dos efeitos desta nova forma de comunicação. “Na Inglaterra, na década de 1660, sir Roger L’Estrange, o censor-chefe de livros, ainda questionava se ‘mais males que vantagens eram ocasionados ao mundo cristão pela invenção da tipografia’” (Briggs; Burke, 2006, p. 26).

O letramento trouxe consequências políticas, como pode-se exemplificar através da seguinte passagem na obra de Briggs e Burke:

Não se devem esquecer também os usos políticos do letramento para pessoas comuns. As rebeliões eram acompanhadas por queixas escritas, como no caso, por exemplo, da Guerra dos Camponeses na Alemanha, em 1525, ou dos cahiers no começo da Revolução Francesa, para mencionar somente duas das mais profundas convulsões sociais. A assinatura de petições por grande número de pessoas foi uma prática que se infiltrou na política inglesa no século XVII. Quinze mil cidadãos de Londres assinaram a Root and Branch Petition em 1640, no início da Guerra Civil, e petições posteriores tinham mais de 30 mil assinaturas. No século XIX dizia-se que o número de nomes havia subido à casa dos milhões. (Briggs; Burke, 2006, p. 42).

A movimentação causada pela censura, contudo, gerou reflexos indesejados, como explicam Briggs e Burke (2006):

A eficácia do sistema de censura não deve ser superestimada. Uma de suas consequências não intencionais foi despertar o interesse por obras que, de outro modo, talvez não chegassem a ser conhecidas pelos leitores. Outra reação à censura formal foi organizar e reorganizar a comunicação clandestina. Uma considerável variedade de mensagens era difundida às ocultas — de segredos dos governos a segredos comerciais ou técnicos, de idéias religiosas não-ortodoxas a pomografia (Briggs; Burke, 2006 p. 58).

As formas de burlar a censura, e, portanto, de poder propagar os ideais sustentados pelos autores passa a fomentar o desejo por aquele que hoje é um dos baluartes do jornalismo: a liberdade de expressão²⁷. Conceito esse que não foi dado, ou pensado enquanto uma possibilidade durante boa parte da história humana, uma vez que a própria concepção de liberdade está diretamente vinculada ao nascimento da democracia, que, em tese, é o governo do povo. E essa liberdade de expressão está atrelada a um conceito, até então não elaborado nos termos que podemos discutir hoje: o de memória coletiva.

O historiador vitoriano lorde Acton (1834-1902) foi mais acurado que seus predecessores ao enfatizar tanto o que se pode chamar de efeitos colaterais ou tópicos das publicações — tornar o conhecimento acessível para um público maior — quanto seus efeitos verticais e cumulativos — permitindo às novas gerações partir do trabalho intelectual das gerações anteriores. De acordo com Acton na sua palestra "Sobre o estudo da história" (1895), os impressos "deram a certeza de que as obras do Renascimento permaneceriam para sempre, de que aquilo que fora escrito seria acessível a todos, que a não-divulgação de conhecimentos e idéias característica da Idade Média jamais ocorreria de novo, nem mesmo uma idéia seria perdida". (Briggs; Burke, 2006, p. 27).

Cruzemos alguns séculos e um oceano para uma reflexão acerca do nosso país. No contexto brasileiro, a imprensa, realizada em solo nacional²⁸, chega sob decreto quando da vinda da corte portuguesa à colônia em 1808. A impressão de documentos, como defende José Marques de Melo (2003), era parte de uma característica industrial vedada às colônias portuguesas. Assim, a atividade se centralizava nas metrópoles, bem como a manufatura de

²⁷ O entendimento acerca do conceito de liberdade de expressão que tomo é fiel ao estipulado no Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Lê-se: "Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras." (Unicef, 1948, s/p) Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em 04 de janeiro de 2022.

²⁸ Em solo nacional, o Correio Braziliense, nascido também em 1808, era editado por Hipólito da Costa em Londres, participando de um movimento de burlamento das regras da censura, como relatei anteriormente.

diversos outros produtos sob a lógica exploratória-extrativista imposta pelos portugueses aos territórios por eles invadidos.

Quando a corte portuguesa chegou ao Brasil fez-se necessária uma série de mudanças na estrutura do local, permitindo que a máquina pública pudesse rodar, e isto, passou a incluir alguns produtos culturais, como os livros, por exemplo. Soma-se a esse contexto a criação das primeiras universidades, bancos e outras instituições brasileiras.

Cria-se, então, a Imprensa Régia, e a primeira publicação brasileira, a Gazeta do Rio De Janeiro, jornal vinculado ao governo de Dom Pedro e no qual eram divulgadas as notas comerciais, decretos e outros assuntos relativos ao governo. À Gazeta era natural um estado de autocensura, servindo como porta-voz do regime (Marques de Melo, 2003).

Os moldes da imprensa brasileira como a conhecemos hoje passam a ser lançados a partir da independência do Brasil em 1822. Importante ressaltar que o modelo de independência do Brasil é bastante peculiar, uma vez que continuamos sob um regime imperial, e também sob o domínio da mesma família que governou antes da independência. Pieranti e Martins (2006), em diálogo com a obra de Nelson Werneck Sodré sintetizam a peculiaridade, bem como os desdobramentos para a imprensa brasileira:

O grito às margens do rio Ipiranga não representou mudança imediata para a imprensa brasileira. Às vésperas da Independência, cresciam os empastelamentos de jornais de oposição por forças ligadas à Coroa. Aquietados os ânimos do povo ora, em tese, independente, continuavam os empastelamentos. A luta, porém, era distinta: se, antes, a burguesia clamava por um país com governo próprio, agora cobrava da Constituinte a afirmação de conquistas liberais e de seus direitos, restringindo os poderes do Imperador. Tratava-se de repensar o Estado, tarefa que separava burguesia e nobreza. Frisa Sodré que a direita, acuada, buscava apoio dos portugueses, já que “temia a Independência, como tantos pretensos revolucionários que, no fundo, temem a revolução” (1999, p. 56). Perceba-se que o autor passa, então, a usar os termos “direita” e “esquerda”, mais afeitos à realidade pós-Revolução Francesa, depois da qual declinariam definitivamente a nobreza clássica e os resquícios das sociedades feudais ainda vigentes pelo mundo. (Pieranti; Martins, 2006, p. 5).

Essa relação, todavia, continuava a ser cercada por pedidos por mais autonomia e liberdade de expressão. Com o fim da censura em 1827, as publicações paulatinamente ganharam mais liberdade, este momento da história do Brasil também é marcado pela abertura do Senado e da Câmara dos Deputados, medidas que passaram a modernizar o Estado brasileiro, uma característica do governo de D. Pedro I. A possibilidade da existência de uma oposição e expressão crescentemente mais livre por parte das publicações foram alguns dos fatores que contribuíram com a abdicação do imperador em 1831 (Pieranti; Martins, 2006).

Quando D. Pedro II chega ao poder, encerrando o período da regência, portanto, encontrou um cenário em que a imprensa brasileira já havia experimentado a liberdade de expressão. Esse período, anterior ao nascimento da concepção corrente de objetividade e imparcialidade, teve implicações muito caras ao fazer jornalístico brasileiro. Como explicam Pieranti e Martins:

Note-se que chegava ao ápice a importância de uma postura cada vez mais presente nos veículos jornalísticos de então: a militância política. A imprensa não era – como, de fato, anteriormente nunca fora – fiscalizadora independente do poder público; alinhava-se, pelo contrário, com ele ou com a oposição, de forma clara e inequívoca, estimulando, como agravante, revoltas e atos de rebeldia armados. (Pieranti e Martins, 2006, p. 4).

O Império, que embora tivesse passado por uma mudança na organização das forças de poder, ainda contava com um grande prestígio e influência, e assim, passou a se aliar aos membros da burguesia detentores dos meios de difusão das notícias. A repressão se deu na forma de luta armada, buscando sistematicamente silenciar os veículos detratores e fortalecer aqueles de maior alinhamento com a coroa. Como a história nos conta, esse acordo não durou tanto tempo, uma vez que já em 1860 as publicações assumiram um tom de maior repulsa em relação ao governo de D. Pedro II (Pieranti; Martins, 2006).

Já nos primeiros anos da República Brasileira os jornais ainda eram alvos de medidas violentas por parte do Estado. Prova disso, como relata Sodré (1999), é o empastelamento ocorrido na redação de *A Tribuna* em 1890, após a publicação tecer críticas a Deodoro da Fonseca. O fundamental, no entanto, deste episódio é a resposta gerada, imediatamente boa parte da imprensa do Rio de Janeiro assinou a seguinte nota:

A imprensa Fluminense representada nos jornais declarados, reunida hoje na sala de redação do Jornal do Comércio para tomar conhecimento das medidas empregadas pelo governo para assegurar e manter a liberdade de exame de discussão gravemente comprometida pelo assalto feito à Tribuna e pelas ameaças de que tem sido alvo outros jornais resolve declarar: 1 - que não se satisfaz a declaração hoje publicada no Diário Oficial por ser dúbia e frouxa; 2 - que espera que sejam punidos na forma das leis os culpados do assalto, de que foi vítima A Tribuna, apontadas pelo inquérito a que se está procedendo; 3 - que está resolvida caso tal punição não se dê, ou não desapareça a falta de segurança em que se acha a empregar todos os meios dentro de suas funções para assegurar ela mesmo a suspender coletivamente a publicação dos jornais. Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1890. *Jornal do Comércio, Gazeta de notícias, Gazeta da tarde, Diário de notícias, O país, Diário do Comércio, Cidade do Rio, Novidades, Correio do Povo, Democracia, Revista dos Estados Unidos, La Voce del Popolo, se deve Popolo, Mequetrefe, La Pátria, Revista Ilustrada, Apóstolo, Sportman*. (Sodré, 1999, p. 254).

Esse posicionamento político culmina como exemplo cristalino de algo que busquei evidenciar ao longo dessa breve incursão histórica: o jornalismo se posiciona, defende a si mesmo, e atua politicamente. Sua constituição, ao menos como conhecemos hoje, não é dada desde sempre, pelo contrário, é fruto de um caminho sinuoso, repleto de particularidades e comportamentos intencionais.

A vinculação do jornalismo com a necessidade de regimes políticos e sociais que permitam a difusão de informações, mesmo que elas não sejam convenientes para os detentores do poder, gera uma cultura política nesse fazer. As várias criminalizações sofridas pelo ofício acabam por incutir nele um caráter político. O fazer saber do jornalismo perpassou, historicamente, pelas brechas abertas pelas mudanças na organização social e avanços tecnológicos, sendo ele, descendente de todos estes processos.

Postas estas breves reflexões é possível perceber que o jornalismo é, inerentemente, político. Os discursos de defesa à liberdade de expressão, por exemplo, são afirmações políticas, ainda que não partidárias.

Durante alguns períodos políticos mais recentes, como a ditadura civil-militar ou a campanha das Diretas Já!, o posicionamento da imprensa é mais perceptível e nítido. Tais posicionamentos geralmente estão vinculados aos interesses dos proprietários das publicações, via de regra, elites brancas.

Quantas vezes não vemos, ainda hoje, o discurso de que o jornalismo deve vigiar os poderosos? De que deve defender a democracia, ser um agente ao lado dos menos favorecidos, que é, em outras palavras, incumbido de uma missão. Esse posicionamento não nasce recentemente, e muito menos, por acaso. Ele é fruto de um processo histórico que o coloca em tal posição. A fim de exemplificar esse caminho percorrido, no próximo passo do caminho proposto aqui, me dedico a desbravar um valor do jornalismo que é caríssimo ao discurso acerca de si mesmo: a objetividade.

2.2. JORNALISMO POR JORNALISMO

O que é jornalismo? Essa pergunta, de uma forma ou outra, guia os questionamentos de praticamente toda pesquisa do campo, contudo, inevitavelmente, a pessoa pesquisadora se deparará com alguns ideais que permeiam a profissão, aqui, abordarei um deles, a objetividade. Buscando exemplificar a forma como este valor, fundamental para a justificação da profissão, também é envolto de atitudes políticas.

Como abordei no tópico anterior, a constituição do jornalismo passa por um processo histórico que delimita a forma como os jornais se colocam perante a sociedade. Para se justificar, o jornalismo constrói uma imagem de si, e igualmente, apresenta pilares que guiam sua forma de fazer.

Na atualidade, com a crise de informação gerada pelo paulatino aumento da difusão de informações enganosas, e algumas vezes, francamente mentirosas, o reforço desse discurso passa por uma intensificação.

Em “Descobrimo a Notícia”, Michael Schudson (2010) traça a história da imprensa estadunidense, que também é uma análise útil para pensarmos a imprensa brasileira, uma vez que nosso modelo de imprensa, com suas particularidades inerentes, é norteado pelos ideais dos EUA. No decorrer da obra o autor articula o nascimento da objetividade enquanto um ideal, que não é natural, e sim cultural dentro da profissão. “Antes de 1920, os jornalistas não pensavam muito sobre a subjetividade da percepção. Eles tinham relativamente pouco incentivo para duvidar da frieza da ‘realidade’ na qual viviam” (Schudson, 2010, p. 17), relata o autor. Mas o que mudou essa percepção?

Hoje em dia, não é polêmico afirmar, ao menos nos círculos acadêmicos, que o jornalista dificilmente será completamente objetivo e imparcial, uma vez que é um ser humano repleto de subjetividades inerentes ao *ser* humano. Portanto, estamos falando de uma construção. Essa construção, como explica Schudson (2010), começa a lançar suas bases após a I Guerra Mundial:

A sociedade norte-americana, a despeito dos sérios problemas, permanecia numa dinâmica de esperança e promessa. Democracia era um valor inquestionável em política; a livre empresa ainda era muito cultuada na vida econômica; [...]. Poucas pessoas duvidavam da inevitabilidade do progresso. Após a I Guerra Mundial, porém, isto mudou. Jornalistas, como outros profissionais, perderam a confiança em verdades tidas como certas numa sociedade democrática de mercado. Sua experiência com a propaganda durante a guerra, e as relações públicas, depois disso, os convenceram de que o mundo que reportavam era algo que os partidos interessados tinham construído para que a imprensa relatasse. Num mundo assim, o empirismo ingênuo não teria como se manter. (Schudson, 2010, p. 17).

Assim, o jornalismo passa a se revestir de algo que o aproxima da ciência: a objetividade. A crença de que os fatos existem, mas devem ser aferidos por meios aprendidos na formação, acadêmica e profissional, da pessoa que o faz.

A ideia de que o jornalista pode, e deve, ser objetivo é muito cara para a compreensão do jornalismo enquanto um ato político, uma vez que ela está tão incutida no imaginário

popular, do qual todas as pessoas fazem parte, que deixamos de ver o jornalismo como um ato político.

A objetividade alterou a forma como encaramos o jornalismo, exemplo disso é a forma como ela opera no discurso jornalístico do profissionalismo. Sylvia Moretzsohn (2001) reflete justamente sobre a utilidade empregada através do discurso de profissionalismo por conta da objetividade. A autora defende que esse discurso acaba por “apagar a possibilidade da discussão política, encobrindo, como toda ideologia, o próprio caráter ideológico que lhe é inerente.” (Moretzsohn, 2001, p. 1).

Como Moretzsohn (2001) demonstra, essa movimentação discursiva dúbia cumpre seu objetivo:

exatamente por apresentar-se como aquilo que não é, o jornalismo consegue legitimar-se e assegurar seu lugar de autoridade, como o mediador “neutro” definido pelo conceito de “quarto poder”, e garante foros de “verdade” aos fatos que divulga - e que supostamente “falam por si” -, elidindo as mediações discursivas (portanto, ideológicas) que dão a esses fatos o status de notícia. (Moretzsohn, 2001, p. 3).

É importante frisar, como Moretzsohn o fez, que a crítica à objetividade não se torna um desejo pelo seu contrário, e sim uma reflexão que vê na academia o ambiente ideal para florescer. Criticar a objetividade é reconhecer o caráter tecnocrata que esse discurso tenta colar no ofício do jornalista. A realidade e os fatos não falam por si, ao contrário do que a crença ritualística adotada nas redações poderia afirmar, eles falam através do jornalismo, essa operação opaca repleta de nuances e interesses diversos. A profissão do jornalista, embora possa adotar signos das ciências exatas, não é uma delas.

Ou seja, uma mudança de paradigma em relação à forma como encaramos a objetividade seria deveras bem-vinda:

restituir ao ‘militante’ a sua legitimidade ‘profissional’, contrariando o discurso ‘técnico’ das modernas empresas jornalísticas defensoras de uma ‘objetividade’ que esconde o trabalho de produção do sentido da notícia. Significa entender que o fato de ser vitorioso hoje não quer dizer que esse discurso seja definitivo; apenas, que é mais poderoso, o que obriga a reconhecer a existência de vozes dissonantes capazes de lutar pela afirmação da dimensão política da atividade, uma luta que, como vimos, é de natureza ética e se reflete tanto na representação da profissão quanto na produção do sentido da informação e na própria definição do que merecerá o status de notícia. (Moretzsohn, 2001, p. 12-13).

O texto de Moretzsohn é anterior à popularização da internet, a criação dos coletivos jornalísticos, ou veículos alternativos contemporâneos, que vieram como um sopro de esperança para a possibilidade de uma imprensa mais popular, e também da criação dos blogs de extrema direita que possibilitaram a tomada do poder por esse grupo nas eleições de 2018.

Note que trago dois exemplos de tipos de veículos de comunicação mais claramente posicionados. Pensando no contexto brasileiro atual, *Mídia Ninja*, *O Antagonista*, *Brasil 247* e *Jovem Pan* são bons exemplos de comunicação com posicionamento político claro e declarado, uma análise comparativa destes veículos poderia ser tema de uma pesquisa por si só, portanto, me contenho no argumento de que estes veículos podem ser praticantes do chamado bom jornalismo, primar pela veracidade dos fatos divulgados e pautar aquilo que não é abrigado pelo *mainstream* da imprensa brasileira. Contudo, esses, e todos os outros veículos, devem ter compromisso com a verdade contida nos fatos, ou seja, uma mobilização de rua não pode ser denominada a maior da história sem que haja estimativa comprobatória de tal.

Assim, vemos que alguns desdobramentos importantes aconteceram desde que Moretzsohn refletiu acerca da objetividade, como o casamento entre jornalismo e militância. Um casamento estável e funcional? Como em todo matrimônio, cada caso é um caso.

Ao refletir sobre a objetividade podemos refletir sobre o jornalismo pelo jornalismo, ou seja, olhar para seu cerne e entender como parte da meta do discurso da objetividade é construir um muro de algodão entre o elo que torna o jornalismo um agente político. Esse muro pode impedir a visão, contudo, um simples soprar na direção certa ajuda a ter uma visão com mais honestidade. Rotineiramente o jornalismo se autointitula “a voz do povo”, ou “a defesa da democracia”, além da ideia, em parte superada de jornalismo enquanto quarto poder.

A forma como empresas tratam da objetividade, colocando-se num patamar acima dos reles mortais, é deveras danosa para a própria credibilidade das publicações, uma vez que, muito facilmente, interesses são notáveis para o público. A objetividade enquanto discurso serviu, e ainda serve, para esse grupo, contudo, assim como na academia já não discutimos ela como sendo algo cristalizado²⁹, nas ruas também não se faz mais isso. É um discurso que está a ruir. Contudo, o jornalismo ruirá com ela? Cabe ao tempo responder.

2.3. UMA ELABORAÇÃO A PARTIR DE ARENDT

Olhar para o passado e evolução deste ofício é entender que, em suma, o jornalismo sempre foi e será um ato político, assim como usar determinada bandeira ou o cabelo ao natural. A política contém os partidos, eleições e debates, mas não somente neles está contida. Essa

²⁹ Destaque para as contribuições acadêmicas das pesquisadoras feministas que criticam o positivismo da Ciência Moderna, como Donna Haraway, em sua reflexão sobre a “objetividade corporificada” e “situada”, e a aplicação desse pensamento no jornalismo, promovida por Jéssica Gustafsson (2018).

compreensão de política mais ampla, quando unida ao passado do jornalismo são os pilares que me permitem afirmar que o jornalismo é, inerentemente, um ato político.

Para articular tal ideia, começo partindo de uma expedição exploratória em parte da obra de Hanna Arendt, teórica alemã, radicada nos Estados Unidos da América por conta da Segunda Guerra Mundial. O pensamento de Arendt³⁰, amplamente discutido e, portanto, mais vivo do que nunca, desafia a teoria política tradicional com o qual as pesquisas em jornalismo costumam ser realizadas. Arendt foi crítica da modernidade e dos regimes totalitários, eis a importância de recordar do contexto no qual obras fundamentais da autora foram escritas: a segunda guerra mundial e a guerra fria, além dos regimes totalitários violentos que se fortaleceram nestes mesmos períodos. Como Duarte (2000) esmiúça:

A originalidade da perspectiva teórica arendtiana revela-se claramente em suas críticas às difíceis condições que a modernidade e o mundo contemporâneo reservaram para o exercício da política em suas determinações democráticas essenciais, assunto que se encontra no centro do presente artigo. Para Arendt, o traço marcante da modernidade é o esquecimento da política, seja em razão do crescente emprego dos meios tecnológicos da violência, aspecto em relação ao qual os totalitarismos de esquerda e de direita constituem instâncias-limite, seja por causa da transformação estrutural da esfera pública em mero espaço de trocas econômicas de uma sociedade de operários e consumidores, caracterização que a autora julgara pertinente tanto para as modernas sociedades capitalistas e democráticas quanto para os diferentes modelos do socialismo existente. Arendt elabora uma crítica da modernidade marcada pela desconfiança em relação ao marxismo e ao liberalismo político, buscando suas fontes de inspiração nas avaliações contundentes propostas por Nietzsche e Heidegger. Como a política jamais esteve no centro das preocupações filosóficas desses autores, deve-se concluir que Hannah Arendt não se limitou à mera repetição do já pensado por eles, mas, em sua apropriação das críticas de Heidegger e de Nietzsche a respeito da modernidade, logrou também pensar algo novo, ultrapassando assim as limitações de suas filosofias no que diz respeito à compreensão das determinações essencialmente democráticas do político. (Duarte, 2000, p. 250).

Optar por uma incursão, mesmo que breve, no pensamento da autora é uma escolha consciente e que se baseia em dois fatos importantes: em primeiro lugar, suas abordagens oferecem um grau de visão política do qual me aproximo, sempre distante do autoritarismo, próximo aos ideais republicanos e de caráter inquisitório. Em segundo lugar, pela falta de representação que não seja da ordem patriarcal europeia. Dentre a literatura política acadêmica são raros os espaços nos quais mulheres, pessoas não brancas ou das periferias do mundo são tratadas com a referência que um par de autores clássicos recebem. O desafio de trazer Arendt

³⁰ O trabalho de Arendt relativo à política é caro para a presente pesquisa, todavia, a autora, como qualquer pensador inscrito no pensamento da branquitude pode, e deve, ser problematizado. Em outras obras suas a autora apresenta uma leitura racista e equivocada acerca do povo negro. Tal discussão tem sido empreendida com o devido estofo necessário por diferentes pessoas pesquisadoras no último ano, se destacando o artigo de Felizardo et. al (2020).

para a pesquisa em jornalismo político é grande, e não será superado aqui, é tão somente um primeiro passo. A caminhada, por sua vez, não se encerra aqui, o desafio é sempre o fortalecimento de uma academia aquilombada, com pensamento político digno do povo latinoamericano e sua diversidade. Sigamos.

A Condição Humana é um dos marcos teóricos para a Teoria Política do século XX e que se mostra, até hoje, como de suma relevância para pensarmos a forma como agimos em sociedade. No trabalho, Arendt articula um pensamento complexo e que reflete sobre, como o título diz, a condição humana, devendo sempre fazer-se a diferenciação entre ela e a natureza humana. O trabalho da teórica é um avanço significativo que se calca a partir de uma minuciosa revisão que vai desde a Grécia antiga até obras mais modernas.

A autora desdobra o que intitula de *vita activa* em três atividades humanas: o labor, que diz respeito aos aspectos biológicos do corpo humano, e que fazem parte do processo da vida, em outros termos, nascer, crescer morrer; a segunda atividade é o trabalho, que está relacionado com o artificialismo da vida humana, seus produtos são artificiais, que contrasta com os ambientes naturais; e, por fim, há a ação, sendo essa a única das atividades que acontece sem a mediação das coisas ou matérias, diz respeito a humanidade, enquanto grupo, e não a determinado ser humano, individual.

Todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política [...] não apenas a *conditio sine qua non*, mas a *conditio per quam* - de toda vida política. Assim, o idioma dos romanos - talvez o povo mais político que conhecemos - empregava como sinônimas as expressões *viver e estar entre os homens*, ou *morrer e deixar de estar entre os homens*. (Arendt, 2006, p. 345).

A forma como a humanidade se relaciona com suas criações acaba por significar a vida. Como explica a autora:

A condição humana compreende algo mais que as condições nas quais a vida foi dada ao homem. Os homens são seres condicionados: tudo aquilo com o qual eles entram em contato torna-se imediatamente uma condição de sua existência. O mundo no qual transcorre a *vita activa* consiste em coisas produzidas pelas atividades humanas; mas, constantemente, as coisas que devem sua existência exclusivamente aos homens também condicionam os seus autores humanos. Além das condições nas quais a vida é dada ao homem na Terra e, até certo ponto, a partir delas, os homens constantemente criam as suas próprias condições para que, a despeito de sua variabilidade e sua origem humana, possuem a mesma força condicionante das coisas naturais (Arendt, 2004, p. 17).

Para compreender a forma como a política ganha tamanha relevância no pensamento de Arendt é necessário fazer um adendo alegórico. Na vida humana buscamos, e construímos,

elementos que desafiam nossa natureza efêmera no mundo, ou seja, educamos as crianças de nossa família, participamos da vida política, pesquisamos, criamos arte, pois essas são as coisas que podem desafiar a mortalidade inerente ao ser humano.

Então, a autora nos presenteia com o conceito da natalidade, como “o novo começo inerente a cada nascimento pode fazer-se sentir no mundo somente porque o recém chegado possui a capacidade de iniciar algo novo, isto é, de agir” (Arendt, 2004, p. 17). Ou seja, através da ação, o ser humano galga um local que desafia a sua atividade de labor.

Explicitando as conexões que aqui empreendo: o jornalismo é um elemento criado pela humanidade, construído por um sem-fim de decisões conscientes e inconscientes, porém, todas atreladas à condição humana. Ele está intimamente relacionado com a política por ser uma das formas em que se podem articular ações. Por lógica, se o mundo é político, e o jornalismo é parte do mundo, logo, o jornalismo também é político. A negação do papel protagonista da política do mundo também é criticada por Arendt, “a negação do mundo como fenômeno político só é possível à base da premissa de que o mundo não durará; mas, à base de tal premissa, é quase inevitável que essa negação venha, de uma forma ou de outra, a dominar a esfera política” (Arendt, 2004, p. 64). Torres (2007) realiza uma incursão pelo pensamento de Hannah Arendt que é primorosa e sintetiza:

Partindo então do pressuposto, baseado no pensamento de Hannah Arendt, de que a política não é domínio, de que não se baseia na distinção entre governantes e governados e nem é mera violência, mas ação em comum acordo, ação em conjunto, sendo reflexo da condição plural do homem e fim em si mesma, já que não é um meio para objetivos mais elevados, como, por exemplo, a preservação da vida, significando liberdade, somos levados a perguntar se esses juízos naturalizados não seriam falsos e perigosos, isto é, será que ao se desconhecer a "verdadeira política", ao se confundir "aquilo que seria o fim da política com a política em si" (ARENDR, 2006, p.25) não estaria sendo disseminado o imobilismo, um sentimento de inutilidade de qualquer ação, fazendo com que o homem não se reconheça como um sujeito histórico, como um ser capaz de interromper o fluxo inexorável dos acontecimentos? Aceitar que a política não possui um sentido não equivaleria negar significado à nossa própria existência, não nos reduziria a autômatos guiados por algum anão oculto, como "o jogador de xadrez de Maelzel" do conto de Edgar Allan Poe citado por Benjamin, ou, nos termos de Kant, não nos tornaria indistintos dos animais, já que determinados pelas necessidades da natureza e incapazes de iniciar uma cadeia causal por nós mesmos? (Torres, 2007, p. 236-237).

Com essas bases, a pensadora nos desafia a refletir num contexto no qual a política não é tão somente o show assistido a cada eleição, e sim, um ato cotidiano. Por óbvio, a complexidade da autora, nesta mesma obra, vai além e lança críticas sobre a vida moderna, acerca das relações de trabalho, a vida ativa em sociedade e os comportamentos que tornam a humanidade mais ou menos política. Todavia, na presente pesquisa, a obra caracteriza-se como

uma forma de pensamento relevante por compreender a ação política de forma mais ampla, e que, acredito, pode ser incorporada na maneira como compreendemos o jornalismo atualmente. A perspectiva de que o jornalismo é um instrumento de classes dominantes é amplamente conhecida e discutida, através das Teorias Instrumentalistas.

O jornalismo além de um ato político é também um discurso, conforme abordarei em maior profundidade no próximo capítulo. Arendt também pensa acerca do discurso, todavia, uma diferenciação faz-se necessária. O pensamento da autora não se debruça sobre o discurso nos termos que a Análise do Discurso o faz, e sim, no significado da palavra enquanto um conjunto de signos que significam as experiências e sentimentos humanos. De qualquer modo, há a clara conexão entre palavras e ações. “Sempre que a relevância do discurso entra em jogo, a questão torna-se política por definição, pois é o discurso que faz do homem um ser político” (Arendt, 2004, p.11). Quiçás por isso, e lançando um autoquestionamento franco, me pareça impossível analisar o discurso jornalístico sem levar em conta a sua indissociabilidade da política.

Na obra de Arendt o discurso é revestido de um sentido que remonta aos conceitos clássicos da filosofia, no qual a palavra não é tão somente associada com o ato de comunicar, mas também com o ato de revelar. E assim, a palavra é parte constitutiva do processo de criação do poder, pois é através dela que se podem criar consensos sobre quais rumos devem ser seguidos. O discurso é de tal importância para Arendt que a autora relaciona-o diretamente com a própria vida humana, visto que é através deles que:

os homens podem distinguir-se, ao invés de permanecerem apenas diferentes; a ação e o discurso são os modos pelos quais os seres humanos se manifestam uns aos outros, não como meros objetos físicos, mas enquanto homens. Esta manifestação, em contraposição à mera existência corpórea, depende da iniciativa, mas trata-se de uma iniciativa da qual nenhum ser humano pode abster-se sem deixar de ser humano. Isto não ocorre com nenhuma outra. (Arendt, 2004, p. 189)

Meu objetivo é, a partir da leitura de Arendt, indicar que tal instrumentalização é uma ação política levada a cabo, eis o motivo de um título de capítulo tão taxativo. A partir do pensamento de Arendt, pessoas pesquisadoras que dialogam com sua obra e também de outras leituras, busco demonstrar, através de um diálogo que perpassa mais de uma abordagem, como o jornalismo se constitui como um ato político. Ou seja, se o *agir* humano na sociedade é político, todo produto desse agir, incluso o jornalismo, é, conseqüentemente, político.

Pensar a humanidade enquanto ente composto por pessoas políticas em essência, é também assumir que muitos dos fazeres destas pessoas podem ser políticos, intencionalmente

ou não. Assim, reforço o pensamento de que o jornalismo não é mais ou menos do que a sociedade, não é apartado dela, um observador longínquo, e sim, um produto diretamente relacionado com o tempo, local e sociedade do qual é fruto. Parto das teorias construcionistas elaboradas por autores como Franciscato (2005), Hall (1997) e Charaudeau (2006) que indicam a existência de um ciclo de influências entre a sociedade e o jornalismo, fazendo com que este agente ocupe um local bastante integrado na sociedade.

Ao quitar a característica política do humano, quita-se também uma de suas facetas fundamentais no que entendemos como sociedade. Por óbvio, a ação política paulatinamente deixa de ser feita com as próprias mãos, terceirizando esse poder. Podemos tomar o pensamento de Freud (1930) em *O mal-estar na civilização*, obra na qual o autor afirma que em nome da segurança, a humanidade abriu mão de algumas liberdades. A humanidade passou, portanto, a preferir a política em detrimento a guerra, e assim, a política passa a ser parte dos comportamentos sociais fundamentais para a vida em conjunto. Embora o pensamento de Freud não seja focado na política, podemos, sem que haja danos, traçar esta linha, na qual a delegação, através da democracia representativa e suas consequentes eleições, representa uma manifestação da natureza humana, eis a defesa de que o fazer político se tornou umas das características humanas.

Trazendo Freud, Arendt, e os pontos que serão abordados na análise, essa permissividade delegada recebida pelo jornalismo para atuar como um sistema detentor de poder acaba entrando num campo muito mais caracterizado pela subjetividade do que pela concretude aparente dos fatos.

a nossa percepção da realidade depende totalmente da aparência, e portanto da existência de uma esfera pública na qual as coisas possam emergir da treva da existência resguardada, até mesmo a meia luz que ilumina a nossa vida privada e íntima deriva, em última análise, da luz muito mais intensa da esfera pública.
(Arendt, 2004, p. 61)

O jornalismo é parte fundamental da esfera pública tal qual a concebemos nas democracias liberais, também por isso entra no jogo do discurso, do agir, das disputas, e, é claro, da formação de consensos. Produto de seu tempo, o jornalismo faz parte da política mesmo que, se fosse possível, falasse apenas dos fatos sem opacidade. Afinal de contas, quais fatos são dignos de nota para a esfera pública?

O movimento de trazer algumas bases do pensamento de Arendt para a pesquisa em jornalismo é um desafio imenso, que não busco superar, a apropriação de sua obra por nosso

campo é algo promissor. Postas nas mesas as cartas de defesa de minha compreensão, uma pergunta naturalmente surge: de onde vem o poder do jornalismo? Como ele o articula?

2.4. TODO PODER EMANA DO POVO

“Todo poder emana do povo que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente [...]” assim a Constituição, carta mor da democracia brasileira, define a origem do poder. A definição dificilmente poderia ser mais precisa. Voltemos ao pensamento de Arendt (2006), a autora faz uma reflexão sobre como a humanidade, política em princípio, passa a realizar uma movimentação de colocar em primeiro lugar suas necessidades pessoais acima das necessidades da coletividade, e ao fazer isso, delega seu poder para representantes.

Pensemos, então, mais uma vez acerca da provocação da autora acerca da política enquanto uma questão mais ampla do que os sufrágios.

De onde vem o poder do jornalismo? Ora, de uma luta por reconhecimento da própria classe, como busquei demonstrar, e, é claro, da permissão de delegação de poder a ele. Não seria sensato imaginar uma delegação de poder ocorrida em sufrágio, uma vez que a própria constituição do jornalismo é, podemos dizer, um processo sinuoso e definido de acordo com os entendimentos de cada cultura, dotada de particularidades antropológicas e regramentos próprios. O jornalismo, de berço democrata liberal clássico, nasce também como um dos elementos que se vende como uma força de fazer os muitos fracos, um forte. Entender a ocorrência e articulação deste fenômeno seria, por si só, uma pesquisa à parte.

Trazendo o pensamento de Arendt para nosso campo, uma vez que a pesquisadora não se debruçou nos fenômenos comunicacionais *per se*, analisar como essa movimentação se construiu historicamente é muito instigante. Nos tópicos anteriores me debrucei sobre questões históricas, a objetividade como um valor definidor e algumas bases do pensamento de Arendt. Neste momento, parto em busca de uma articulação entre o pensamento de Arendt e outras pessoas pesquisadoras, algumas falando diretamente do caráter político do ofício do jornalismo.

Antes de tratar diretamente das questões referentes ao jornalismo, proponho complexificar o conceito de poder para Arendt. Para a autora, o poder não é simples violência ou influência, e sim a capacidade de articular ações no espaço público, como explica Aguiar (2011):

Em vários textos, Arendt diferencia poder (*Macht*) de domínio (*Herrschaft*), autoridade de mando, política de administração, poder de governo. Com isso, enseja demarcar e resguardar a ideia de poder constituinte, poder esse que não pode ser confundido com poder constituído: governo e aparelhos governamentais. Em todas as análises de Arendt sobre o tema do poder, observamos que ela se mantém firme na defesa da

acepção do poder como essa dimensão capaz de possibilitar o surgimento dos homens como seres livres, e essa liberdade é entendida como capacidade de agir com os outros. Esse aspecto do seu pensamento a tornou conhecida como uma autora que renovou a Filosofia Política, na contemporaneidade. Ela colocou em circulação a retomada da categoria da ação para se pensar o poder. O entrelaçamento entre poder, ação, condição humana e espaço público permite a focalização da visada arendtiana que privilegia a dimensão constituinte como mais importante do que a dimensão constituída, na sua reflexão sobre o poder. (Aguilar, 2011, p. 122).

Trazer o pensamento de Arendt para discutir o poder e caráter político do jornalismo é um caminho espinhoso, pois exige cuidado com as palavras escolhidas, todavia, essa noção de poder na sua perspectiva constituinte dialoga diretamente com o objeto empírico trabalhado nesta dissertação.

Um veículo de comunicação, não importa quão grande seja, não detém o poder constituído de determinar algo, mas pode, hipoteticamente, influenciar o pensamento da população. Assim, através de suas críticas, reportagens e editoriais, uma publicação pode articular ações no espaço público.

Lembremo-nos da série *Fome*, veiculada em 2001 no Jornal Nacional, maior jornal televisivo do país. Além de gerar inúmeros prêmios para Marcelo Canellas, jornalista responsável, também acendeu um debate no espaço público. Já nas eleições de 2002, o tópico foi de grande relevância no debate acerca do sufrágio, que culminou com a eleição de Lula e a criação do programa *Fome Zero* por conta do governo federal em 2003. Guardemos neste exemplo, a devida criticidade em relação ao tal poder do jornalismo, que obviamente não é absoluto ou resolutivo por si só.

O jornalismo, detentor de poder a ele cedido, está em constante processo de renovação dessa concessão, e o faz reforçando sua capacidade de realizar as tarefas que se propõe. Para isso, constrói uma imagem de si, uma das formas de analisar a incorporação do jornalismo enquanto representante legítimo do povo³¹ é olhando para seus discursos acerca de si mesmo. Daiane Bertasso (2014) realizou uma incursão nas capas de quatro grandes revistas brasileiras buscando os sentidos construídos sobre si, ou seja, o *ethos* do jornalismo. Como explica a pesquisadora:

O jornalismo representa papéis não somente da instituição do jornalismo, mas de outras instituições sociais. Ao utilizar uma linguagem específica, o jornalismo referencia também outras instituições. Apesar de divulgar estes “papeis oficiais” como fontes (juizes, sacerdotes, professores), estas referências não representam fielmente

³¹ Aqui a palavra povo é utilizada propositalmente por conta de seu caráter amplo, de difícil entendimento e caracterização. Afinal, qual o povo que o jornalismo representa? Certamente os estudos de representatividade feminina, negra ou LGBTQIA+ não diriam que são devidamente vociferados pela comunicação *mainstream*, assim, a abstração de pensamento vem a calhar no seu emprego nesta pesquisa.

esses papéis oficiais e suas respectivas instituições. Estas representações são uma leitura do mundo, a partir de um lugar institucional que é o jornalismo, desempenhado pelos papéis (jornalistas) que possuem legitimidade para produzirem sentidos a respeito da realidade, por mais que essa realidade também seja construída por meio das outras instituições sociais. (Bertasso, 2014, p. 30).

Essa autorização para narrar a realidade acontece por um processo que pode ser posto sob a labuta de outro grande valor do jornalismo: a credibilidade. Como explica Christa Berger (1996) a credibilidade é o principal capital do jornalismo, pois é através dela que ele recebe autorização para mediatizar o cotidiano, de acordo com a autora, a credibilidade “está constantemente em disputa entre os jornais, e entre estes e outros Campos Sociais” (Berger, 1996, p. 190).

A dinâmica de permissividade para exercer tal papel, e deter tal poder, é trabalhada por autores como Patrick Charaudeau (2006), que propõe a compreensão do contrato de comunicação, uma espécie de troca *qui pro quo*, na qual o jornalismo recebe a permissão de narrar a realidade, cobrar poderes e difundir seus produtos, tendo como contrapartida o dever de o fazer através de métodos e um código de ética pré-estabelecido.

Este mesmo mecanismo de permissão é pensado por Miguel (1999) e Serra (2006), ambos autores, em consonância com Charaudeau (2006) dialogam sobre os mecanismos que possibilitaram ao jornalismo deter este poder. Contudo, é através de Benetti (2008) que um passo imprescindível na pesquisa em jornalismo é dado: o jornalismo é também um discurso, e também através do reconhecimento deste discurso que seu poder tem condições de existir.

Pensamos mais a fundo sobre a política palpável³², ela é reconhecida por símbolos, sejam eles a bandeira, a paleta de cores, o brasão, mas também é reconhecida por seu discurso. Espera-se culturalmente de um mandatário o decoro, a fala mais polida, aspectos que certamente podem ser problematizados sob a égide a insistente elitização dos locais de poder na sociedade brasileira que tenta superar o colonialismo.

Da mesma forma, o jornalismo pode ser reconhecido por seu discurso, não à toa que as universidades ensinam seus alunos a moldar seus textos ao modelo difundido no mercado na atualidade.

Realizando uma infusão entre Arendt (2006), Charaudeau (2006), Miguel (1999), Serra (2006) e Benetti (2008) é possível perceber que o poder emanado pelo jornalismo advém, efetivamente, do povo. Tomar este poder como uma dinâmica para além das relações políticas

³² Como política palpável quero dizer: a política em sua compreensão mais difundida, instituições como os governos do Estado, poderes legislativos e judiciários, eleições, ou seja, tudo aquilo que o senso comum denominaria de política.

é um dos nortes desta pesquisa, uma vez que a partir dos conhecimentos reunidos ao longo da minha jornada acadêmica verifico que a leitura honesta do jornalismo enquanto agente político é um dos caminhos para melhor compreender sua atuação na sociedade.

Defendo a visada como um agente político para que não se encare o objeto de estudo com demasiada ingenuidade. Nós, acadêmicos, devemos buscar uma mirada mais sóbria a todo custo, jamais ignorando os deveres éticos do jornalismo, ou deixando de defendê-los, mas entendendo que como produto humano, é repleto de particularidades e imperfeições. Mais do que buscar encaminhamentos práticos, vejo nosso papel como fermento da discussão, e desta sim, pode florescer um novo dia.

A aceitação da natureza política do jornalismo, e igualmente, do fazer jornalístico é um tópico de reflexão que podemos encontrar nos escritos do suíço Daniel Cornu (1994). Para o pesquisador, o jornalista detém uma vocação política, e por vezes se coloca no papel de "árbitro do espaço público". Cornu chega a defender essa natureza: "sem uma tal permanência do político nos media, o próprio sistema estaria condenado a curto prazo a um encadeamento das crises de racionalidade, legitimação e de motivação. Preservar esse espaço é uma condição da sua própria sobrevivência." (Cornu, 1994, p. 382).

O pensamento que Cornu propõe é muito valioso, pois nos provoca a pensar essa característica do jornalista como um ser político de uma forma que não seja necessariamente ruim. A criminalização da natureza política da humanidade é um erro frequentemente cometido, que aqui espero não replicar. Ora, mas quando é bom que o jornalista seja político e quando não é? Essa pergunta, embora seja merecedora de resposta, não é tão conveniente, pois perde-se no emaranhado de linhas tênues, como a que separa o autocuidado do egocentrismo, a ambição da ganância e até mesmo a paixão ardente da obsessão.

Mais adiante em seu texto, Cornu estabelece um diálogo com a obra de Marx Weber e afirma:

O jornalista é, segundo as categorias de Weber, um homem político: o seu objeto é político, o seu campo de ação é político. Mas fica normalmente na antecâmara, da ação política. O jornalista, como intérprete da realidade, comenta e recomenda opções. Não as faz. É esta a diferença, que dá a sua dimensão à responsabilidade jornalística. (Cornu, 1994, p. 384).

Essa dimensão do pensamento de Weber, decodificada por Cornu é capaz de estabelecer um diálogo direto com a ideia de Hannah Arendt do poder enquanto capacidade de articulação política no espaço público. A articulação entre o pensamento de Weber e Arendt, todavia, não é um mérito que deva ser atribuído a mim, Cornu (1994) o fez de maneira irretocável, por este motivo, exponho um trecho mais longo de sua autoria na íntegra:

Privados da eficácia de um poder no sentido rigoroso, já que a potestas, segundo Arendt, só existe politicamente na medida em que seja legitimada, os media não deixam por isso de ter influência. Nem que seja pelo seu papel fundamental de organizadores do debate político (ou do não-debate político!) - através da sua função de agenda setters. O que leva à distinção clássica entre o poder (nas suas três funções) e os poderes, que correspondem a todos os grupos, movimentos, lobbies ou associações à procura de autoridade e em busca de legitimidade. Os media, historicamente oriundos da esfera privada, pertencem à segunda categoria. Não podem ser colocados sob as mesmas condições de legitimação que os poderes legislativo, executivo e judicial.

Por isso, censurar o jornalista por se arrogar um poder quando não é eleito de ninguém, é fazer-lhe uma acusação indevida. É limitar a exigência de legitimidade ao nível da expressão de um consenso formal sobre a sua função e a maneira de a exercer. É expô-lo naturalmente à procura, como justificações ou como desculpas, de equivalências a uma ratificação popular. Essas equivalências, vai encontrá-las em índices de satisfação avaliáveis junto do público, visto nesse caso como «opinião pública»: números de tiragem de um jornal, taxa de audição de um canal ou de um programa... É levá-lo a identificar a legitimidade da sua função com o sucesso do seu jornal, da sua estação de rádio ou da sua cadeia de televisão no mercado da informação. É obrigá-lo a justificações perversas.

Como pode ele, em suma, justificar-se? Pelo seu modo de gerir o espaço público como lugar de legitimação do poder e dos poderes. Ele não foi eleito. Ninguém fez dele rei, ao contrário do sonho que por vezes alimenta, inebriado pelos espaços nos quais evolui. Se é jornalista, é porque ele próprio o quis, porque a vocação o bafejou (como a outros a vocação da política). Dado que não foi instalado na sua posição por um qualquer movimento popular, não tem de exigir a continuação de um consenso, como garante da sua legitimidade, nem nas sondagens nem nos estudos de opinião. O jornalista só tira a sua legitimidade da discussão, pouco perceptível em sondagens, sobre a verdade da sua informação e sobre a maneira como essa informação verídica. (Cornu, 1994, p. 386-287).

Este trecho de Cornu traz um grau de articulação que quiçá um dia alcançarei, pois consegue articular diversos conhecimentos acerca da natureza do jornalista de forma exímia. O trago agora, após todas as discussões anteriores deste capítulo por um motivo bastante estratégico: embasamento e estofamento de uma visão que seja mais realista com as condições brasileiras atuais.

Reforço, mais uma vez, que reconhecer a natureza política do fazer jornalístico não é, em momento algum, diminuir a importância de seu papel, ou questionar a relevância de sua atuação, pelo contrário, é buscar fomentar uma visão mais honesta.

Ao discutir a relação entre um veículo, no caso deste trabalho, o *Estado de S. Paulo*, podem-se traçar diversos caminhos, o que escolhi é este, um tortuoso, espinhoso e provavelmente bastante criticável. Lançar estas bases, e indicar algumas das filiações teóricas as quais me filio é um movimento necessário, a fim de revelar com honestidade à pessoa leitora quais bases me guiam neste trabalho.

Como vimos, as camadas de complexidade do poder do jornalista passam a se tornar mais complexas, como era de se esperar. Mais uma vez, a natureza política, em conjunto com

o código ético-moral da profissão, delimita uma caracterização única, dando tons para essa relação que somente pode ser compreendida como uma construção francamente antropológica quanto sociológica e, até mesmo, econômica.

Entender a complexidade da dinâmica praticada entre um jornal e seus consumidores³³, e entre estes e os governos, é um desafio grande demais para as páginas escritas por uma única pesquisa. Arrisco-me a dizer que é grande demais até mesmo para toda uma escola de pensamento, todavia, meu objetivo foi, e sempre será, ser fermento, e não o pão em si, pois a fome de entendimento deve ser objeto de interminável insaciedade.

O que a análise evidenciará, especialmente quando falo da presente pesquisa, é que o jornalismo se caracteriza como um ato político, e mais do que isso, o é intencionalmente, porém encoberto por um discurso de austeridade e imparcialidade. Ambos, francamente, fajutos. Há, todavia, um local em que o jornalismo tradicional permite a expressão clara de suas posições políticas diante da esfera pública: o texto editorial. A natureza do texto jornalístico é o tema do próximo capítulo.

³³ Entendendo o jornalismo como produto da Indústria Cultural, ele passa a ser um bem passível de mercantilização, e portanto, opto por referir-me aos seus leitores, espectadores e ouvintes, como consumidores.

3. EDITORIAL: A SENTENÇA, PRODUÇÃO E ENUNCIACÃO

A unidade que compõe a análise desta dissertação é o editorial. Através dos editoriais que articularei a junção entre as bases teóricas e a Análise de Discurso (AD), para fazê-lo, proponho uma reflexão acerca dos editoriais, e seu papel dentro da organização jornalística. Neste caso, *O Estado de S. Paulo*, periódico sudestino já mencionado na introdução deste trabalho.

O Estado de S. Paulo localiza seus editoriais na página número três da publicação, considerada de destaque na lógica dos noticiosos impressos, por ser número ímpar. São três editoriais por dia que versam sobre questões relevantes para o cotidiano nacional, neste trabalho utilizo o principal de cada dia, que é facilmente identificado através de uma hierarquização gráfica de maior destaque. Mais adiante discutirei as condições de produção, estilo e características dos editoriais de *O Estado de S. Paulo*, todavia, foquemo-nos, em um primeiro momento, na caracterização deste ente do jornalismo.

O editorial está vinculado ao opinativo, ele é, de certa forma, a vociferação de determinada posição do veículo em questão. Como explica Guerreiro Neto (2016):

Nem todos os jornais produzem editoriais. Para que sejam relevantes, esses textos dependem da força dos periódicos em que são publicados. “Um mesmo editorial”, diz Luiz Amaral, “[...] poderá ser nulo se publicado num jornal de escândalo ou num semanário inexpressivo, e produzir efeitos profundos se estampado num diário respeitado” (1978: 137). (Guerreiro Neto, 2016, p. 96).

Assim, pode-se perceber que os editoriais caem sob a divisão entre a opinião e a informação, muito embora se possa, com razão, criticar o uso do termo “informação” como sendo detentor de uma lisura metodológica que o livra de quaisquer transmissões de opinião. Numa publicação, o editorial recebe um local de destaque, de área nobre, pois é naquele lugar que o veículo se permite opinar e demonstrar suas posições perante o debate público. Ghisleni (2003), em consonância com as ideias apresentadas no capítulo anterior, sobre o jornalismo enquanto um ato político, descreve o manto que envolve o texto editorial:

Neste espaço, são colocadas as premissas básicas que orientam as questões editoriais do jornal. No editorial, um assunto é escolhido para ser balizado por estas orientações, mas uma leitura mais atenta permite observar orientações políticas mais gerais ali presentes. E este caráter político diz respeito basicamente aos editoriais jornalísticos se configurarem como discursos de representação do interesse coletivo, muito embora se destinem a veicular as opiniões do órgão editor. (Ghisleni, 2003, p. 18).

Assim, vê-se que o jornalismo, mesmo negando sua natureza política para afirmar-se, fornece um local reservado a apresentação de suas opiniões políticas e editoriais. Um editorial sempre assinalará a linha editorial que o veículo segue. Logo, a linha editorial é a balizadora de todos os outros textos ali publicados, mesmo na informação é de se esperar que se sigam esses parâmetros, para que o veículo tenha a capacidade de constituir uma identidade longaeva. Uma provocação preciosa trazida por Guerreiro Neto (2016), em diálogo com a obra de Chaparro (S/D) é no que tange a diferenciação entre opinião e informação, os autores defendem que a simples diferenciação entre forma não garante, por si só, a replicação desta diferença no conteúdo:

A dicotomia informação-opinião, para Chaparro, não ajuda a entender a ação discursiva do jornalismo. As fronteiras seriam destruídas pela inevitabilidade da valoração por parte dos agentes envolvidos no processo. Assim, não seria o caso de diferenciar gêneros jornalísticos com base na separação entre informação e opinião. Para ele, é um equívoco perceber artigo como equivalente à opinião e relato à informação, já que artigo e relato estão na dimensão da forma, enquanto opinião e informação, na do conteúdo. (Guerreiro Neto, 2016, p. 93).

Essa provocação é muito instigante, uma vez que me incita a analisar os editoriais, bem como todo o conjunto dos textos trazidos sob uma ótica de maior complexidade. Todavia, a discussão objetivada aqui não é da ordem dos gêneros jornalísticos, e sim das questões políticas que envolvem um editorial, bem como suas condições de produção. Autores como Marques de Melo (1985, 2006), e Beltrão (1980) e Seixas (2009) debruçaram-se, de forma exitosa na questão do gênero. Contudo, tomo o trabalho de Benetti (2008) como a base para a compreensão do jornalismo enquanto um gênero. O pensamento da autora se torna fundamental ao propor um pensamento complexificado acerca do jornalismo enquanto um gênero. Como afirma a autora:

De modo geral, a discussão tem misturado dois pontos de vista no jornalismo: o funcional — quando define, por exemplo, os gêneros informativo e opinativo — e o textual — quando emoldura os gêneros, subgêneros ou formatos de notícia, reportagem, entrevista, crítica e editorial, entre outros textos possíveis. Nem mesmo combinados, entretanto, esses pontos de vista contemplam as relações intersubjetivas e de poder que efetivamente constituem um gênero (Benetti, 2008, p. 15).

Dessa forma, a autora entra em contato direto com a perspectiva que trabalho no presente capítulo: a de que as condições de produção, enunciação e consumo dos textos editoriais são importantes peças para a compreensão desse texto. O editorial é parte de um discurso maior, mas que articula com o todo determinadas ações.

Ou seja, enquanto gênero, o jornalismo não pode ser definido apenas a partir dos seus aspectos mais visíveis, informativo ou opinativo, reportagem ou editorial. Nesse sentido, a compreensão da autora é aprofundada, defendendo que o jornalismo é um gênero a partir da sua adequação a determinadas regras. Essas regras são tanto externas quanto internas, ou seja, há um pressuposto esperado por quem consome determinado material, e, da mesma forma, há um *ethos* de quem produz um texto jornalístico.

Como explica a autora, sua definição de jornalismo parte de pressupostos expostos do contrato de comunicação de Charaudeau:

Charaudeau nos coloca cinco elementos essenciais para pensar as regras do discurso jornalístico: “quem diz e para quem”, “para quem se diz”, “o que se diz”, “em que condições se diz” e “como se diz”. Todos esses elementos se misturam em um conjunto que só é possível dividir sob o aspecto metódico, mas jamais processual. Para pensar o gênero jornalístico, é preciso considerar a totalidade desses elementos. (Benetti, 2008, p. 21)

Justamente, esse conjunto de elementos essenciais são os responsáveis por caracterizar o jornalismo como um gênero passível de ser reconhecido, “o jornalista imagina um leitor capaz de reconhecer as regras do gênero, compreender seu texto e considerar válido o que é narrado” (Benetti, 2008, p.22). Mas quem lê não é a única pessoa nessa equação do gênero, explica a autora, há também a instituição que emprega a pessoa jornalista, quem partilha da mesma profissão, fontes, entre outras.

O jornalismo se pretende verdadeiro, e, por isso, busca construir um *efeito de verdade* discursivo (Charaudeau, 2006). Essa pretensão é fundamental na compreensão do jornalismo enquanto um gênero, pois dela depende toda a existência da operação do discurso jornalístico.

Buscando sistematizar, na visão de Benetti, o jornalismo é um gênero: 1) passível de ser reconhecido por sua estrutura discursiva; 2) que aspira ao efeito de verdade; 3) que segue um conjunto de regras determinadas; 4) que também é configurado a partir de suas condições de produção.

Assim, o jornalismo se difere de outros gêneros, uma vez que por trás de sua estrutura mais aparente, existe um conjunto de elementos delimitados que o caracteriza. Um exemplo do emprego de linguagem jornalística sem que falemos, efetivamente, de jornalismo é, por exemplo, a utilização da estrutura discursiva jornalística no humor.

Voltemos, então, ao texto editorial nesse emaranhado do gênero jornalístico. A separação entre informação e opinião é observada em diversos fatores, no capítulo anterior, quando discuti a objetividade, pode-se observar também, o início desta divisão. Guerreiro Neto

(2016) defende que “essa distinção entre informação e opinião acabou por se tornar um traço hegemônico no jornalismo ocidental contemporâneo” (Guerreiro Neto, 2016, p. 93).

O editorial, então, passa a ser o local adequado para que a empresa jornalística, seus proprietários e editores expressem suas opiniões:

É através do editorial, principalmente, que o grupo proprietário e administrador do periódico manifesta sua opinião sobre os fatos que se desenrolam em todos os setores de importância e interesse para a comunidade e ligados à existência e desenvolvimento da empresa, tentando, desse modo, orientar o pensamento social para a ação na defesa do bem comum. (BELTRÃO, 1980: 51-52, grifo no original, *apud* Guerreiro Neto, 2016, p. 93).

Mont’Alverne e Marques (2015) afirmam que “o editorial se configura mais nitidamente como um espaço para o jornal ‘fazer política’ e pressionar o poder público, além de ser uma forma de colocar assuntos na pauta coletiva de discussões” (Mont’Alverne; Marques, 2015, p. 122). Ou seja, de todos os momentos que o jornalismo *faz* política, o mais nítido e direto, é justamente o editorial, onde renuncia-se a uma postura que busca vender a neutralidade, imparcialidade e demais fundamentos do discurso sobre si do jornalismo.

Um editorial se dirige tanto ao público leitor usual, quanto aos tomadores de decisão (Guerreiro Neto, 2016). E mira sempre no dito interesse público. Como Sartor (2017) habilmente articulou, a noção de interesse público não é dada, visto que

o interesse público incide como um dos valores de referência e um dos critérios básicos nas escolhas que o jornalista precisa fazer, cotidianamente, ao produzir a notícia: decidir quais são as ocorrências a serem noticiadas, quais as fontes a serem ouvidas, qual o lugar a ser destinado para cada notícia e o quadro de sentidos em que devem ser emoldurados os fatos que constituem o referente do relato noticioso. De modo mais ou menos consciente, os jornalistas atribuem sentidos à noção de interesse público – e à ideia do que seja representar, servir ou defender o interesse público – que lhes permitem simultaneamente identificarem-se com um grupo profissional, justificarem a importância de seu trabalho perante a sociedade e orientarem suas ações nos processos de produção noticiosa. (Sartor, 2017, p. 2).

O pesquisador realizou entrevistas com jornalistas, e analisou-as, valendo-se da Análise de Discurso para investigar os sentidos encontrados sobre o tema. Não surpreendente é a aparição em vários dos discursos de paráfrases que remontam ao *ethos* imaginário do jornalista:

Nesse discurso, elementos que integram a constituição histórica da instituição jornalística no seio de uma formação ideológica liberal são abundantes. O vínculo com os temas sociais e políticos, a possibilidade de esclarecer os cidadãos e transformar a realidade social, o estatuto da notícia como produto que se distingue dos demais por uma finalidade que transcende o caráter comercial das mercadorias comuns, a ênfase na relevância, a tarefa de revelar o que está oculto e o monitoramento do poder são evocados para identificar, justificar e normatizar o trabalho jornalístico.

Assim, os relatos mobilizam um já-dito que faz eco à concepção positiva de verdade e aos preceitos de cidadania e democracia para afirmarem a pertinência do jornalismo como instituição imprescindível às sociedades que têm na liberdade expressão e de ação política um valor inegociável. (Sartor, 2017, p. 14).

Embora o autor tenha se guiado pelas notícias, norteadas pelo informar, e não nos editoriais, que o são pelo opinar, o seu pensamento é tomado aqui como base por articular reflexões que são muito caras ao nosso campo de pesquisa, ou seja, ao discutir o interesse público com foco em notícias, discute-se, mesmo que inintencionalmente todo o foco do jornalismo quando falamos em interesse público.

Os editoriais, como disse anteriormente, pautam-se tanto pela noção de interesse público, quanto pela opinião de quem representa. Põe-se, portanto, um conflito entre o interesse público (guia) e o interesse privado (inerente ao grupo que pauta o editorial).

Lisboa (2012), realizou um estudo deveras interessante acerca de um editorial de *O Estado de S. Paulo* que pode ser tomado como um exemplo valioso para a discussão que empreendo aqui. Em 25 de setembro de 2010, pouco tempo antes do primeiro turno das eleições daquele ano, o jornal publicou o editorial “O mal a evitar³⁴”, no qual “declara voto” em José Serra (PSDB) ante Dilma Rousseff (PT). O editorial causou certo furor, por ser uma incomum manifestação direta sobre posicionamento por parte de um veículo.

Neste contexto, a pesquisadora tomou como objeto empírico os comentários dos leitores no post no Facebook que abrigava o editorial buscando os sentidos, através da Análise de Discurso, construídos pelos leitores acerca da credibilidade do jornal. Os valores nas falas dos leitores foram os seguintes: independência, imparcialidade, honestidade e objetividade. À exceção da honestidade, todos os outros são valores clássicos que fazem parte do discurso sobre si proferido pelo jornalismo. A honestidade, neste caso, está conectada com a transparência e coragem institucional, debates que paulatinamente se tornam mais popularizados (Lisboa, 2012).

O estudo de Lisboa (2012) nos é importante por ser indicador de algumas questões centrais que também justificam a presente pesquisa: o primeiro deles, se deve ao fato de que editoriais são dotados de relevância para o público por exprimirem opiniões acerca da linha editorial, e até mesmo, visão do veículo. Segundo, por assinalar que os leitores não são entes passivos dispostos a comprar o discurso do jornalismo sobre si tão cegamente. E, terceiro, pois demonstra que um veículo reconhece tal importância e não se furta de opinar sobre questões

³⁴ Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/noticias/geral/editorial-o-mal-a-evitar.615255>>. Acesso em 20 de outubro de 2021.

tão diretas quanto o voto, revelando, assim, que tomar tal risco de credibilidade, é uma decisão ponderada.

Mas quais assuntos são mais frequentemente abordados nos editoriais? Aqueles que com mais facilidade se encaixam nos grandes temas nacionais (ou de *interesse público*), como a política e administração de determinado local. Como aponta Guerreiro Neto (2016), em *O Estado de S. Paulo* mais frequentemente fala-se acerca da política, enquanto no seu principal concorrente, a *Folha de S. Paulo*, os temas costumam ser mais diversificados, embora também tratem de política com mais frequência.

Mais do que opinião, um editorial apresenta argumentação, neste caso, a linguagem jornalística é dotada de uma postura que busca persuadir o alvo daquele editorial. De acordo com Mont’Alverne e Marques (2015): “A estrutura argumentativa do editorial busca o convencimento de que o tema apresentado é relevante e importante de ser discutido. Ou seja, os editoriais podem ser, também, um chamado à ação” (Mont’Alverne; Marques, 2015, p. 129).

Essa argumentação, como se pode esperar, não é ingênua, “como a palavra não é passada diretamente ao leitor, o que se busca é que ele aceite a orientação argumentativa apresentada e, conseqüentemente, alinhe-se à posição enunciativa defendida pelo jornal” (Alves Filho, 2006, p. 87).

Trazendo essa camada argumentativa do jornalismo para os momentos em que os editoriais entram em contato direto com a política, Mont’Alverne e Marques (2015) ponderam que:

pode-se dizer que o editorial acaba trabalhando com uma concepção naturalizada do que é política e de como as ações políticas se desenrolam. Diagnosticar a concepção naturalizada de política exposta pelo Jornalismo, contudo, não exige a instituição de uma ação partidária. Tal fenômeno é verificável quando as empresas manifestam “ativamente – e não apenas em posições conjunturais ou disputas eleitorais – uma posição política situada. O Jornalismo é a expressão de uma parte nas disputas mesmo quando não existe alinhamento político-partidário estável ou que funcione como motor para as ‘mensagens’” (Biroli, 2012, p. 5). Isso significa que o Jornalismo reforça os limites da política na medida em que os consagra e os naturaliza, (Mont’Alverne; Marques, 2015. p. 130).

No editorial, o jornalismo utiliza a sua autorização dentro do contrato de comunicação (Charaudeau, 2006) para narrar a realidade num movimento de interpretá-la. “As empresas de comunicação tendem a priorizar a abordagem de assuntos nos quais possam ter sua opinião levada em conta, como questões de política interna” (Mont’Alverne; Marques, 2015, p. 132). Ou seja, o texto editorial, além de argumentativo, também é realizado como forma estratégica de identificação da capacidade de influência que uma publicação tem, ora, qual seria o sentido

de um editorial que discute questões da economia global em detrimento a outros temas onde seria possível maior penetração, como as questões da economia interna?

Feitas as primeiras considerações sobre as camadas de complexidade de um texto editorial, proponho uma reflexão sobre dois aspectos que considero fundamentais para o balizamento da pesquisa: as condições de enunciação e recepção, além das condições de produção do texto editorial. Ao fim, ambos os tópicos estão intrinsecamente conectados um ao outro, seu destrinchamento, portanto, é tão somente uma forma de sistematizar essas camadas necessárias para sermos capazes de compreender com mais afinco as naturezas e culturas do texto editorial.

3.1. DA ELOCUÇÃO NOS EDITORIAIS

Um editorial, como qualquer outro discurso, não nasce do vácuo, nem abriga vozes inexistentes, pelo contrário, ele nasce de uma condição de produção específica e transmite a opinião de determinado grupo. Como Boff (2013) articula: “O editorial só é possível em decorrência de uma linha editorial, ainda que mal traçada ou instável.” (Boff, 2013, p. 191). Chegamos assim, aos questionamentos possíveis acerca da autoria dos editoriais. Em algumas publicações os editoriais são assinados, já no *Estado de S. Paulo*, a assinatura leva o nome do jornal, sem que haja, portanto, um processo de individualização das ideias ali defendidas. Ora, mas se não há assinatura, de quem é a voz cuja elocução chega através das ideias? A partir do diálogo que Boff (2013) estabelece com Beltrão (1980) e dos entendimentos acerca da caracterização da linha editorial, podemos perceber que há uma movimentação proposital na não assinatura do texto.

No pensamento de Alves Filho (2006), o editorial é enquadrado na assinatura institucional, mesmo processo que acontece com bulas de remédio, editais e algumas publicidades. Essa postura, em detrimento a pessoal, traz consigo algumas implicações:

a autoria institucional, no caso dos editoriais, pode ser enquadrada naquilo que Faraco (2005) denominou como o caráter refratado e refratante³⁵ do autor-criador, uma vez que a posição axiológica da empresa jornalística aparece recortada pelo redator de textos e, ao mesmo tempo, a autoria do editorial promove uma refração da realidade que será recriada pelos enunciados. Do ponto de vista da dimensão verbal, há aqui a

³⁵ Refrata e refratante são conceitos trabalhados por Faraco (2005), nas palavras do autor: “O autor-criador é uma posição axiológica recortada pelo autor-pessoa e, portanto, o autor-criador é uma posição refratada, ou, de forma mais precisa: O autor-criador é uma posição refratada e refratante. Refratada porque se trata de uma posição axiológica conforme recortada pelo viés valorativo do autor-pessoa; e refratante porque é a partir dela que se recorta e se reordena esteticamente os eventos da vida.” (FARACO, C. A. Autor e autoria. In: BRAIT, B. (Org.). Bahktin: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005, *apud*: ALVES FILHO, 2006, p. 79).

tendência a não aparecerem pronomes de primeira pessoa, e por outro lado, há a preferência por recursos de impessoalização. (Alves Filho, 2006, p. 81).

Sobre a institucionalização, Alves Filho (2006) afirma que:

fala-se em nome de uma instituição ou empresa, a qual assume a responsabilidade pelo tratamento do objeto de sentido e pelas posições axiológicas assumidas, eximindo o redator do texto das responsabilidades jurídicas e enunciativas em relação ao conteúdo e posições assumidas em cada texto empírico; ou seja, o autor jurídico é a própria empresa jornalística, e esse funcionamento pode ser visto no uso de verbos de terceira pessoa e na ausência de elementos que refiram à primeira pessoa ou ao redator empírico do texto. Esse funcionamento exemplifica bem a tese de Bakhtin (1992a) de que o autorpessoa (aqui, a pessoa do editor) não corresponde ao autor-criador (aqui a posição axiológica assumida pela empresa jornalística), mas, ao mesmo tempo, a reflete e a refrata. Essa função ganha mais proeminência quando o nome da empresa jornalística é explicitamente citado no corpo do texto (Alves Filho, 2006, p. 85).

A assinatura é uma das marcas de lisura do jornalismo, assim, a assinatura em nome da publicação de editoriais indica que a voz ali é institucional, ou seja, as posições são discutidas no âmbito da própria organização e revelam as posições políticas deste grupo.

Em *O Estado de São Paulo*, todos os editoriais são acompanhados da imagem de um cavaleiro com a expressão *ex-libris* e logo abaixo, o nome do veículo. Essa expressão em latim, indica a propriedade do livro, ou, neste caso, da ideia ali expressa.

A tradição do jornal, fundado em 1875 (com o nome de A Província de S.Paulo), é figurativizada nos editoriais, sempre acompanhados pelo cavaleiro do selo *Ex-Libris* a anunciar as novidades. A seção Notas & Informação é não apenas a voz do jornal, é também a imagem da tradição com que se quer avaliar a opinião que ali aparece publicada. A opinião do *Estado* assume uma condição quase autossuficiente, de fechamento em si, sentencial. Sobre pouca mobilidade. (Guerreiro Neto, 2016, p. 99).

Assim, toda a construção dos editoriais de *O Estado de S. Paulo* reflete a construção de uma narrativa acerca da própria instituição. Esta movimentação já foi observada por Mont’Alverne e Marques (2015), que afirmam que o editorial é um “elemento que contribui para consolidar a posição social de determinada instituição jornalística – ao revelar os valores e as perspectivas por ela defendidos” (Mont’Alverne; Marques, 2015, p. 122). Nos seus mais de cem anos de história diversos jornalistas e editores passaram pela redação da publicação, mas a instituição, pelo contrário, se mantém de acordo com valores seculares que são mais antigos até mesmo do que a República. A tradição, portanto, impõe-se para denotar o texto que se segue de maior importância e até mesmo, credibilidade.

Como Beltrão (1980) argumenta, é através do editorial que o grupo proprietário e administrativo de determinado veículo manifesta a sua opinião, desde que estes fatos sejam do

interesse da própria organização, e, ao fazerem, buscam orientar o pensamento social para a ação da defesa do bem comum. Ora, mas que bem comum?

Mantendo em mente esse mecanismo, bem como a história e orientação de *O Estado de S. Paulo* podemos refletir, mesmo que brevemente, acerca da noção de bem comum. Como disse George Orwell em seu clássico *A Revolução dos Bichos*, todos os animais são iguais, mas alguns são mais iguais do que outros. Quando falamos em bens comuns, é de interesse da população mais pobre o enfraquecimento de programas sociais? Uma política econômica de austeridade? Não me atrevo a fazer alguma resposta assertiva de tais perguntas, todavia, tenho a tendência a pensar que não.

Mais do que isso, ao defender o voto em José Serra, nas eleições de 2010, o *Estado* pensava no bem comum? O maior bem comum não seria a transcorrência tranquila de uma eleição realizada democraticamente? Não desejo ser fiscal dos fiscais, portanto, dizer que a publicação deveria ter feito x ao invés de y em determinada ocasião não é algo que farei aqui. Analisar as coisas pelo que elas são, e não pelo que deveriam ser, é cada vez mais um objetivo em minha jornada acadêmica.

Essa questão acerca dos objetivos de um editorial é muito bem trabalhada por Mont'Alverne e Marques (2015):

A leitura de editoriais dos jornais diários, por exemplo, inspira-nos a compreensão de que as instituições jornalísticas procuram dizer aos dirigentes do aparelho burocrático do Estado como gostariam de orientar os assuntos públicos. E não se trata de uma atitude voltada para perceber as reivindicações da coletividade e expressá-las a quem de direito. Significa muito mais um trabalho de “coação” ao Estado para a defesa de interesses dos segmentos empresariais e financeiros que representam. (Mont'Alverne; Marques, 2015. p. 128).

A autoria de um editorial, portanto, trata mais da voz de um grupo com seus interesses, do que ao interesse da nação propriamente dito. Conforme busquei problematizar no capítulo anterior, o jornalismo é detentor de um poder, mas esse poder é muito mais conectado à sua capacidade de articular, e buscar influenciar discussões na esfera pública do que efetivamente de tomar as rédeas da situação.

Os editoriais, além de configurarem locais de locução, também são escritos para um público específico, uma mesma publicação tem diversas sessões justamente por isso, faz mais sentido do ponto de vista econômico diversificar as opções do que tão somente restringi-las, ao menos do ponto de vista de um diário de grande amplitude, como é o caso do *Estado*.

Como explica Mont'Alverne (2017):

De maneira geral, os periódicos não apresentam seus editoriais apenas almejando prestar um serviço ao leitor e orientá-lo sobre o que pensar – função tradicionalmente atribuída ao gênero pela literatura (Beltrão, 1980; Gradim, 2000; Rugar, 2007; Sánchez e Mejía, 2003; Shabir et al., 2014). Jornais de prestígio ocupam a função de gatekeepers e de estabelecadores da agenda (Azevedo, 2016; Billeaudeaux et al., 2003). Na realidade, os profissionais do campo jornalístico de maneira geral costumam escrever tendo em mente a importância dos líderes de opinião (Correia, 2008). A preocupação em endereçar-se às elites do país é explicitada pelos editores de opinião dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*. (Mont’Alverne, 2017, p. 13).

O editorial, portanto, coloca no jogo, ao seu lado, a credibilidade do veículo que a enuncia. Um editorial busca atingir o público que julga ser capaz de tomar ação em relação a determinado assunto, e isso “torna evidente, deste modo, o comportamento dos periódicos como instituições dotadas de interesse em relação aos temas que circulam na esfera da visibilidade pública” (Mont’Alverne, 2017, p. 14).

Mont’Alverne (2017) analisou 185 editoriais de *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* a fim de identificar a quem o texto se dirigia, a pesquisa apontou a dominância de destinos para destinações ao Congresso Nacional e à então presidente, Dilma Rousseff. A autora conclui que:

O jornalismo político praticado nos editoriais dirige-se a agentes políticos detentores de poder de decisão ou a instituições significativas para a democracia e para o sistema político do país, sendo uma maneira de os periódicos estabelecerem um diálogo com eles e os pressionarem quanto à adoção de agendas que julgam prioritárias – procurando formatar a agenda de preocupações da sociedade e do campo político. Ou seja, se o material noticioso já tende a visibilizar agentes políticos que detêm algum poder, pode-se dizer que, nos editoriais, *O Estado de S. Paulo* e *a Folha de S. Paulo* dirigem-se àqueles ainda mais poderosos, endereçando-se diretamente à elite política do país, tomando o acesso à esfera de visibilidade pública ainda mais restrito. (Mont’Alverne, 2017, p. 27).

Essa constatação é importante, pois no editorial, onde a voz da instituição se faz mais presente, é justamente o local onde o público-alvo deixa de ser tão somente o público leitor, e passa a ser a elite política do local. A alteração no público não é mero fato curioso, é um dos componentes fundamentais à compreensão de si mesma.

Por ser um local de destaque nas publicações, onde os grupos detentores falam mais abertamente, é que, nessa pesquisa, trabalho com os editoriais. O canal mais direto entre postura e divulgação é um dos caminhos que permitem problematizar a postura dos jornais perante o emaranhado político típico da sociedade brasileira. Ao olhar para os editoriais falando sobre política, busco compreender melhor não a política, mas sim o jornalismo *per se*.

3.2. DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

Compreender a natureza argumentativa e a quem os editoriais se dirigem é essencial, todavia, numa pesquisa que se pretende como analítica do discurso, as condições de produção também configuram abordagem fundamental.

Para tanto, com base na pesquisa de Guerreiro Neto (2016) e em outras pesquisas realizadas por mim, proponho a reflexão sobre as condições de produção dos editoriais de *O Estado de S. Paulo*. Nesta empresa, o título de “editor”, no sentido da pessoa responsável por determinada editoria, não é utilizado, o termo “diretor” o substitui.

Durante o período em que as análises desta pesquisa compreendem, houve dois diretores de opinião, o primeiro foi Antonio Carlos Pereira, ocupante do cargo até o dia 01 de setembro de 2021. Seu sucessor, que segue responsável pela seção até o momento em que escrevo estas páginas, é Marcos Guterman. Sobre o primeiro titular, Pereira, não foi possível precisar durante quanto tempo ocupou o cargo.

No veículo, as opiniões são abrigadas na seção *Notas & Informações*, localizada na já citada página três da versão impressa. No site da publicação está abrigada na aba “*opinião*” e os editoriais costumam ser replicados através de uma *thread* no *Twitter* todas as manhãs. Já na notícia publicada pelo veículo quando da sucessão de diretores, há uma breve explicação na *Notas & Informações*:

Desde sua fundação, em 1875, o **Estadão** zelou pela separação absoluta entre a opinião – formalizada por meio dos editoriais diários, na seção *Notas & Informações* – e reportagens jornalísticas. Consequência direta dos princípios editoriais do jornal e do respeito com o leitor, essa rígida distinção se mantém até os dias de hoje, para garantir que a cobertura jornalística seja sempre isenta e que o **Estadão** seja sempre independente.

São áreas separadas, mas não desvinculadas. O trabalho da Opinião do **Estadão** baseia-se na apuração feita pela área de Jornalismo.

Os editoriais do jornal sempre tiveram – como se observa pelo próprio nome da seção, *Notas & Informações* – uma dimensão informativa. O **Estadão** entende que a opinião deve se basear nos fatos, rigorosamente apurados. Os editoriais servem, assim, não somente para revelar a opinião do jornal, mas para oferecer ao leitor, com clareza, os elementos factuais que a sustentam. (Redação, *O Estado de S. Paulo*. ‘Estadão’ tem novo diretor de ‘Opinião’, 2021, s/p).

Guerreiro Neto (2016) realizou uma pesquisa na qual entrevista Antonio Carlos Pereira, então Diretor de Opinião do *Estado*. Como explica o autor: “As características e o processo de produção dos editoriais [...] não apenas permitem compreender como se dá a formação da opinião em cada jornal como também expõem marcas de identificação dos periódicos” (Guerreiro Neto, 2016, p. 92).

Já abordei anteriormente a voz trazida nos editoriais, todavia, não se trata de uma simples transcrição:

Não se trata simplesmente da opinião do proprietário, mas de um consenso de opiniões dos diferentes núcleos que participam da propriedade da empresa. Afinal, há relações de luta travadas no interior das organizações, além da possibilidade de pressões externas, como de governos ou anunciantes. Os interesses corporativos são defendidos nesse espaço. (Guerreiro Neto, 2016, p. 94).

Como explica Guerreiro Neto (2016), a organização dentro da instituição é uma questão bastante relevante. Em *O Estado de S. Paulo* “a editoria de opinião é claramente próxima da direção, sendo diretores os responsáveis pela aprovação dos textos. [...] o *Estado* preserva a separação Igreja-Estado típica do jornalismo dos Estados Unidos (‘A redação não interfere na opinião, a opinião é soberana’)” (Guerreiro Neto, 2016, p. 99-100). Essas condições garantem, de certa forma, uma independência na produção de determinado editorial, contudo, essa separação não se traduz, necessariamente, em independência total.

De acordo com Guerreiro Neto (2016), a forma de organização dos editoriais em *O Estado de S. Paulo* perpassa uma reunião diária em que são discutidos os principais tópicos do dia, porém, a decisão do tema e sua abordagem é realizada por um grupo ainda menor de pessoas:

passada a discussão nas reuniões, quem decide são o editor e o diretor. Em alguns casos, o corpo do editorial pode ser praticamente ditado pelo editor. Agora, [...], há uma relativa coesão entre os editorialistas. Houve casos como o de Miguel Urbano, um comunista que era o principal editorialista do Estado na época do golpe militar de 1964, que o jornal apoiou – a adesão [...] à ditadura militar foi mais longa. Mas, no geral, pela escolha de pessoas que tenham certa proximidade de pensamento e pela introjeção de um *habitus* e uma doxa comuns, o posicionamento dos editorialistas tende a não apresentar divergências frontais à opinião do jornal.

Eu sei o que o meu vizinho do lado pensa, ele sabe o que eu penso. Todos nós conhecemos a linha da casa de trás para diante. Nós temos memória, nós estamos aqui há muito tempo. Então a gente não precisa ficar naquela história “sobre esse tal assunto, qual é a linha da casa?”. A gente não precisa fazer isso, isso já está impresso, já está impresso no DNA. (Antonio Carlos Pereira, Estado) (Guerreiro Neto, 2016, p. 96, grifos do autor).

Percebe-se, portanto, que a condição de produção do diretor de opinião não é de total liberdade. Ele, muito embora escolha as palavras, não escolhe o pensamento por trás delas. Falando em outra maneira, é condicionado a algo mais amplo do que a sua existência na organização, é condicionado pelas posições construídas pela instituição com o passar dos anos e sucessão dos fatos.

Uma visão interessante acerca do papel do editorial dentro da publicação, é expressa por Antonio Carlos Pereira na seguinte passagem:

O papel que cumpre o editorial, para Pereira, é menos formar opinião e mais formar convicção: “*Essa história de dizer que o sujeito lê o editorial para formar uma opinião, não, ele lê para formar convicção. Ele vai atrás do argumento. Ou contra ou a favor, mas ele vai atrás do argumento. Opinião ele já tem.*” Essa ideia é importante para relativizar o poder de persuasão da ação argumentativa. O auditório formado pelos leitores de jornais nem sempre está disposto a mudar de opinião, por vezes prefere, a partir do que lê, reafirmar o que já pensava: “[...] *o editorial é um instrumento de conforto. O que significa um instrumento de conforto? Eu tenho as minhas convicções pessoais, então eu vou ler o editorial para reafirmar as minhas convicções. Tanto contra quanto a favor*”, explica Pereira. (Guerreiro Neto, 2016, p. 96).

Pereira, ainda discutindo a condição de produção do editorial, e apresentando a visão que tem sobre o fazer de *O Estado de S. Paulo* afirma: “Eu estou dando uma opinião, eu não estou fazendo o contraditório. A fase do contraditório já passou. Na fase do contraditório, eu ouço um e ouço outro. Na fase da opinião, eu não tenho que ouvir. A fase da opinião é a fase da sentença.” (Guerreiro Neto, 2016, p. 99).

Essa postura do editorial enquanto sentença, embora metafórica, é bastante reveladora acerca das condições de produção que levam ao produto editorial de *O Estado de S. Paulo*, que traz textos duros e enfáticos nas visões que sustenta, como veremos mais adiante na análise.

Assim, o editorial de *O Estado de S. Paulo* passa por um processo de produção que, de certa forma, remete ao dito popular que diz que *vão-se os anéis, ficam os dedos*. Os anéis, neste caso, são os diretores, os dedos, a posição histórica, bem como o poder da família Mesquita sobre a publicação.

3.3. DOS EDITORIAIS

Postas as considerações aqui feitas, faz-se necessária uma sistematização mais direta de algumas considerações que se farão necessárias para o momento da análise, uma vez que a análise não busca dividir a pesquisa em dois momentos (reflexão teórica e análise empírica), pelo contrário, busca construir uma só casa, com cômodos distintos, mas todos sob o mesmo teto.

Guerreiro Neto (2016), propõe uma mudança no paradigma da análise de editoriais, visto que pensá-lo “no interior de uma dicotomia bem demarcada entre informação-opinião (Beltrão, 1980; Melo, 1985), cabe por vezes, além de borrar os limites dessa dicotomia, estabelecer uma relação possível entre opinião e formação da identidade” (Guerreiro Neto, 2016, p. 98). Assim, os editoriais não são tão somente opinião, mas partes da identidade de uma

publicação. No caso desta pesquisa, partes da identidade de um veículo tradicional, influente e intimamente ligado com as elites históricas do Brasil. Esta última frase, inevitavelmente traz consigo uma série de implicações que ajudam a assinalar, por exemplo, a coerência que há quando a publicação apoia o golpe militar de 1964, e anos depois a candidatura de José Serra, para então, já no âmbito desta pesquisa, as fortes críticas ao Partido dos Trabalhadores, bem como a esquerda num geral. Goste-se, ou não, da linha editorial do veículo, há que se admitir que se trata de um pensamento coerente, mais uma vez, ficam os anéis.

Assim, os editoriais, mesmo que dialoguem com o dito *interesse público*, não necessariamente são as vozes do público *per se*. Trocando em miúdos, é como se um editorial fosse uma manifestação sobre temas *de* interesse público, mas defensor dos interesses de um *determinado* público.

Sob a égide da divisão entre opinião e informação, há uma área cinza no qual essas linhas são ultrapassadas frequentemente. Fato é: o jornalismo se vale de sua legitimidade, e poder de articulação no espaço público, para defender os interesses do grupo que detém o poder dentro daquela organização. Estes interesses sempre são escusos e sombrios? Não, *a priori*.

Reforço a postura com que encaro a pesquisa aqui empreendida: ver o jornalismo pelo que é, e não pelo que poderia ser. Quando falamos em jornalismo hegemônico ou *mainstream*, falamos, acima de tudo, de empresas. Empresas cujo principal ativo é deveras importante para a sociedade como um todo, não há dúvida, mas ainda assim, empresas, com interesses mercadológicos, econômicos e políticos.

Mais do que caracterizar um gênero jornalístico, trabalho exitosamente realizado por tantas pessoas que se debruçaram com mais afinco sobre o tema antes de mim, meu objetivo é caracterizar esse gênero da sua concepção até as condições de produção. Os estudos dos efeitos dos editoriais, e sua influência real, para o público pretendido, seriam muito bem-vindos, todavia, são um esforço a parte que foge da alçada da pesquisa que aqui apresento.

O editorial guarda particularidades em relação aos outros conteúdos contidos em uma mesma publicação, uma vez que é através da argumentação direta que se articula. Mont'Alverne (2017) sintetiza isso da seguinte forma:

Se o material jornalístico, de maneira geral, precisa seguir regras específicas do campo quando é produzido, [...] o caso é mais delicado ao tratar-se de editoriais. Nesse espaço, os periódicos fazem suas escolhas de temas, perspectivas e personagens abordados de maneira mais livre. Os interesses da publicação, portanto, permeiam o processo de redação e de publicação dos editoriais, tomando a escolha do conteúdo a ser discutido pelos textos um indicador da importância conferida a ele por parte da empresa. A maior liberdade para definir a própria agenda também possibilita ao jornal visibilizar questões que não estão na pauta do dia da seção noticiosa, mas são

consideradas prioritárias pelas empresas (Lasch, 1995; Eilders, 1999). Assim, além de explicitar as posições do periódico, o editorial exerce uma das funções das quais o jornalismo se investe: pautar o debate público (Kahn e Kenney, 2002). O editorial torna evidente, deste modo, o comportamento dos periódicos como instituições dotadas de interesse em relação aos temas que circulam na esfera da visibilidade pública (Eilders, 1999; Meltzer, 2007). Ao mesmo tempo, o gênero também constitui uma tentativa, por parte das empresas, de endereçar suas demandas a quem julgam ser responsável por atendê-las – usando do poder de pressão e da credibilidade da qual dispõem para convencê-los de que a questão merece atenção. (Mont’alverne, 2017, p. 13-14).

No capítulo anterior defendi a ideia de que o jornalismo é um ato político, essa defesa, em nada está desconexa com o contexto trabalhado neste capítulo ou com a análise que será realizada. A delimitação de escolha de análise das peças editoriais se dá justamente por seu caráter político.

A tomada do editorial como uma peça em que as linhas políticas de uma publicação são explicitadas também foi tópico de estudo de Park (2008). De acordo com o autor, “o editorial e as notícias estão relacionados não apenas pelo fato de serem publicados no mesmo jornal, pois muitas vezes não são, mas porque os editoriais são destinados a complementar as notícias” (Park, 2008, p. 78). Esse processo de complementação, indicado por Park (2008), se dá, de acordo com o autor, num processo que pode desencadear a ação, pois “nunca sabemos o que os fatos significam até descobrirmos como agir em respostas a eles” (Park, 2008, p. 79).

Logo, seguindo essa lógica, ao explicitar uma posição, construir uma linha argumentativa, e ter no horizonte a influência sobre o pensamento dos leitores e, acima de tudo, das elites, o jornalismo está fazendo política.

Todos os dias, na página de número três de *O Estado de S. Paulo*, podemos ver a política sendo feita. Alguns dias com abordagens mais diretas, noutros com maior aplicação das figuras de linguagem metafóricas.

O recorte que proponho aqui, portanto, é apenas um dos tantos que poderiam ser feitos, revelando sentidos mil capazes de nos ajudar, enquanto comunidade acadêmica, a compreender paulatinamente mais sobre o objeto no qual nos debruçamos.

4. PERCURSO TEÓRICO E METODOLÓGICO

Se, por um lado, tanto a discussão sobre o histórico da publicação cujos textos serão analisados, bem como o caráter específico do texto editorial já foram discutidos na pesquisa, faz-se necessário discutir as bases teóricas da análise *per se*. O método adotado aqui é a Análise do Discurso de escola francesa, que prevê um processo de leitura aprofundado e que segue determinadas predisposições, ou seja, há uma perspectiva para além do simples uso do método, uma vez que discursos estão inseridos em contextos sociais, políticos e históricos. Os sentidos são tão relevantes quanto a movimentação que leva a construção deles, suas justificativas e motivações.

Para realizar essa discussão me baseio principalmente em três referências: o criador da escola francesa da AD, Michel Pêcheux, a linguista Eni Orlandi e a jornalista Marcia Benetti. O primeiro tem sua relevância na criação do método e delimitação de muitos conceitos e bases que são de fundamental compreensão para qualquer pessoa que tenha interesse no método. Eni Orlandi, por outro lado, é, muito provavelmente, a maior editora e divulgadora do trabalho de Pêcheux no Brasil, seu trabalho ajudou a consolidar um grupo de pessoas pesquisadoras de diversas áreas que colocaram o nosso país como um dos grandes expoentes do método. Por fim, Benetti faz a sistematização do método dentro da pesquisa em jornalismo, a visão da autora é deveras cara para esse trabalho, pois alia a AD aos conhecimentos prévios de nossa área. Articulando as obras dessas referências com outras, creio ser possível estruturar uma discussão suficiente para essa pesquisa, sem a pretensão de cobrir todos os conceitos e particularidades do método, que está em constante desenvolvimento.

Nesse sentido, a caracterização não configura simples embasamento, e sim uma parte intrínseca do método sem o qual a compreensão dos sentidos tornar-se-ia incompleta. O discurso dos editoriais leva, dentro de si, a presunção de que são verdadeiros e fundamentados, e, portanto, são dotados de uma capacidade de persuasão. Essa questão da dialética persuasiva é apresentada desde os estudos de Aristóteles na retórica clássica, e se torna um debate no jornalismo sob a égide da *credibilidade*. Como bem aponta Lisboa (2012), a credibilidade é fruto de uma movimentação que parte tanto de quem consome determinado texto, quanto de quem o enuncia. Não existe, portanto, credibilidade senão nessa negociação constante que acontece a cada palavra apresentada num jogo com as crenças e tendências de cada pessoa.

Assim, é importante para a análise dessa pesquisa evidenciar que os textos editoriais, de caráter eminentemente opinativo, desfrutam da credibilidade construída pela publicação ao longo de outros textos e tópicos. Sendo parte de uma expressão retórica, os estudos aristotélicos

implicam a sua natureza persuasiva, no sentido de que a exposição de uma opinião em uma publicação busca não apenas externalizar uma visão, mas também dissuadir quem a consome através de uma linha argumentativa.

Ou seja, os discursos são dotados de uma razão de ser, existem tanto para exercer uma função, como para comunicar e articular uma visão de mundo. O texto editorial se pretende um crível e persuasivo, aquele que enuncia sua visão de mundo não o faz de maneira gratuita, pelo contrário, tem como objetivo influenciar a opinião de quem lê. Não se trata, obviamente, de uma visão hipodérmica, mas de como um discurso pode ajudar a compor as bases que possibilitam alguém a criar uma visão sobre determinado assunto.

Essa discussão deságua em uma das premissas dessa pesquisa, a de que o jornalismo é uma prática autorizada a narrar a realidade para as outras engrenagens componentes da sociedade (Serra, 2006). A visão do autor nos leva ao célebre trabalho de Charaudeau (2006) que explora o contrato de informação midiático no qual são inseridas expectativas de um *dever ser* do enunciador do discurso, configurado em finalidades aplicáveis e de ordem prática (mesmo que essas, em último caso também sejam subjetivas), eis a constituição do *ethos* do jornalismo.

Em diálogo aberto com a obra de Charaudeau (2004, 2006), Benetti (2007) nos oferece uma visão intrigante sobre a forma com que podemos encarar o próprio jornalismo. Segundo a autora, em compreensão brevemente explorada anteriormente, uma das tantas maneiras de compreender o fenômeno social do jornalismo, é como um discurso. Um discurso, que como explica, é envolto de predefinições que o tornam perceptível.

Retomando a questão da persuasão e unindo-o às questões levantadas por Benetti (2007), em diálogo com Bakhtin (1979; 1981), o discurso se configura não a partir de sua forma de apresentação, via texto, oralmente etc., e sim pela relação estabelecida entre os sujeitos da interlocução. Assim, é justamente nesse processo de compreensão e aceitação, ou rejeição que determinado discurso se estabelece enquanto tal. Por óbvio, nem todo discurso gera, *a priori*, uma movimentação acerca de sua aceitação ou não. Todavia, quando nos debruçamos sobre os discursos jornalísticos, essa movimentação torna-se mais frequente. A pessoa que consome determinado material realiza, portanto, de forma internalizada, uma avaliação acerca da veracidade de tal material. O debate sobre as formas como isso pode acontecer em maior ou menor intensidade é necessário e tem sido empreendido com o devido esmero por outras pessoas pesquisadoras, principalmente sob a luz das recentes ondas de desinformação e negacionismo.

O que nos interessa, nesse ponto, é delimitar que os discursos, jornalísticos ou não, produzem sentidos sobre o mundo, e o próprio mundo passa a se significar através desses sentidos. Imaginemos, por um momento, a expressão “não passarão”, são duas palavras que já foram empregadas dessa mesma forma inúmeras vezes, porém, a partir de 2018, ela se torna uma palavra de ordem que evoca diretamente um discurso carregado de ideologias contrárias ao então candidato, Jair Bolsonaro, e não apenas a ele, mas a todo seu sistema de valores. De uma expressão corriqueira, essas duas palavras se tornam um discurso que revela muito sobre quem o profere.

Porém, um discurso por si só não é obrigatoriamente verdadeiro, em especial o jornalístico, ele pode, e deve, se pretender verdadeiro. Como expõe Benetti:

Charaudeau distingue valor de verdade e efeito de verdade. O valor de verdade (“ser verdadeiro”) se baseia na evidência e “se realiza através de uma construção explicativa elaborada com a ajuda de uma instrumentação científica que se quer exterior ao homem (mesmo que seja ele quem a tenha construído)” (CHARAUDEAU, 2004, p. 49), remetendo a um saber erudito fundador. Não é o caso do jornalismo. Já o efeito de verdade (“acreditar ser verdadeiro”) se estrutura sobre uma crença construída e se baseia na convicção. É preciso convencer o interlocutor de que a narrativa corresponde à “verdade”, ainda que esta seja de fato uma construção intersubjetiva. “O que está em causa aqui não é tanto a busca de uma verdade em si, mas a busca de ‘credibilidade’, isto é, aquilo que determina o ‘direito à palavra’ dos seres que comunicam, e as condições de validade da palavra emitida” (CHARAUDEAU, 2004, p. 24). (Benetti, 2007, p. 24-25).

Ou seja, o texto editorial, com suas particularidades já discutidas, embora seja fruto direto do processo de formação opinativa de um veículo, goza, por tabela, da credibilidade atribuída a tal publicação. Essa noção de persuasão, que vem sendo permeada ao longo dos últimos parágrafos, é deveras cara para a compreensão do *corpus* a ser trabalhado. O texto editorial por ser opinativo não se permite não aspirar à verdade, a base argumentativa ali empregada se pretende verdadeira, algo que a pessoa leitora possa consumir e atribuir veracidade.

Essa incursão inicial buscou retomar alguns dos conceitos mais caros para essa pesquisa, mas, como disse anteriormente, o conteúdo e a forma são partes indissociáveis deste trabalho, a Análise de Discurso aqui está acompanhada desses pressupostos, mas é ela quem estrutura toda essa pesquisa. Faz-se, portanto, necessária uma incursão sobre as filiações teóricas específicas da Análise de Discurso de escola francesa que serão balizadoras da metodologia aqui empreendida. Não é meu objetivo, e nem poderia ser, exaurir as discussões acerca das possibilidades de aplicação da Análise de Discurso na pesquisa em comunicação, todavia, seu revestimento neste trabalho não é mero acaso, pelo contrário, a AD é uma forma de visão mais

ampla do que a simples aplicação de um método de análise poderia ser em outros trabalhos. Parafrazeando livremente Marshall McLuhan, no presente trabalho, o método é a mensagem.

Quem chegou neste ponto do trabalho passou por um caminho formal que evidencia a história de *O Estado de S. Paulo*, dialogando como foram estabelecidas algumas relações dessa publicação com outros entes da história brasileira. Não estamos falando, como busquei demonstrar, de uma publicação que tenha sido considerada *subversiva* em qualquer período histórico, pelo contrário. Essa viagem ao passado não se trata de mero contexto e barreira necessária ao processo, ela é parte do método do trabalho. Afinal de contas, entender as condições de produção do discurso é uma questão central da Análise de Discurso. Essas condições de produção não se limitam à redação do jornal. Elas vão além, falam com a história do país e também pela perspectiva de quem as conta. Seria ingenuidade acreditar que a relação entre o jornal e os agentes aqui apresentados é meramente casual.

A articulação das elites brasileiras desde a colonização pouco mudou, e continuam sendo calcadas na desigualdade de classes, raças e gêneros. E esse contexto é fundamental para podermos compreender como os editoriais de *O Estado* fazem parte de um processo ideológico secular. Justamente por isso, compreender as condições de produção é fundamental, pois ela interfere diretamente no que é dito.

A fidelidade ao método é fundamental, pois é ela que garante o devido estofamento metodológico necessário para que essa pesquisa tenha validade. Portanto, faz-se necessário abordar alguns aspectos da obra de Michel Pêcheux, filósofo francês que foi um dos fundadores da Escola Francesa da Análise de Discurso, no final da década de 1960.

O que é expresso nos editoriais de *O Estado de S. Paulo* é fruto de um processo histórico que vai muito além das questões cotidianas, é uma visão de mundo partilhada por alguns grupos da sociedade. Esse processo é o interdiscurso, uma espécie de *background* histórico, uma memória discursiva que não é ensinada, mas é partilhada entre os diferentes sujeitos.

Como nos explica Pêcheux:

Um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas: por exemplo, o deputado pertence a um partido político que participa do governo ou a um partido da oposição; é porta-voz de tal ou tal grupo que representa tal ou tal interesse, ou então está 'isolado', etc. Ele está, pois, bem ou mal, situado no interior da relação de forças existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado. O que diz, o que anuncia, promete ou denuncia, não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa; a mesma declaração pode ser uma arma temível ou uma comédia ridícula segundo a posição do orador e do que ele representa, em relação ao que diz. Um discurso pode ser um ato político direto ou um gesto vazio, para 'dar o troco', o que é uma outra forma de ação política (Pêcheux, 2010, p. 75).

O trabalho de Pêcheux é, até hoje, amplamente estudado e desdobrado em inúmeras contribuições relevantes, não apenas ao campo da comunicação, mas também da própria linguística. Embora não seja o objetivo deste trabalho, é necessário compreender algumas concepções de sua obra para delimitar as fronteiras dessa pesquisa.

Como Orlandi (2005) esmiúça, Pêcheux teoriza sobre

[...] como a linguagem é materializada na ideologia e como esta se manifesta na linguagem. Concebe o discurso como um lugar particular em que esta relação ocorre e, pela análise do funcionamento discursivo, ele objetiva explicitar os mecanismos da determinação histórica dos processos de significação. Estabelece como central a relação entre o simbólico e o político (Orlandi, 2005, p. 10).

O discurso, assim, é uma construção de efeitos de sentidos entre sujeitos num plano de materialização da linguística, cujo caráter é também composto pela capacidade de abrigar ambiguidades. Ou seja, o que Pêcheux nos propõe é analisar os discursos não apenas como um emaranhado de palavras, mas como o resultado de uma série de decisões subjetivas que carregam em si significados políticos e históricos. Essa compreensão dá ao discurso uma dimensão de profundidade na qual muito se pode compreender sobre quem o profere. Nesse movimento podemos encontrar a relevância de evidenciar as questões históricas que envolvem a produção do texto editorial e da própria publicação aqui sob análise.

Contudo, não se pode cometer o engano de crer que a Análise de Discurso se trata de uma mera forma de leitura e interpretação de textos políticos, pelo contrário, é uma forma de ver a textualização da política, do âmago das ideologias existentes. Aqui, mais uma vez, compreendo o termo político num sentido mais amplo, não limitado aos usos comuns da palavra, todo discurso é, em suma, político.

Para Pêcheux, explica Orlandi (2005), o que as palavras dizem literalmente, não é aquilo que elas querem dizer obrigatoriamente. Proponho uma breve digressão: um dos mais reconhecidos músicos brasileiros é Jorge Ben Jor, autor da canção “País Tropical”, descrevendo um país livre, feliz, onde a liberdade e o amor reinam, muito comumente é interpretado que o cantor se refere ao Brasil cotidiano, essa é uma leitura possível, é claro. Outra leitura, mais atenta à obra de Jorge é a de que ele não está cantando sobre o Brasil em que vivemos, e sim sobre um outro país, que ainda não existe, um país onde o povo negro é respeitado integralmente e vive em plena liberdade, sem a sombra constante do racismo e todos os seus desdobramentos. São muitos os elementos da obra de Jorge que reforçam o caráter de seu discurso como uma visão diferente daquilo que é lido literalmente, vide o álbum *A Tabua de Esmeralda*, no qual o eu lírico é um alquimista, um místico, um sujeito de possibilidades mil, muito diferente da

realidade imposta ao povo negro. Por óbvio, se tratando de arte, tudo pode ser interpretado de diferentes formas, e isso era algo fundamental durante o período das composições, a Ditadura Militar. Esconder sentidos políticos sob frases literais foi um mecanismo de expressão e sobrevivência amplamente explorado, não apenas na obra de Jorge, mas também de outros artistas.

Essa digressão reforça o caráter que deve ser adotado pelo Analista do Discurso, de aprofundamento na língua, não encarando-a como se fosse uma parede transparente e literal, mas sim em toda a sua opacidade e possibilidades de interpretação. Discurso algum é natural, portanto, seria um erro encará-los dessa forma.

Por fim, é importante destacar que os avanços do campo da AD seguiram nas décadas que vieram, e, da mesma forma, é importante destacar a contribuição da pesquisa brasileira para que isso fosse possível. Muitas pessoas participaram desse processo, todavia, há de se enfatizar a profusão da obra de Eni Orlandi, pesquisadora já citada neste trabalho que é, possivelmente, a maior especialista e principal impulsionadora da obra de Pêcheux em território brasileiro.

A apropriação da Análise do Discurso pela pesquisa em comunicação e sua aplicação operacional neste trabalho é um passo importante de ser explicitado com o máximo de transparência, por esse motivo, nas próximas páginas focarei em trabalhar os conceitos de forma mais direta, através dos escritos de relevantes pesquisadoras nacionais que moldaram diretamente meu interesse e conhecimento na área.

4.1. A ANÁLISE DO DISCURSO NO JORNALISMO

Uma das precursoras do emprego da Análise do Discurso na pesquisa em jornalismo, Marcia Benetti, lança uma visão do jornalismo como um discurso, compreensão já expressa nesse texto. A pesquisadora afirma que o jornalismo é um espaço de “circulação e produção de sentidos” (Benetti, 2007, p. 107), sendo assim, o jornalismo é um discurso dotado de algumas características específicas, que serão abordadas nos próximos parágrafos.

O discurso jornalístico recebe um atributo de intersubjetividade dialógica, ao passo de que não existe em si mesmo, e sim em uma relação entre os sujeitos, essa perspectiva elimina a possibilidade de que esse discurso seja literal, ou, até mesmo, de forma mais vulgar, imparcial. “O efeito de literalidade cresce proporcionalmente ao apagamento de uma ideologia *como* ideologia – quanto mais naturalizada a ideologia, mais as formações que dela derivam carregam sentidos que parecem literais” (Benetti, 2007, p. 108), explica a autora. Com essa compreensão

é possível analisar o discurso jornalístico sob um prisma de pretensão, e não de realidade, objetivamente falando.

A inserção social do jornalismo também não pode ser desprezada quando se pensa o trabalho metodologicamente, o jornalismo é alimentado e alimenta a sociedade em um processo contínuo que torna a sua própria existência possível. Da mesma forma, defende Benetti (2007), o jornalismo é uma forma de conhecimento do mundo, ao passo de que produz uma forma de sistematização sobre ele, e o faz reproduzindo conhecimentos gerados por outros atores sociais, como o campo de especialistas em saúde, por exemplo.

O jornalismo é um discurso presumidamente polifônico em maior parte de seus textos, já nos textos editoriais há a expectativa de leitura da voz una da publicação, todavia, não são raras as utilizações de citações de outras fontes para que uma determinada linha argumentativa seja estabelecida. Ou seja, mesmo em um editorial em que não dá um posicionamento claro da publicação, uma forma de fazê-lo é valendo-se da voz de terceiros, como determinados grupos sociais, por exemplo.

Sobre a aplicação da análise do discurso nas pesquisas em jornalismo, Benetti (2007) vê dois caminhos possíveis, os estudos de sentidos, os de vozes. Para essa pesquisa é mais pertinente nos atermos ao primeiro grupo. Frisa a autora:

[...] o texto é decorrência de um movimento de forças que lhe é exterior e anterior. O texto é a parte visível ou material de um processo altamente complexo que inicia em outro lugar: na sociedade, na cultura, na ideologia, no imaginário. A conjugação de forças que compõem o texto nem sempre é aparente - diríamos mesmo que raramente é visível por si mesma, e só o método arqueológico do analista de discurso pode evidenciar essa origem (Benetti, 2007, p. 111).

Assim, o movimento de pesquisa e de aplicação da Análise do Discurso é perpassado por uma desnaturalização e desliteralização do que está escrito nos discursos. É papel da pessoa que realiza a análise ser capaz de perceber as nuances e influências exercidas sobre aquele discurso, sob pena de realizar uma mera reprodução dos sentidos e ideologias já expressos no original.

Falando em termos práticos, para realizar a aplicação da Análise do Discurso de linha francesa (AD), o primeiro passo é determinar o *corpus* a ser trabalhado. Como lembra Orlandi (2001, p. 64): “A análise é um processo que começa pelo próprio estabelecimento do *corpus* e que se organiza face à natureza do material e à pergunta (ponto de vista) que o organiza”. De acordo com Benetti (2007), utilizar a AD como metodologia de análise requer também compreender as inscrições intersubjetivas do discurso enquanto produtos históricos, sociais e

culturais. Portanto, o contexto nos quais ocorrem é extremamente relevante, o que significa considerar as condições de produção do discurso. A utilização da AD como um método de pesquisa antevê o exercício de dissecação de determinado discurso:

O que fazemos, ao utilizar o método, é um procedimento que depende da iniciativa e vontade do pesquisador. Assim, o primeiro passo é enxergar a existência (apenas operacional e pragmática) de duas camadas: a primeira, mais visível, é a camada discursiva; a segunda, só evidente quando aplicamos o método, é a camada ideológica. (Benetti, 2007, p. 111).

Assim, após a seleção do *corpus*, o próximo passo proposto para a aplicação da Análise do Discurso é a identificação das formações discursivas (FDs), ou seja, os discursos formadores de um *sentido nuclear*. Um exemplo de FD é a compreensão de que o jornalismo deve vigiar as demais instituições, exercendo aquilo que se chama “quarto poder” – é uma formação discursiva que origina textos variados, enunciados por diferentes sujeitos, mas sempre defensores do jornalismo como uma instituição poderosa que de algum modo representaria a voz e os interesses do povo. Essa concepção, bastante corrente em nossa época, é amplamente utilizada pelos jornais para explicar sua própria importância, não é uma unanimidade, e formações discursivas distintas também estão presentes em textos diversos. Além disso, um mesmo texto pode conter mais de uma formação discursiva, de acordo com a diversidade de sentidos que possam ser extraídos dele. Como diz Orlandi (2001, p. 70), “em um texto não encontramos apenas uma formação discursiva, pois ele pode ser atravessado por várias formações discursivas que nele se organizam em função de uma dominante”. Os discursos só existem a partir das formações discursivas. Quanto mais plural for o ambiente discursivo, mais distintas entre si e até francamente conflitantes serão as formações discursivas mobilizadas.

Essa identificação das FDs permite que a pessoa analista consiga identificar as duas camadas expostas anteriormente, discursiva e ideológica. A leitura analítica, portanto, é quando a Análise do Discurso passa a ser empregada de forma metodológica.

No processo de construção do dispositivo analítico, existe um movimento da pessoa pesquisadora, que passa de leitora a analista do discurso:

A construção desse dispositivo resulta na alteração da posição do leitor para o lugar construído pelo analista. Lugar em que se mostra a alteridade do cientista, a leitura outra que ele pode produzir. Nesse lugar, ele não reflete mas situa, compreende, o movimento da interpretação inscrito no objeto simbólico que é seu alvo. Ele pode então contemplar (teorizar) e expor (descrever) os efeitos da interpretação (Orlandi, 2001, p. 61).

Isso significa que há múltiplas possibilidades de leitura e que a interpretação depende da perspectiva teórica adotada por quem realiza a análise e das problematizações que elege como relevantes. Como quem pesquisa não ocupa um lugar neutro, é preciso assegurar a validade de sua análise pela identificação daquilo que se repete. Aciona-se, assim, o conceito de paráfrase, que em resumo é a reiteração de um mesmo sentido ao longo de uma série de sequências discursivas. “Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém [...]. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização” (Orlandi, 2001, p. 36).

A unidade textual de análise da pesquisa que proponho será o texto editorial. Cada editorial conterá múltiplas funções discursivas, e os sentidos vão se construindo ao longo dessas diversas FD's. Por meio do processo de leitura, que é um ir e vir constante sobre os mesmos textos, busca-se a identificação das formações discursivas - que, no caso da pesquisa, serão os valores mobilizados pelos editoriais para a percepção de uma igualdade, ou não, entre Lula e Bolsonaro. É por essa composição complexa do discurso que podemos encontrar os mais variados sentidos dentro de um mesmo discurso.

Para compreender o papel do jornalismo na sociedade e como seus discursos e posturas a impactam proponho inicialmente o acionamento de Charaudeau (2004) no que tange ao já citado contrato de comunicação e também de Giddens (1991), cunhador do termo *expert systems*, sistemas peritos, em tradução ao português. O autor os define como sistemas de excelência técnica e competência profissional capazes de aglutinar e organizar grandes áreas dos ambientes material e social nos quais vivemos. Miguel (1999) explica o funcionamento da confiança nos sistemas peritos, exemplificando que, mesmo sem entender os pormenores técnicos, as pessoas confiam nos engenheiros aeronáuticos, e, portanto, nos aviões, por saberem que a imensa maioria chega intacta aos seus destinos. O mesmo ocorre com o jornalismo, no qual as pessoas delegam confiança para relatar e interpretar os fatos.

Para a organização dos textos trabalhados alimentei uma planilha na qual são listados todos os editoriais do período analisado, seu *link* de acesso, data de publicação e uma primeira triagem que busca analisar se os textos tocam no tema da pesquisa ou não, também disponíveis em anexo (Anexo 1). Em seguida, aqueles textos que são relevantes são inseridos em um documento de texto, onde se dá o processo de recorte das sequências discursivas (SD's) de todos os textos a partir da leitura e interpretação mais atenta, de ir e vir, buscando identificar as FD's e sentidos presentes nas SD's.

Uma vez que essa sistematização é feita, me debruço sobre o processo de escrita da análise propriamente dita, nela não estão abrigados todos os textos, porém busca-se, através de exemplificações demonstrar os sentidos que representam cada formação discursiva (FD).

O *corpus bruto* da pesquisa tem a seguinte delimitação: editoriais da publicação entre 29 de outubro de 2018 e 30 de novembro de 2020 (um dia após o término das eleições municipais de cada um dos referidos anos). Portanto, trata-se de 355 textos. Esse recorte de tempo me permitiu analisar um ciclo eleitoral, dali dois anos haveria a realização de outro pleito geral, que coloca Lula e Bolsonaro em combate direto, esse embate eleitoral, entretanto, não é foco de estudo dessa pesquisa, uma vez que nos interessa mais identificar as formações de sentido que serão exploradas nos meses que se seguiram, bem como no próprio período eleitoral de 2022. Não é objetivo desta pesquisa, portanto, encerrar discussões sobre como o bolsonarismo e o lulopetismo foram constituídos em sua completude, apenas em um determinado período e por uma determinada publicação.

Neste momento passo às delimitações da análise. O recorte temporal justifica-se por uma série de razões, entre elas a necessidade de um distanciamento mínimo entre o *corpus* trabalhado e o momento da análise. A partir de 2021 iniciam-se as discussões acerca do pleito de 2022, quando Lula e Bolsonaro se enfrentam diretamente nas urnas. Vale lembrar que o objetivo dessa pesquisa não é, de forma alguma, promover uma discussão eleitoral, e sim a construção de sentidos. Sob os olhos do que sabemos hoje, algumas construções discursivas são óbvias, porém, o fato de maior interesse é o processo, e não o resultado discursivo, mais uma vez, o interesse nos textos de *O Estado*, e não, propriamente, no bolsonarismo e no lulopetismo.

Cada texto recebeu uma identificação que vai de T1 até T355, essa identificação sempre aparecerá ao final de cada citação dos textos, permitindo que a pessoa leitora identifique o editorial ao qual o texto pertence, também aparecerá o título, para que se possa identificar o contexto de determinado editorial. Por limite de tamanho, nem todos os textos terão seus trechos reproduzidos aqui, pois alguns dos sentidos se repetem em mais de um texto, caracterizando o movimento, já citado, da paráfrase. Todavia, com o intuito de oferecer mais lisura à pesquisa, disponibilizo, em anexo, a planilha contendo todos os textos do *corpus bruto* que passaram por tal triagem (Anexo 1).

No estilo pessoal da análise pretendida, a intenção é guiar quem estiver lendo através de pequenas contextualizações, explicações acerca do sentido e costuras, buscando deixar espaço para que as citações também falem por si. Nas considerações finais abro mais espaço para impressões pessoais e ponderações acerca dos textos e da própria publicação. Esse movimento é proposital, como forma de tentar criar um afastamento maior para que a análise

seja mais consistente. É importante frisar que os termos como *agentes* e *sujeito* não se referem a Lula ou a Bolsonaro enquanto seres humanos nessa análise, e sim ao bolsonarismo e o lulopetismo, movimentos que englobam também Lula e Bolsonaro, mas também outras pessoas.

Como busquei demonstrar, a Análise do Discurso é um método bastante solidificado que pressupõe compreensões e formas de execução delimitadas, a sua utilização acaba por também moldar a própria pesquisa, e ela é, entre outros métodos, uma possibilidade a ser utilizada pela pesquisa em jornalismo. Sem mais delongas, passemos à apresentação dos resultados dessa pesquisa no próximo capítulo de análise dos editoriais.

5. ANÁLISE DOS SENTIDOS SOBRE O BOLSONARISMO E O LULOPETISMO NOS EDITORIAIS DE *O ESTADO E S. PAULO*

Dentro de cada um dos textos editoriais, foi feito o movimento de identificação das *sequências discursivas* (SD's), ou seja, as unidades mínimas que acionam determinado sentido em relação ao sujeito a quem se refere. Foram encontradas 715 sequências discursivas, sistematizadas através dos códigos SD1 até SD715. Uma mesma SD pode se referir a tão somente um dos sujeitos da pesquisa, quanto a ambos. Com isso, em uma mesma SD pode-se ter duas ou mais formações discursivas, em um processo interdiscursivo que é inerente ao próprio discurso. No caso dos discursos dos editoriais em estudo, isso ocorre de modo muito mais explícito porque a construção de sentidos se dá muito frequentemente pela comparação entre os sujeitos, como no exemplo:

Tanto o presidente eleito Jair Bolsonaro como o candidato derrotado Fernando Haddad, tão logo o resultado da eleição presidencial foi conhecido, trataram de acalmar os ânimos da sociedade, bastante exaltados ao longo da campanha eleitoral, especialmente na reta final. Dado o nível da disputa, muito abaixo do que seria considerado civilizado, não surpreende que os dois contendores tenham sido incapazes de respeitar a etiqueta prevista para a ocasião - isto é, nem o candidato derrotado telefonou para o vencedor nem o vencedor mencionou o nome do derrotado ao fazer seu discurso da vitória. No entanto, Bolsonaro e Haddad, em seus discursos, reduziram em vários graus o tom belicoso da campanha eleitoral e conclamaram respeito às regras do jogo e prevalência do interesse nacional. (Desarmando os espíritos, 30 de novembro de 18; T1, FD1 e FD7).

Por fim, existem os núcleos de sentidos, até o momento, foram sete deles, cada um identificado através dos códigos FD1 até FD7. Abaixo apresento-os:

Tabela 1 - Núcleos de Sentidos encontrados (Formações Discursivas – FD's)

IDENTIFICAÇÃO	FORMAÇÕES DISCURSIVAS (SENTIDOS)
FD1	Expectativas
FD2	Despreparo
FD3	Delírios
FD4	Má gestão
FD5	Antidemocrático
FD6	Associação criminosa
FD7	Polarização

Ainda na sistematização dos resultados, é fundamental dizer que uma mesma SD pode acionar mais de um núcleo de sentido (FD), e, como já disse, também pode se referir a mais de um agente aqui analisado, portanto, o número de vezes em que os sentidos foram identificados para caracterizar cada um dos agentes extrapola o número de SD's, todavia a forma de apresentação busca cristalizar a confusão matemática que o levantamento de dados pode sugerir.

O trato aos dados, como indica Meyer (1973), deve ser feito de forma cautelosa, por este motivo, não apresentarei os dados de quantas vezes cada sentido foi acionado, uma vez que isso seria uma distorção de resultados, pois a quantidade de SD's em relação ao bolsonarismo é superior à quantidade de SD's que se referem ao lulopetismo, um dado esperado visto que, como discuti anteriormente, o texto editorial tende a se dirigir a quem está com o poder em mãos. Outro fator que ajuda a compreender a discrepância entre o número de menções ao bolsonarismo em relação ao lulopetismo é a própria visão que a publicação nutria sobre a inserção do lulopetismo na política nacional:

Pouco importa que Lula da Silva seja hoje praticamente um zumbi político, que só aparece no noticiário quando sofre suas rotineiras derrotas na Justiça nos diversos processos a que responde por corrupção. (Assombrações, 11 de maio de 20; T214, trecho da SD442).

Neste gráfico abaixo demonstro a porcentagem de SD's que se referem a cada um dos agentes aqui analisados.

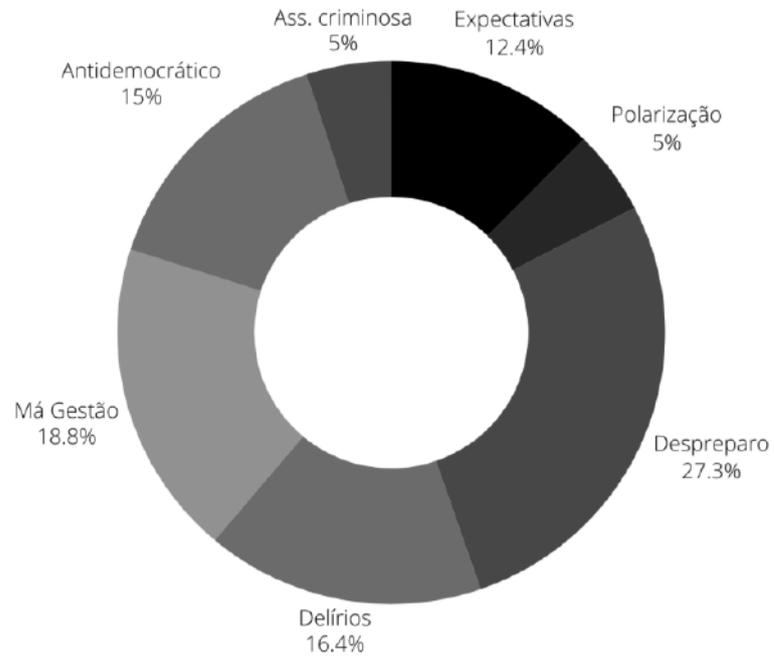
Figura 1 - Proporção de acionamentos nas SD's



Fonte: autor

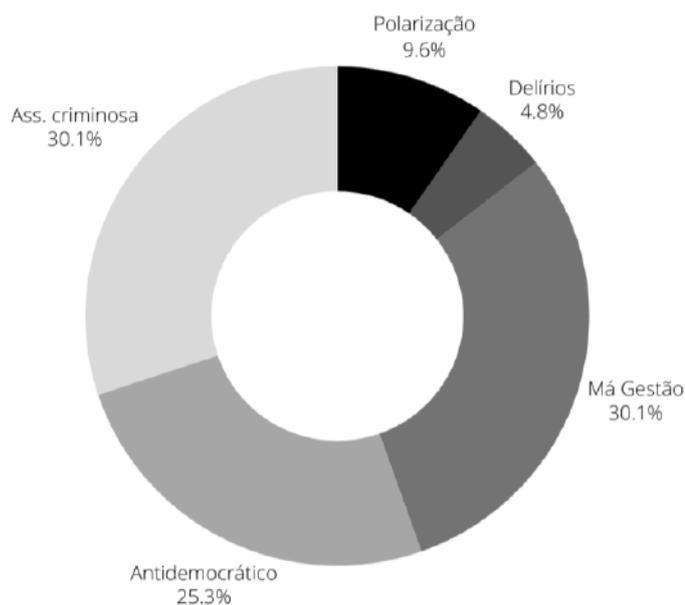
Todavia, um dado que nos interessa, é a quantidade de vezes que determinado sentido é acionado dentro da totalidade de determinado agente, pois este valor ajuda a caracterizar a construção de sentidos acerca dele, e também a forma como a publicação o vê e retrata.

Figura 2 - Composição de sentidos: bolsonarismo



Fonte: autor

Figura 3 - Composição de sentidos: lulopetismo



Fonte: autor

Como se pode observar nos gráficos, dos sete núcleos de sentidos, apenas cinco podem ser aplicados a ambos os agentes. Com o maior número de textos acionando uma construção discursiva em relação ao bolsonarismo, é natural que ele receba maior diversidade de sentidos. Abaixo apresento uma sistematização em relação aos sentidos, a quais dos agentes se aplica e um breve resumo de sua definição nesta pesquisa.

Tabela 2 - Resumos dos sentidos (FD's) encontrados

ID	SENTIDO	APLICAÇÃO	RESUMO
FD1	Expectativas	Bolsonarismo	Expectativas sobre Bolsonaro e sua equipe de governo. O sentido abriga esperanças, hesitações e desilusões sobre a capacidade do governo de empreender a agenda reformista defendida pela publicação.
FD2	Despreparo	Bolsonarismo	Falta de conhecimento, traquejo ou postura para executar as tarefas. Incapacidades pessoais e relações familiares que interferem no governo.
FD3	Má gestão	Ambos	Decisões de gestão pública imprudentes e danosas para a sociedade. Falta de competência na execução de tarefas na administração pública.

FD4	Delírios	Ambos	Desconexão com a realidade. Comportamentos paranóicos.
FD5	Antidemocrático	Ambos	Ataques à democracia, autoritarismo, atitudes que vão contra os interesses da população.
FD6	Associação Criminosa	Ambos	Relação com crimes, analogias linguísticas que acionem o vocabulário ligado a atividades criminosas.
FD7	Polarização	Ambos	Comparação entre bolsonarismo e lulopetismo, falta de diálogo, movimento de aproximação discursiva dos agentes. Radicalismo e extremismo. Terceira via.

Os sentidos serão apresentados na ordem em que estão identificados, deixando a análise e uma discussão teórica acerca da polarização para o final da análise. Trata-se de um movimento proposital na escrita do trabalho, a fim de levar a pessoa leitora pelo caminho que identifica sentidos e seus significados para, depois desse acúmulo, ver como a polarização é construída no discurso de *O Estado de S. Paulo*. A polarização é, sem sombra de dúvidas, um dos achados mais interessantes dessa pesquisa, mas não é o seu centro, mais uma vez, o processo é o foco, e não o resultado dele.

Por fim, e antes do início da análise, se faz necessária um reforço sobre a minha posição neste trabalho enquanto analista, algo que já foi explicitado na introdução do trabalho, mas cuja reiteração é imprescindível. Esse material poderia gerar análises mil, com leituras e abordagens distintas, portanto, creio ser justa a honestidade de me situar politicamente no momento em que realizo a análise, na esperança de que essa honestidade possa suprir a expectativa de imparcialidade. Por óbvio, busco um afastamento do material, todavia, dizer que consigo atingir ele plenamente seria uma inverdade fatal, afinal de contas, o material aqui presente dita o rumo de minha vida e de outras milhões de pessoas.

Tenho um pensamento mais à esquerda do que o lulopetismo representa, e, portanto, muito mais afastado do bolsonarismo. Discordo, categoricamente, do tratamento que as questões sociais receberam na gestão Bolsonaro, e parcialmente nas gestões petistas. Como um homem, negro, gay, interiorano e filho da educação pública, minha análise jamais seria imparcial. O mesmo pode ser dito de qualquer outro analista do discurso com um passado e postura distintas. A escrita dessa pesquisa em primeira pessoa não é um acaso, é um movimento linguístico que simboliza um ponto de vista delimitado. Quanto mais estudo, mais percebo que as boas pessoas analistas de discurso são aquelas que não ignoram suas posições, e sim as que

têm plena consciência delas e, ainda assim, buscam a sobriedade e o distanciamento que o método requer.

Ao longo da análise buscarei manter minhas posições o mais longínquas possível do método, porém, sabendo de minhas limitações, ofereço a quem estiver lendo, a íntegra dos levantamentos e categorizações das SD's, em anexo (Anexo 2), bem como os *links* de acesso para todos os textos que compõem, ou não, a análise no período do trabalho (Anexo 1), como já mencionei. É uma espécie de prova real que busca permitir, de forma facilitada, a discussão ampla, sempre tendo em vista o fomento do pensamento crítico na pesquisa em jornalismo.

Façamos, então, a análise dos sentidos.

5.1. EXPECTATIVAS

O primeiro núcleo de sentidos, Expectativas (FD1) é exclusivo do bolsonarismo, sendo responsável por 12,40% dos sentidos acionados em relação a esse agente. O sentido se refere especificamente aos atos do governo. Expectativas são o ponto de vista de *O Estado de S. Paulo* sobre o que, como e quando devem ser tomadas determinadas ações. Assim como na vida cotidiana acontece, expectativas podem significar esperança no que está por vir, e a quebra delas configura uma grande desilusão. As expectativas não se limitam apenas ao governo eleito antes de assumir ou em seus primeiros meses, pelo contrário, de forma anacrônica, como veremos ao longo da análise, elas persistem por boa parte do período analisado.

Em um primeiro momento há uma certa empolgação com o novo governo, que pode ser identificada, como uma expectativa para que as reformas, e o rumo econômico do país sejam aqueles que a publicação considera os ideais. Há também a esperança de que, após eleito, Bolsonaro molde sua personalidade, ganhando um tom *presidencial*.

A ênfase nas liberdades e no respeito ao Estado Democrático de Direito pareceu ser uma resposta à frequente acusação de que Bolsonaro flerta com soluções autoritárias - afinal, em sua carreira política, fez elogios à ditadura e a torturadores. Assim, é importante que Bolsonaro tenha se sentido na obrigação de reafirmar seu respeito à Constituição e aos primados da democracia, pois nada, nem agora nem no futuro, pode justificar a violação desses princípios. (30 de outubro de 2018; T1, SD2, FD1).

Já no período do governo de transição, as expectativas eram depositadas na crença de que o candidato eleito tinha a disposição para mudar a forma como as relações políticas são conduzidas no país:

O sistema vigente, é claro, reagiu. Os partidos do chamado “centrão”, que se julgam preteridos por Bolsonaro na formação do Ministério, já mandaram avisar, segundo informa o Estado, que vão sabotar o futuro governo na votação da reforma da

Previdência. Tal ameaça, mesmo que dê em nada, serve para confirmar a natureza deletéria do presidencialismo de coalizão e o acerto do presidente eleito em tentar desmontar esse mecanismo (22 de novembro de 2018; T7, SD19, FD1).

Não se sabe se o esforço do futuro governo em dar um basta no presidencialismo de coalizão será bem-sucedido, pois se trata de tarefa espinhosa e apenas iniciada, mas é preciso louvar a tentativa de demonstrar que, ao contrário do que parece, é possível governar o País sem o recurso ao contubérnio com os lambazes do Congresso (22 de novembro de 2018; T7, SD20, FD1).

Essa mudança na forma de condução serve, acima de tudo, ao propósito de “recuperar” as contas públicas. Os editoriais são claros acerca de sua expectativa acerca dos rumos econômicos que o governo eleito deve buscar:

É reconfortante saber que o presidente eleito tem ciência de que, sem uma reforma da Previdência, seu governo corre o risco de ter “problemas” – um eufemismo singelo para o colapso das contas públicas e a consequente paralisia da máquina do Estado, sem falar dos efeitos funestos para o restante da economia. (1 novembro de 2018; T2, SD5, FD1).

Se quiser realmente transformar o Brasil “em uma grande, livre e próspera nação”, como prometeu em seu discurso da vitória, Bolsonaro terá de usar seu imenso capital político para convencer os brasileiros, a começar de seus eleitores, de que o mais importante neste momento é concentrar esforços para reformar a Previdência e racionalizar drasticamente os gastos públicos, medidas que normalmente são impopulares. Sem isso, o País não atrairá os investimentos que se traduzem em empregos. (1 de janeiro de 2019; T18, SD41, FD1).

A economia, sem sombra de dúvidas, o maior gancho para os textos editoriais de todo o período analisado, também era vista pela publicação com ares de recuperação, dando ao eleito uma condição de país superior à encontrada por seu antecessor, Michel Temer.

As apostas a favor do novo governo continuam aumentando. Se os apostadores estiverem certos, o futuro presidente começará seu mandato com inflação e juros mais baixos que aqueles previstos até há poucos dias. Será uma bênção poder enfrentar o primeiro grande obstáculo, o desarranjo das contas públicas, sem ter de se preocupar com maiores pressões inflacionárias e com maiores encargos financeiros. A gestão das finanças federais também será facilitada, em 2019, se os investidores estrangeiros continuarem confiantes como nos últimos dois meses. A melhora do humor nos mercados foi perceptível desde a campanha eleitoral, quando ficou mais clara a desvantagem do PT e de seus aliados (27 de novembro de 2018; T8, SD21, FD1).

Essa esperança, pode-se dizer, também é dotada de um caráter que cobra coerência entre os planos econômicos apresentados durante a campanha e o que seria realizado pela nova gestão.

Só não é possível imaginar que tantos problemas se resolvam por mágica ou por ato de vontade. É preciso muito trabalho e, acima de tudo, a consciência de que é a solidez dos fundamentos da economia que assenta todo o edifício de um bom governo. Com

Jair Bolsonaro vão as esperanças de todos os brasileiros. (1 de janeiro de 2018; T18, SD42, FD1).

Outra medida que foi vista com bons olhos nos editoriais analisados foi a montagem da equipe do governo, sobretudo a do Ministro da Economia, Paulo Guedes. É importante frisar, que a postura econômica, muito mais ligada ao liberalismo, apresentada por Bolsonaro nas Eleições de 2018, não é condizente com sua vida parlamentar, quando o, então deputado, mais de uma vez votou favorável a medidas econômicas mais à esquerda do espectro político. Em um primeiro momento, ao menos, esse passado não é citado nos editoriais. Conforme afirmou a publicação:

Até aqui, Bolsonaro vem montando sua equipe de ministros e assessores sem recorrer ao tradicional toma lá dá cá que tanto caracterizou o chamado “presidencialismo de coalizão”. Trata-se de uma decisão de grande impacto político, que vai ao encontro dos anseios dos cidadãos por uma verdadeira regeneração da política. Se realmente conseguir fechar a porteira do fisiologismo, Bolsonaro contribuirá para uma mudança drástica na cultura parlamentar. No entanto, essa transformação na relação do Executivo com o Legislativo obrigará o presidente a sofisticar o diálogo com os parlamentares, que passará a ser pautado não mais pela negociação desavergonhada de cargos e verbas, mas sim pela discussão de uma agenda comum, restabelecendo a boa política como um bem público. (9 de dezembro de 2018; T13, SD31, FD1)

[...] o candidato à Presidência que defendeu com maior vigor o fim desse sistema político, conforme demandava a maioria dos cidadãos cansados da roubalheira e da avacalhão do Congresso, acabou vencendo a eleição de outubro. Desde então, Jair Bolsonaro, o presidente eleito, tem demonstrado, na montagem de seu Ministério, que está mesmo disposto a acabar com o presidencialismo de coalizão. (22 de novembro de 2018; T7, SD18, FD1)

Na formação de seu Ministério, o presidente Jair Bolsonaro mostrou disposição para acabar com o nefasto presidencialismo de coalizão que vigora no País há mais de três décadas e está na raiz da crise moral e de boa parte de nossos infortúnios. (3 de janeiro de 2019; T20, SD47, FD1)

A esperança na equipe técnica do governo persistiu mesmo quando o próprio Bolsonaro hesitou em alguns pontos considerados cruciais pela publicação, como a reforma da previdência. Desde eleito, e até mesmo durante a tramitação do projeto de lei que visava a reforma da previdência social do Brasil, Bolsonaro hesitou mais de uma vez³⁶ acerca de pontos específicos do projeto de lei. Todavia, a publicação continuou a nutrir a expectativa sobre a capacidade da equipe econômica:

³⁶Datena entrevista o presidente eleito Jair Bolsonaro. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GaZkVYEXyJ8>>. Acesso em 10 de mar. de 2022. Previdência: Bolsonaro admite diminuir idade mínima de mulheres para 60 anos. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/previdencia-bolsonaro-admite-diminuir-idade-minima-de-mulheres-para-60-anos-23489036>>. Acesso em 10 de mar. de 2022.

O presidente Jair Bolsonaro poderá hesitar, como tem hesitado, ou até se perder em considerações sobre educação sexual, mas também poderá encontrar facilmente o caminho para arrumar e fortalecer o Brasil, se guardar uma cópia de um relatório recém-lançado pelo Ministério da Fazenda. Será um caminho politicamente complicado, mas seu desenho é muito mais claro que a maior parte dos planos apresentados na campanha eleitoral, incluído o do vencedor. O documento ressalta, é claro, os ajustes e reformas necessários para impedir um desastre maior, mas vai um bom passo além desse ponto. Seu grande tema é a retomada do crescimento e a palavra-chave, em todos os tópicos sobre o assunto, é produtividade. Importante: produtividade e igualdade de oportunidades são ideias interligadas pela valorização da política educacional. (9 de dezembro de 2018; T13, SD32, FD1)

Por sorte, há entre os assessores do presidente, especialmente na equipe econômica, funcionários que têm demonstrado boa capacidade de trabalho e consciência de suas responsabilidades. (10 de abril de 2019; T56, SD120, FD1)

A fé na equipe econômica, aliás, é grande o suficiente para causar inveja no Vaticano, ao menos quando falamos de fidelidade. É como se *O Estado* esperasse que Paulo Guedes pudesse exercer sua política econômica à revelia dos desafios políticos que Bolsonaro enfrentaria. Por óbvio, a condução econômica de um governo está diretamente subjugada às decisões políticas, não há peripécia tecnicista que mude isso.

Na política econômica externa, essa muito ligada também ao Ministério das Relações Exteriores, as expectativas também estavam altas durante o período de transição e os primeiros momentos do novo governo, muito por uma superação das políticas adotadas pelos governos petistas e dos outros governos latino-americanos de esquerda em geral. Após um comunicado conjunto entre o governo brasileiro e o então governo Macri na Argentina a publicação afirmou:

Tudo isso é promissor: o comunicado conjunto oficializa o compromisso de aperfeiçoar o Mercosul e ao mesmo tempo avançar em novas negociações, obviamente sem as limitações terceiro-mundistas da fase do PT e dos Kirchners. (13 de janeiro de 2019; T25, SD58, FD1, FD3)

O Ministério das Relações Exteriores, então comandado por Ernesto Araújo, foi o epicentro de algumas crises ao longo do governo, já no início da gestão, algumas já despontavam. Todavia, o sentimento de esperança persistiu ao passo que o governo provia sinais de mudança de postura.

Pode ser o começo de uma diplomacia mais civilizada e realista do que aquela desenhada nas primeiras declarações sobre política externa. (13 de janeiro de 2019; T25, SD59, FD1)

Essa esperança é muito importante dentro da compreensão das expectativas. Através dela é possível compreender o que é prioritário para a publicação, afinal de contas, ao falar dos agentes, ela acaba por falar de si própria. É possível perceber uma linha direta entre as expectativas do jornal acerca dos rumos econômicos que o país deve tomar e as propostas do governo Bolsonaro. Igualmente se pode perceber que a esperança dialoga não apenas com a figura de Bolsonaro, mas também de sua equipe, ou seja, há, de certa forma, uma concordância com algumas das pautas que venceram a eleição.

É natural que um governo em seu começo seja recebido com esperança, afinal de contas, ainda não houve tempo para que os erros, sempre inerentes ao ato de governar aconteçam. Contudo, a lua de mel não foi tão longa, e a quebra de expectativas, principalmente econômicas, gera a hesitação em relação ao governo.

A tramitação da reforma da previdência é a peça chave para compreender o processo de quebra das expectativas, pois antes mesmo da posse, qualquer declaração de membros do governo que fosse dotada de caráter não taxativo acerca do tema gerava preocupações nos textos editoriais:

Não é incomum que propostas feitas no calor da campanha eleitoral sejam abandonadas quando o eleito se depara com a crua realidade dos dados econômicos, mas a fala de Bolsonaro em relação à Previdência revela uma hesitação própria de quem não sabe bem o que pretende fazer - e isso, em se tratando da reforma da Previdência, crucial para a solvência do Estado, é particularmente preocupante. (7 de novembro de 2018; T4, SD11, FD1)

Não se trata de defender este ou aquele modelo específico para adequar o sistema previdenciário à realidade econômica e demográfica do País, e sim de esperar que o próximo governo demonstre que tem a exata noção do tamanho do problema e exiba disposição para enfrentá-lo sem tergiversações. Não parece ser o caso da futura administração Bolsonaro. (7 de novembro de 2018; T4, SD12, FD1)

Essas declarações sugerem espantosa alienação sobre aquele que é hoje o principal problema das contas públicas. Dizer que o próximo governo tem “quatro anos” para cuidar da Previdência significa ignorar que, sem uma reforma imediata, não será possível ao governo obter a economia necessária para ao menos pagar os juros da dívida. O resultado é a explosão do endividamento, com o conseqüente risco do colapso da máquina pública. (5 de dezembro de 18; T11, SD28, FD1,FD3)

O uso, por parte dos textos editoriais, da palavra hesitação para definir o comportamento de membros da gestão Bolsonaro seguido de uma expressão de preocupação, ou indicação de rumos a serem tomados acaba por desvelar uma hesitação da própria publicação quanto às expectativas que tinha no governo Bolsonaro.

Corroborando a visão que elaborei de que o jornalismo é um ato político, no sentido de que ele pode fazer política, não é incomum que o veículo indique caminhos. Ou seja, o texto

editorial é usado como um meio de comunicação bem direto para que o governo não se desvie do rumo desejado.

Se quiser fazer um bom governo, e não há razão para acreditar que não queira, Bolsonaro deve começar a estudar melhor os temas mais importantes com os quais terá de lidar, deixando de lado as teorias da conspiração e aceitando a realidade tal como ela é. (5 de dezembro de 2018; T11, SD29, FD1)

Além de descer do palanque, o presidente Bolsonaro precisa colocar os pés na realidade. O discurso populista é comprovadamente incapaz de assegurar os bons resultados que o País demanda. O Brasil, já dissemos nesta página, tem esperanças no governo Bolsonaro. Mas cabe a ele, e só a ele, transformar essas esperanças num Brasil próspero e sem divisões. (2 de janeiro de 2019; T19, SD45, FD1)

Jair Bolsonaro ainda não assumiu a Presidência da República, mas é natural que tudo o que ele e seus principais assessores digam ou façam no período de transição tenha considerável repercussão. Assim, o presidente eleito e aqueles que se apresentam ou são tidos como seus porta-vozes precisam ter em mente que suas palavras e atos, mesmo que não sejam propriamente decisões de governo, pois em sua maioria não passam de intenções, servem para criar ou frustrar expectativas em toda a sociedade brasileira e, dado o peso econômico do Brasil, mesmo na comunidade internacional.

Sendo assim, o recomendável seria que todos os envolvidos na transição fossem mais prudentes, evitando, como se tem visto até aqui, atropelos, desorganização e voluntarismo – que, em alguns casos, pode irrefletidamente atar o País a compromissos de caráter ideológico ou religioso que atenderiam a supostos desejos dos eleitores de Bolsonaro, mas claramente prejudicam o interesse nacional. (2 de dezembro de 2018; T9, SD22, FD1)

O governo deve estar preparado para aceitar a alteração e a supressão de itens do projeto nos próximos meses, mas precisará ter o cuidado de preservar os pontos mais importantes. Esses pontos devem ser relevantes por seus efeitos financeiros e também por suas consequências políticas, porque a eliminação de privilégios é um dos melhores argumentos a favor da reforma. Deve também afastar a tentação de acrescentar penduricalhos para atender a interesses de corporações ou de empresas. (21 de fevereiro de 2019; T39, SD84, FD1)

A hesitação também começa a surgir em relação ao restante da equipe do novo governo, que pode não ser capaz de cumprir as expectativas da publicação:

A cúpula do futuro governo apresentou, até agora, um discurso econômico muito mais ideológico do que pragmático. Até a seleção de boa parte da equipe foi claramente determinada por critérios basicamente ideológicos. Vários dos escolhidos têm excelente reputação profissional, mas ainda é difícil avaliar como será seu desempenho numa função pública. Critérios técnicos predominaram claramente só em alguns casos. É cedo para dizer quanto pragmatismo haverá nas decisões sobre adoção e formatação de políticas de desenvolvimento produtivo e de comércio exterior. (16 de dezembro de 2018; T16, SD38,FD1)

A agenda reformista da publicação é defendida com tamanha ferocidade que, ao menor sinal de hesitação por parte de Bolsonaro sobre o tema, a artilharia dos editoriais se volta contra

ele. E é preciso reconhecer: um presidente democraticamente eleito carrega consigo a prerrogativa de tomar decisões, dentro das possibilidades democráticas, é claro.

Essa extremada ideologização do governo Bolsonaro contraria parte significativa das propostas feitas pelo próprio governo na área econômica, jurídica e administrativa. Se o presidente Jair Bolsonaro não atalhar o quanto antes essa atuação baseada em critérios ideológicos, muito rapidamente haverá conflito entre as áreas do governo. Por exemplo, as reformas econômicas demandam critérios técnicos em sua aprovação e implantação. Não há eficiência administrativa que resista à conferência de carteirinha partidária. Ou não se faz a abertura comercial do País se a principal preocupação na área internacional for atender a demandas de ordem religiosa de apoiadores do governo. (6 de janeiro de 2019; T22, SD52, FD1)

No entanto, se Bolsonaro está realmente disposto a impedir que o cidadão comum “quebre” para “salvar o Estado”, é preciso evitar a quebra do Estado, porque, quando isso acontece, todos pagam - especialmente os mais pobres. A reforma da Previdência é só o primeiro passo para evitar o pior. (7 de novembro de 2018; T4, SD13, FD1)

Como disse, o processo de tramitação da reforma da previdência é a chave para decodificar como as expectativas passam de esperança, se tornam hesitações e desaguam em desilusões. Pensemos um momento sobre como uma reforma é implementada no Brasil: o governo envia uma Proposta de Emenda à Constituição à Câmara dos Deputados, lá o projeto é discutido em comissões, onde pode sofrer alterações, e após isso vai à votação no plenário da casa. Para ser aprovado o projeto precisa de 308 votos. Esse ritual se repete também no Senado Federal. Mas a reforma da previdência tinha uma pedra no meio do caminho: o bloco de sustentação do novo governo contava com 301 deputados³⁷. Ou seja, mesmo que essa base se mostrasse inabalavelmente fiel, ainda seria necessário pescar outros sete votos entre independentes ou opositores. Esse foi o primeiro teste da articulação política do governo Bolsonaro. E a publicação demonstrou profundo interesse na capacidade do governo de se articular no Congresso Nacional:

Parece haver um consenso entre os investidores estrangeiros de que a equipe econômica montada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, é da melhor qualidade e que suas propostas estão alinhadas com as melhores expectativas do mercado. No entanto, começam a surgir dúvidas sobre a capacidade de o presidente Jair Bolsonaro articular no Congresso o apoio necessário para que essas propostas sejam aprovadas e implementadas. (26 de janeiro de 2019; T28, SD62, FD1)

O presidente eleito Jair Bolsonaro precisa definir o quanto antes como articulará seu governo com o Congresso. Do que emergiu até aqui em relação a esse aspecto crucial do próximo governo, as informações não inspiram otimismo, a começar pela indecisão manifestada pelo próprio Bolsonaro. (8 de dezembro de 2018; T12, SD30, FD1)

³⁷ Três blocos parlamentares são formalizados na Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/551176-tres-blocos-parlamentares-sao-formalizados-na-camara-dos-deputados/>>. Acesso em 8 de out. de 2023.

O presidente Jair Bolsonaro fará um governo marcante se implementar, com coragem e espírito público, e com a colaboração efetiva do Legislativo e apoio da opinião pública, medidas fundamentais para reequilibrar as contas públicas, conter a ação desinibida do crime organizado e mostrar inarredável compromisso com os valores democráticos. Para que esta grande missão chegue a bom termo, é imprescindível – como é óbvio – uma relação afinada com o Congresso e as forças vivas da Nação. Sozinho, ou mesmo buscando apoio na voz das ruas – que nem sempre são mais do que ruídos – nada ou muito pouco obterá. (3 de janeiro de 19; T20, SD46, FD1)

Com o tempo, a falta de azeitamento com o Congresso passa a ser criticada com mais veemência, configurando uma clara quebra de expectativas, pois, para aplicar a agenda defendida pela publicação era imprescindível que o governo fosse capaz de articular muito bem nas casas legislativas.

Infelizmente, ao longo do primeiro ano de mandato e, em particular, nos últimos dias, o governo de Bolsonaro tem dado demonstrações públicas de confusão e confronto, seja internamente, seja na sua relação com o Congresso. Desde sempre houve dúvidas genuínas sobre o compromisso de Jair Bolsonaro com as reformas e com o equilíbrio fiscal, mas recentemente sua hesitação causou graves ruídos no Ministério da Economia (21 de fevereiro de 20; T162, SD345, FD1)

Em novembro de 2018, logo após ser confirmado como ministro da Economia do futuro governo de Jair Bolsonaro, Paulo Guedes sugeriu que era preciso dar uma “prensa” no Congresso para aprovar a reforma da Previdência o mais rápido possível. Eram tempos de enorme confiança por parte de Paulo Guedes, na condição de futuro “superministro” com plena autonomia para ditar a agenda econômica. Pouco menos de dois anos de governo, contudo, parecem ter bastado para que ficasse claro ao “superministro” que sua capacidade de dar uma “prensa” no Congresso – ou mesmo no próprio governo – para fazer valer suas ideias era bem menor do que fazia crer a lenda criada em torno de seus “superpoderes”. (14 de setembro de 20; T302, SD595, FD1)

Vemos, portanto, uma desilusão muito bem configurada até mesmo com a equipe econômica do governo, que foi o principal baluarte das esperanças nutridas no novo governo. Contudo, a desilusão não se limita a ela, e muito menos a esse período de tempo. Já nos primeiros discursos do novo governo ela pode ser identificada, quando Bolsonaro age de uma maneira que desperta os temores de *O Estado de S. Paulo*:

Os discursos feitos ontem pelo presidente Jair Bolsonaro, no Congresso Nacional e no parlatório do Palácio do Planalto, foram atos de campanha, e não atos de governo – como era de esperar de um veterano político que assumia a Presidência da República com promessas de “reconstruir” o Brasil. Bolsonaro repetiu os chavões da campanha, em vez de apontar soluções efetivas para os problemas do País. Insistiu em alguns diagnósticos genéricos, mas nos dois discursos não se vislumbrou ao menos um pálido esboço de plano de governo para enfrentar tais problemas. E, se a preleção no Congresso não deu razões para o otimismo, o segundo discurso de ontem, no parlatório, resvalou num populismo rasteiro – um claro sintoma de que não se deu conta dos desafios que terá de enfrentar nem do real papel que terá de exercer como presidente da República. (2 de janeiro de 2019; T19, SD43, FD1)

Existia, de forma bastante óbvia, uma esperança de que o Bolsonaro presidente fosse uma pessoa diferente do Bolsonaro candidato, bem como seus membros de governo. O processo de percepção de que isso não se concretizaria é de grande desilusão nos editoriais da publicação. A cada declaração polêmica o foco das atenções do mundo político era desviado da agenda econômica, o que prejudicava diretamente a agenda econômica defendida por *O Estado*.

Era esperada, pois, a chamada “lua de mel” entre o presidente e a sociedade, encerrando o clima de disputa eleitoral e trazendo a paz necessária para que o governo tivesse condições políticas para levar adiante projetos inarredáveis, alguns bastante impopulares, como é o caso da reforma da Previdência. O governo ainda não perdeu tais condições, mas poderá perder se não arrumar o prumo o mais rápido possível. (13 de janeiro de 2019; T25, SD56, FD1)

O presidente Jair Bolsonaro e seus ministros continuam falando muito menos sobre modernização e dinamização da economia do que sobre questões ideológicas e de costumes. (17 de fevereiro de 2019; T37, SD77, FD1)

Porém, seria um ledor engano achar que essa construção discursiva é uma constante que não acontece num constante movimento de vai e vem dentro dos editoriais. Por exemplo, já em 2020, com o Brasil em uma profunda crise econômica e social fomentada pela pandemia de Covid-19 a publicação já havia perdido sua esperança no presidente da república, mas ainda nutria boas expectativas em relação a outros membros do governo:

Há ilhas de excelência em meio a esse mar de profunda mediocridade, claro. Quando o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, diz num encontro com investidores que os juros vão imediatamente subir se o teto de gastos for desrespeitado, colocando o Brasil no caminho da insolvência fiscal, indica que há gente de muito bom senso em posições estratégicas no governo. Vai na mesma linha o secretário do Tesouro, Bruno Funchal, que afirmou recentemente que “aumentar despesa gera um resultado socialmente ruim, destrói empregos”, enfatizando o que deveria ser óbvio.

Outros setores que têm atuado razoavelmente bem no governo a despeito da mixórdia bolsonarista são a Agricultura e a Infraestrutura. No primeiro caso, a ministra Tereza Cristina vem dando duro para reparar os danos causados à imagem do País e ao agronegócio brasileiro em razão da atitude beligerante de Bolsonaro e da ala lunática do governo em relação ao meio ambiente. No segundo, o ministro Tarcísio de Freitas se dispõe a trabalhar com o que tem e elabora projetos de acordo com a realidade, algo raríssimo na administração bolsonarista. (3 de outubro de 2020; T319, SD636, FD1)

A esperança e a desilusão podem acontecer de forma quase simultânea, como no caso dos dois exemplos a seguir, publicados com cinco dias de diferença:

A equipe econômica tenta resistir, mas os ministros favoráveis aos gastos contam com a tolerância presidencial. Além disso, o presidente cuida prioritariamente, há muito tempo, da reeleição e de outros objetivos pessoais. Eventuais declarações em defesa do teto de gastos são insuficientes para disfarçar as preocupações eleitorais e a desatenção à política fiscal e ao endividamento. O presidente é o sujeito oculto de pressões inflacionárias e do agravamento do risco fiscal. O BC só pode alertar. Conter o presidente ultrapassa as suas funções. (31 de outubro de 20; T338, SD672, FD1, FD4)

Escalado para ser a face racional de um governo que tinha tudo para ser, digamos, excêntrico, o ministro Paulo Guedes frustrou todas as expectativas, graças à sua incapacidade de aceitar o diálogo político, único meio de encaminhar propostas numa democracia. O ministro foi inábil para convencer até mesmo o presidente Bolsonaro de suas ideias. (5 de novembro de 20; T341, SD679, FD1, FD2)

Expectativas, o primeiro dos sentidos analisados chama a atenção por ser um sentido que pode ser francamente conflitante entre si. Há um resquício de esperança constante em todo o período analisado, mesmo com a aparente falta de capacidade de execução da agenda defendida por *O Estado*, ainda há uma fagulha de que ela é passível de se tornar realidade. Talvez por conta do simbolismo que Paulo Guedes teve na campanha, como o grande fiador liberal de Bolsonaro.

É natural, obviamente, que dentro de um governo haja disputas de poder, contudo, e principalmente em um regime presidencialista, pouco se pode fazer sem a anuência do chefe do executivo, afinal de contas, uma única assinatura dele pode destituir toda a equipe de um ministério da noite para o dia. Assim, me parece contraditório como em alguns textos é falado como se houvesse muitos governos dentro de um mesmo governo. Algo que simplesmente não existe.

Esse primeiro sentido ajuda a constituir muitos dos outros que virão e também a revelar os principais parâmetros que regem os valores da publicação. São esses parâmetros que delimitam as ponderações que são feitas e também a forma como os sentidos acerca dos agentes são construídos.

5.2. DESPREPARO

O segundo sentido, Despreparo (FD2), é o último aplicado exclusivamente ao bolsonarismo, e também refere-se quase exclusivamente aos membros do executivo. No caso do despreparo, estão englobadas a falta de capacidade para realizar a tarefa de governar, o que é distinto de realizar ela de uma forma que não é aprovada. Bem como críticas às posturas dos membros, além das questões familiares, estas que devem ser separadas das funções executivas.

O ato de governar prevê um conjunto de habilidades que possibilitem o desenvolvimento das atividades de qualquer gestão. Essas habilidades são o que permitem que o governo possa trabalhar de maneira frutífera, de acordo com seus planos. Como vimos no sentido anterior, *O Estado de S. Paulo* nutria expectativas em relação à capacidade do governo de aplicar uma agenda reformista no Brasil, para isso se concretizar era necessário uma capacidade de articulação política efetiva por parte do executivo.

Os acionamentos da FD2, despreparo, são a maior fatia dentro dos sentidos do bolsonarismo, 27,30% do total. Ou seja, a principal construção discursiva no período analisado acerca desse agente. Delimitando esse sentido, o despreparo é focado especialmente em características pessoais de membros do bolsonarismo, em especial de Jair Bolsonaro.

O ponto de partida para as críticas, é claro, pode ser identificado na desilusão, identificada na FD1, Expectativas. E, em muitos momentos acontece enquanto as esperanças são nutridas. Já no começo do mandato presidencial as críticas são ferrenhas, e cobram, de imediato, uma mudança de postura, de forma que a agenda econômica não seja prejudicada. Fica evidente que o frequente envolvimento de membros do governo em polêmicas, principalmente os da dita agenda de costumes, é visto como uma perda de foco naquilo que realmente importa:

Esta intranquilidade não é causada pela oposição, desarticulada e perdida em seus propósitos, e tampouco pela imprensa, como alardeiam alguns membros do governo e pessoas muito próximas do presidente. Resulta de ações e inações que provêm do núcleo palaciano, que até agora tem dado a impressão de governar de improviso, como se não estivesse preparado para os problemas com os quais, sabidamente, teria de lidar. Uma série de episódios embaraçosos, para dizer o mínimo, canaliza energias do presidente Jair Bolsonaro e de membros de seu governo para infundáveis explicações, e não para o trabalho que tem de ser feito. O que mais se vê são autoridades esclarecendo “mal-entendidos”, desdizendo o que antes havia sido dito em português cristalino, desfazendo o que foi feito ao sabor da repercussão e por aí vai. Quase duas semanas após a posse, não há um fato positivo sequer na agenda governamental.

Até agora, o País não sabe qual a proposta de reforma da Previdência que o governo irá apresentar ao Congresso ou se haverá mudança nas alíquotas de IOF e IR. Mas sabe que “meninos vestem azul e meninas vestem rosa”. (13 de janeiro de 2019; T25, SD57, FD2)

Nem as idades mínimas para homens e mulheres estavam definidas até pouco antes da entrega do texto ao Congresso. Nem mesmo havia um plano de governo. O presidente eleito só dispunha de um discurso ideológico e moralista repetido de forma patética por alguns ministros. Esse despreparo custou um atraso de mais de três meses na formulação final e no encaminhamento da proposta de mudança da Previdência. (21 de fevereiro de 2019; T39, SD83, FD2)

Chama a atenção, contudo, a expectativa de publicação, afinal de contas, muito mais repercutido durante a campanha eleitoral de 2018 foi o discurso acerca da agenda de costumes de Bolsonaro do que sua agenda econômica, sempre delegada ao posto ipiranga, Paulo Guedes.

Há, por parte da publicação, uma cobrança de mudança de postura, como se o candidato fosse uma máscara que esconde o rosto de um grande líder unificador e capaz de não disparar uma metralhadora de preconceitos cada vez que abre a boca.

É constrangedor que um presidente da República se comporte dessa maneira. Um chefe de governo cômico de seu papel institucional teria simplesmente demitido seu ministro,

sem transformar a crise num espetáculo online. Mais importante que isso, porém, é o fato de que Bolsonaro parece tratar assuntos de Estado como se fossem problemas domésticos. ('Filhocracia', 15 de fevereiro de 2019; T35, SD74, FD5)

São cada vez mais evidentes os sinais de que Bolsonaro, como governante, toma suas decisões não por razões de Estado ou como parte de alguma estratégia política de longo prazo, e sim estimulado pela perspectiva do aplauso fácil e imediato, este que brota de suas fanáticas hostes nas redes sociais. (O espectro do populismo, 24 de fevereiro de 2019; T40, SD87, FD5)

Desde a posse, tem causado perplexidade o fato de o presidente Jair Bolsonaro, em vez de buscar a união nacional, continuar alimentando polêmicas e fissuras, num clima de guerrilha eleitoral. No dia anterior ao almoço, por exemplo, o presidente da República compartilhou em sua conta no Twitter vídeo em que seu filho Carlos criticava a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) a respeito da competência da Justiça Eleitoral. Não é disso que o País precisa. (A harmonia entre os poderes, 25 de março de 2019; T51, SD107, FD5)

O presidente da República, Jair Bolsonaro, não parece satisfeito em criar problemas em série no país que governa e passou a causar constrangimentos também em países vizinhos. (Procura-se um presidente, 26 de março de 2019; T52, SD108, FD5)

Porém, a postura de Bolsonaro e sua equipe nunca foi escondida, pelo contrário, era de amplo conhecimento público a afeição às declarações esdrúxulas, e a própria publicação sabia disso. Uma SD, em especial, merece destaque, pois me causa um certo espanto a taxatividade, também em relação ao passado do bolsonarismo, que, ao que o texto indica, era óbvia.

O "bolsonarismo" é, por enquanto, apenas uma caricatura mal-ajambrada de movimento populista, desses que de tempos em tempos assombram o Brasil, mas isso não significa que o País possa tranquilizar-se. Ao contrário: a esclerose precoce do governo de Jair Bolsonaro parece ter despertado no presidente o demagogo que ele sempre foi e que se encontrava apenas anestesiado em razão de conveniências políticas. Caso isso se confirme, a recuperação do País, repleta de obstáculos, será seriamente prejudicada, com consequências graves para a solvência do Estado e para a retomada do desenvolvimento. Nem é preciso enfatizar o perigo que um cenário desses representa para a estabilidade do País e mesmo para a ordem social. (24 de fevereiro de 2019; T40, SD86, FD2, FD5)

É intrigante como a publicação simultaneamente denuncia o histórico despreparado de Bolsonaro, e, na mesma época, nutre expectativas de que ele desempenhe um bom governo. Contudo, o despreparo, embora seja frequentemente canalizado na figura do ex-presidente, não é exclusivo dele, os congressistas ligados ao governo também sofrem duras críticas:

Um exemplo disso foi a designação do deputado Major Vitor Hugo (PSL-GO) para ser o líder do governo na Câmara. Responsável por negociar os votos de seus pares para aprovar a reforma da Previdência, Major Vitor Hugo está em seu primeiro mandato e não tem nenhuma vivência na articulação política. O deputado – que já se declarou contrário ao estabelecimento de uma idade mínima para a aposentadoria – acredita que tenha sido escolhido como líder do governo porque é o único, entre os parlamentares novatos do PSL, que tem alguma experiência na Câmara – onde trabalhou como consultor legislativo na área de segurança nos últimos três anos. É muito pouco para quem terá o imenso desafio de convencer centenas de deputados a aceitar as

impopulares mudanças no sistema previdenciário. (As dúvidas sobre o governo, 26 de janeiro de 2019; T28, SD63, FD2)

Igualmente interessante é perceber que não há qualquer menção nos editoriais de despreparo em relação à equipe do Ministério da Economia, ao menos em um primeiro momento. Ou seja, é como se Bolsonaro e os deputados da base, esses eleitos pelo voto democrático, fossem um empecilho para quem realmente importa.

Com o tempo, o despreparo recebe o tom, já esperado, de sentença. A publicação, que por algum tempo segurou suas afiadas críticas, lança mão delas de forma bastante direta:

Bolsonaro está ficando cada vez mais rápido e certo. Em Davos, precisou de seis minutos para mostrar sua incompetência administrativa. Com os fuzileiros navais, não precisou de mais de quatro minutos para revelar sua face autoritária e sua ignorância cívica. (Quebrando louças, 8 de março de 2019; T42, SD94, FD5)

Nem mesmo os melhores quadros do Itamaraty serão capazes de tal façanha, a julgar pela incapacidade de Bolsonaro de se comportar como presidente da República e de seu chanceler de entender que diplomacia não pode se confundir com religião. (O 'guru' do presidente, 19 de março de 2019; T48, SD101, FD5)

Há poucos dias, em tom de blague, Bolsonaro disse que não nasceu para ser presidente. As sucessivas crises num governo tão novo, com a queda de dois ministros em três meses, a desarticulação política e a paralisia de diversos setores, estão aí a sugerir que talvez ele tenha razão. (O problema é de gestão, 10 de abril de 2019; T56, SD121, FD5)

É natural que o despreparo por parte de um presidente da república incomode qualquer pessoa preocupada com os rumos do país. Centenas de milhões de vidas dependem do sucesso do governo para prosperar, todavia, nos editoriais de *O Estado*, esse despreparo ameaça o projeto de país defendido pela publicação:

Contudo, apenas a reforma da Previdência não basta. Há muito mais a fazer, num país de infraestrutura muito precária, de educação quase sofrível, de saúde em pandarecos e com índices obscenos de violência. O País precisa de rumo, que deve ser dado pelo presidente. Até aqui, Bolsonaro não se mostrou nem remotamente à altura dessa tarefa, e não há razões para acreditar que algum dia estará. (O 'aprendiz de presidente', 31 de março de 2019; T53, SD114, FD5)

Proponho, agora, um salto temporal para entender como esse sentido é complexificado em torno do governo. No primeiro ano da gestão, o governo havia obtido sucesso na aprovação da reforma da previdência³⁸, e, no dia da promulgação da proposta, 12 de novembro de 2019, Bolsonaro anunciou sua saída do partido que o elegeu, o PSL, para fundar uma nova legenda a,

³⁸ Congresso promulga reforma da Previdência. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/11/12/congresso-promulga-reforma-da-previdencia-regras-comecarao-a-valer-depois-de-publicadas.ghtml>>. Acesso em 8 de out. de 2023.

nunca concretizada, Aliança pelo Brasil³⁹. O ano de 2020, começava com a perspectiva de maior crescimento econômico⁴⁰ e continuidade da aplicação da agenda de reformas, mesmo que num ritmo lento para os parâmetros do *Estado*. Mas no meio do caminho tinha uma pedra, e nem Carlos Drummond poderia ver que o problema não era a pedra no caminho, e sim o vírus invisível pairando ali, o SARS-CoV-2, que geraria a maior pandemia que nossa geração já viu. Com impactos diretos em absolutamente todos os aspectos da vida, incluindo a política.

A importância da pandemia nessa análise é fundamental, e, ao menos neste momento, analisaremos ela sob o aspecto político. Em 4 de fevereiro de 2020, o Governo Federal decretou estado de emergência no país e determinou algumas medidas de monitoramento e repatriação de brasileiros que estavam no exterior⁴¹. Em 27 de fevereiro o primeiro caso foi confirmado no país⁴². Em 10 de março, o presidente deu sua primeira declaração pública sobre o tema. Em evento nos Estados Unidos afirmou: "Obviamente temos no momento uma crise, uma pequena crise. No meu entender, muito mais fantasia, a questão do coronavírus, que não é isso tudo que a grande mídia propala ou propaga pelo mundo todo"⁴³. Desse ponto até o famoso "não sou coqueiro"⁴⁴ e todo o descaso com a saúde pública, resultando em 706.276⁴⁵ vidas perdidas até o momento em que escrevo estas páginas, todos sabemos o que foi a pandemia sob o governo Bolsonaro.

Fato é: o despreparo de Bolsonaro e seu governo foi criticado duramente pelos editoriais de *O Estado de S. Paulo*. A verdadeira inação do Governo Federal foi duramente criticada desde os primeiros dias do agravamento da crise sanitária no Brasil:

³⁹ Bolsonaro anuncia saída do PSL e criação de novo partido. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/11/12/congresso-promulga-reforma-da-previdencia-regras-comecarao-a-valer-depois-de-publicadas.ghtml>>. Acesso em 8 de out. de 2023.

⁴⁰ Economia brasileira deve crescer 2,5% em 2020, diz CNI. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-12/economia-brasileira-deve-crescer-25-em-2020-diz-cni>>. Acesso em 8 de out. de 2023.

⁴¹ Mesmo sem confirmar coronavírus no Brasil, governo decreta emergência. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/02/04/mesmo-sem-confirmar-coronavirus-no-brasil-governo-decreta-emergencia.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em 8 de out. de 2023.

⁴² Coronavírus: Brasil confirma primeiro caso da doença. Disponível em: <<https://www.unasus.gov.br/noticia/coronavirus-brasil-confirma-primeiro-caso-da-doenca>>. Acesso em 8 de out. de 2023.

⁴³ Bolsonaro diz que 'pequena crise' do coronavírus é 'mais fantasia' e não 'isso tudo' que mídia propaga. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/10/bolsonaro-diz-que-questao-do-coronavirus-e-muito-mais-fantasia.ghtml>>. Acesso em 8 de out. de 2023.

⁴⁴ 'Não sou coqueiro, tá?', diz Bolsonaro ao responder sobre mortos por coronavírus. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/20/nao-sou-coqueiro-ta-diz-bolsonaro-ao-responder-sobre-mortos-por-coronavirus.ghtml>>. Acesso em 8 de out. de 2023.

⁴⁵ Dados do DataSUS, através do Painel Coronavírus. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em 8 de out. de 2023.

Para os que ainda julgavam possível que Bolsonaro, ante a gravidade da crise, enfim tomasse consciência de seu papel e passasse a atuar como chefe de Estado, e não como chefe de bando, deve ter ficado claro de vez que o ex-deputado do baixo clero jamais será o estadista de que o País precisa. Bolsonaro, definitivamente, não é reciclável. (4 de abril de 20; T190, SD401, FD2)

Assim, para Bolsonaro, não importa nem preservar a economia nem as vidas dos cidadãos; a única coisa que interessa é salvar seu governo e, principalmente, sua imagem, com vista à próxima eleição. Por isso, insurge-se contra todos aqueles que – governadores à frente, mas também seu ministro da Saúde – propõem ou ministram remédios amargos, mas imprescindíveis, para conter a epidemia. (20 de março de 20; T182, SD390, FD2)

As críticas passam a ser cada vez mais taxativas sobre o despreparo de Bolsonaro para lidar com os efeitos da pandemia. Na sequência de SD's a seguir, busco evidenciar essa escalada:

O enfrentamento desta crise, que caminha para ser a maior da história do Brasil, depende, fundamentalmente, de harmonia entre as diversas autoridades, em todas as esferas, resguardadas as prerrogativas de cada uma, conforme o espírito da Federação. E depende de articulação dedicada entre o presidente, seus ministros, os governadores e os prefeitos, além do Congresso, do Judiciário e do Ministério Público. Obviamente não é fácil, como ficou claro na maior parte dos países do mundo, às voltas com atropelos no combate à covid-19. Mas é muitíssimo mais difícil, quase impossível, quando se tem um presidente que, tal como um adolescente birrento e mandão, é absolutamente incapaz de ver o mundo além do próprio umbigo. (12 de maio de 20; T215, SD444, FD2)

Desafortunadamente, o País é presidido por alguém inepto como Jair Bolsonaro no momento em que enfrenta a mais mortal crise sanitária em mais de um século. Uma tragédia dentro da tragédia. Nunca se saberá ao certo qual seria a história da pandemia de covid-19 no Brasil caso o presidente fosse outro, alguém minimamente cioso de suas responsabilidades, empático e capaz de inspirar e liderar seus concidadãos nesta hora grave. À Nação só resta refletir, amadurecer e evoluir no processo de escolha de seus líderes. É este o curso natural da democracia. (25 de julho de 20; T270, SD540, FD2)

Já as aflições de Jair Bolsonaro são de outra natureza. O presidente teme os supostos reveses políticos que o sucesso da “vacina chinesa do Doria”, em referência ao governador de São Paulo, João Doria (PSDB), possa causar em sua pretensão de ser reeleito em 2022. É desumano e indigno.

Para qualquer presidente da República minimamente cioso da responsabilidade do cargo que ocupa, o cálculo político deveria ser a última de suas preocupações quando o que está em jogo é a vida de milhões de seus concidadãos. (19 de outubro de 20; T330, SD658, FD2)

Uma vez na Presidência, Bolsonaro não perde seu tempo governando, coisa que, de resto, seria incapaz de fazer; concentra suas energias em sua campanha antecipada pela reeleição e, para esse fim, não se constringe em explorar a pandemia de covid-19 e seus cerca de 160 mil mortos para tentar ganhar votos. Estimula aglomerações, menospreza a vacina e incentiva os cidadãos a tomar remédio sem eficácia comprovada, tudo para se livrar do fardo de liderar o País neste momento tão difícil e para atribuir a terceiros – seus adversários políticos – a responsabilidade pela crise. (30 de outubro de 20; T337, SD670, FD2)

Um dos pilares para a compreensão do Despreparo enquanto um sentido é uma visão muito específica nutrida pelos editoriais reiteradas vezes: a de que o único objetivo de Bolsonaro é se reeleger, e não governar.

Assim, para Bolsonaro, não importa nem preservar a economia nem as vidas dos cidadãos; a única coisa que interessa é salvar seu governo e, principalmente, sua imagem, com vista à próxima eleição. Por isso, insurge-se contra todos aqueles que – governadores à frente, mas também seu ministro da Saúde – propõem ou ministram remédios amargos, mas imprescindíveis, para conter a epidemia. (30 de março de 20; T186, SD390, FD2)

Até agora, o único programa claro de Jair Bolsonaro é sua reeleição. Para governar assim não é preciso nem mesmo que o presidente tenha partido. (18 de agosto de 20; T285, SD567, FD2, FD4)

A antecipação da campanha só interessa a Bolsonaro, que não tem o que mostrar como governante, já provou sua rematada inaptidão para o cargo e trata tudo o que acontece no País como parte de uma disputa eleitoral imaginária. (29 de setembro de 20; T315, SD625, FD2)

Os impactos econômicos e políticos da postura de Bolsonaro e sua equipe também são apontados como grandes entraves para que o país possa prosperar dentro da cartilha liberal defendida pela publicação. Até mesmo a equipe econômica, exaltada com tanta faceirice em outros tempos recebe críticas:

O esvaziamento do Ministério da Economia, algo praticamente inédito na história nacional, está na raiz da profunda confusão a respeito do futuro imediato do País. É resultado da soberba do ministro da Economia, que se julgou capaz de revolucionar o Brasil sem precisar combinar nem com o Congresso nem com o próprio presidente, mas é, sobretudo, consequência da transformação do governo em comitê de campanha do presidente Bolsonaro.

Movido por esse espírito, o presidente já deixou claro que ministros que não lhe servirem como dedicados cabos eleitorais serão condenados à irrelevância. O peso dessa decisão arrasta o País para o abismo. (T341, SD680, FD2)

O presidente Jair Bolsonaro é hoje a fonte de inflação mais perigosa. Suas palavras, decisões e atitudes irresponsáveis assustam o mercado, espantam investidores, afetam o câmbio e acabam inflando os preços com a alta do dólar. Em outros países se pode conter a inflação com aumento de juros, principal instrumento de aperto monetário. Não há, no entanto, meios de controlar o presidente brasileiro, fazê-lo medir suas palavras e tentar criar um ambiente político e econômico saudável e previsível. (T317, SD629, FD1)

Por fim, há um último aspecto do Despreparo que merece destaque. As relações familiares do clã Bolsonaro, como ficou conhecido. No momento em que escrevia, quatro dos cinco filhos do Presidente da República ocupavam cargos públicos, sendo os três mais velhos sabidamente conselheiros de Bolsonaro, tendo grande poder de influência nas mais diversas áreas da administração pública. O filho mais velho, Flávio, é Senador da República pelo estado

do Rio de Janeiro. Já Eduardo Bolsonaro é Deputado Federal pelo estado de São Paulo, Carlos Bolsonaro é vereador no município do Rio de Janeiro e Jair Renan assessor do senador Jorge Seif (PL-SC).

Os imbróglis familiares, deve-se dizer, nunca entram na pauta dos editoriais no âmbito das relações familiares *per se*, e sim nas relações familiares como fatores de interferência dentro das formulações políticas da administração federal.

Em 6 de dezembro de 2018 o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), divulgou um relatório no qual apontava movimentações suspeitas nas contas bancárias de Fabrício Queiroz, ex-assessor do gabinete de Flávio Bolsonaro na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro⁴⁶. O caso, que até hoje segue sem uma solução jurídica integral, ficou conhecido como as *rachadinhas* de Flávio. Os desdobramentos do caso são responsáveis pelas primeiras citações dos filhos do Presente nos editoriais de *O Estado*:

O presidente Jair Bolsonaro, numa demonstração de bom senso, disse em entrevista à agência Bloomberg que, “se ficar provado” que seu filho Flávio “errou”, ele “terá que pagar por essas ações, que não podemos aceitar”. Afinal, proteger o filho, encalacrado em um escândalo cada vez mais esquisito, acarretaria ainda mais desgaste político a seu governo, justamente no momento em que precisa demonstrar firmeza para enfrentar a dura negociação com o Congresso com vistas a aprovar as medidas que considera essenciais para o País. É pena, no entanto, que o bom senso tenha durado apenas algumas horas. Em entrevista à TV Record, Bolsonaro afirmou que “não é justo atingir um garoto, fazer o que estão fazendo com ele, para tentar me atingir”. Desse modo, o presidente imprudentemente se ligou às desventuras do filho, o que tem o potencial de comprometer o próprio governo. (27 de janeiro de 2019; T29, SD65, FD2)

O caso das *rachadinhas* de Flávio acabaria por desempenhar um papel político grandioso em 2020, o que será oportunamente tratado quando falarmos do sexto sentido, Associação Criminosa. Até lá, nos ateremos a essa exposição inicial apenas para exemplificar o sentido do Despreparo.

O próprio aconselhamento de Bolsonaro com seus filhos gera uma construção de sentidos negativa, onde se cria uma conotação de alguém que não está, efetivamente, exercendo o poder com seus próprios pensamentos.

O presidente da República é formalmente Jair Bolsonaro, mas parece que não é ele quem exerce o poder de fato, e sim seus filhos. (15 de fevereiro de 2019; T35, SD72, FD2)

⁴⁶ Coaf aponta que ex-motorista de Flávio Bolsonaro movimentou mais de R\$ 1,2 milhão em operações suspeitas. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/12/06/coaf-aponta-que-ex-motorista-de-flavio-bolsonaro-movimentou-mais-de-r-12-milhao-em-operacoes-suspeitas.ghtml>>. Acesso em 10 de mar. de 2022.

Assim, o governo hoje é exercido por alguém sem condições de saúde para tal, sofrendo influência direta e ampla dos filhos - que não receberam um único voto para presidente nem ocupam cargos de ministros. O exercício da Presidência pelo vice-presidente deve respeitar o que diz a Constituição, e não o que ditam os filhos do presidente. Não se trata de uma questão familiar, mas institucional. Bolsonaro precisa o quanto antes se dar conta de que não está mais em campanha, quando todos os problemas do País podiam ser “resolvidos” por meio de slogans digitados em redes sociais, sob orientação dos filhos. Governar é muito diferente de tuitar: demanda presença, articulação, lucidez - isto é, tudo o que Bolsonaro, convalescente e a reboque dos filhos e dos aliados mais radicais, ainda não conseguiu oferecer ao País. (12 de fevereiro de 2019; T34, SD71, FD2)

É difícil dizer, por enquanto, se existirá um governo capaz de cuidar das negociações partidárias e da formulação dos passos seguintes da política. A resposta será negativa, com certeza, se o presidente Jair Bolsonaro insistir em briguinhas, em manter ministros comprovadamente despreparados e em deixar seus filhos meter-se na gestão do Executivo. (21 de fevereiro de 2019; T39, SD85, FD2)

A relação se torna especialmente problemática para a publicação quando se traduz em dificuldades de tramitação de projetos no Congresso, considerados prioritários.

Outra providência que Bolsonaro precisa adotar para construir pontes sólidas com o Congresso é ordenar que seus filhos parem de lhe causar constrangimentos. Depois que o pai se reuniu com líderes partidários para convencê-los a apoiar o governo, o vereador carioca Carlos Bolsonaro foi ao Twitter para dizer que esses políticos só não pediram cargos ao presidente porque Bolsonaro tem “a população a seu lado”, e acrescentou: “Por isso o sistema corrupto insiste tanto em desgastá-lo e transformá-lo em mais um boneco de ventríloquo”. Nunca um pito paterno foi tão necessário e urgente para o País. (A coisa certa, 6 de abril de 2019; T55, SD118, FD2)

A rigor, pode-se dizer que a pauta mais importante do governo está avançando não por méritos do presidente Bolsonaro, mas a despeito dele. Enquanto o chefe de governo se permite perder precioso tempo com os devaneios de poder dele e dos filhos, inclusive com fantasiosas conexões internacionais para a inclusão do Brasil num movimento “antiglobalista”, alguns ministros buscam tocar o barco, sem ter, contudo, a menor certeza se o “capitão” da embarcação sabe para onde pretende ir. (19 de fevereiro de 2019; SD80, FD2, FD3, FD4)

Dentro do período da análise, outro capítulo importante envolvendo um dos filhos do Presidente foi relacionado a Eduardo Bolsonaro. No começo de julho de 2019, o Presidente da República afirmou que pretendia indicar seu filho, Eduardo, como embaixador do Brasil nos Estados Unidos da América⁴⁷. O assunto foi amplamente discutido na sociedade e não ficou fora do radar dos editoriais de *O Estado de S. Paulo*, que, desde o primeiro momento, manifestou-se contrariamente.

É um disparate, em todos os sentidos, a ideia de o presidente Jair Bolsonaro indicar o seu filho Eduardo para o posto de embaixador do Brasil em Washington. Caso o convite

⁴⁷ Bolsonaro diz que cogita nomear o filho Eduardo embaixador do Brasil nos EUA. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/11/bolsonaro-diz-que-cogita-nomear-o-filho-eduardo-embaixador-do-brasil-nos-eua.ghtml>>. Acesso em 11 de março de 2022.

seja oficializado, é responsabilidade do Senado barrar a indicação de pai para filho, indicação essa que avilta o bom senso, menospreza a defesa técnica e qualificada do interesse nacional, transforma o Estado em assunto de família e manifesta, uma vez mais, a dificuldade de Jair Bolsonaro para compreender o que é ser presidente da República, muito diferente de ser chefe de um clã. (16 de julho de 2019; T87, SD179, FD2)

É evidente que Eduardo Bolsonaro não tem nenhuma credencial para o cargo de embaixador do Brasil nos Estados Unidos. O único atributo que leva seu nome a ser cogitado para o posto em Washington é ser filho de Jair Bolsonaro. Uma indicação assim, tão despótica – no sentido mais exato do termo –, desmerece o País interna e externamente. Se o capricho familiar for adiante, que o Senado, em sinal de respeito ao País e à Constituição, lhe aponha o devido veto. (16 de julho de 2019; T87, SD181, FD2)

Desde que anunciou sua intenção de indicar um filho para o cargo de embaixador do Brasil nos Estados Unidos – o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) –, não houve um só dia em que o presidente não tenha defendido, de alguma forma, o nome do “03” para um dos postos mais críticos de nossa diplomacia. Tivesse o olhar de um estadista, seria mais fácil para o presidente compreender o quão estapafúrdia é a escolha, por qualquer ângulo que se a analise. Porém, Jair Bolsonaro não vê sua escolha com olhos de estadista, mas com olhos de pai. E é como pai que reage às críticas. (T89, SD186, FD2, FD3)

Assim, despreparo é um sentido complexo e que apresenta muitos desdobramentos. Sua vasta gama de acionamentos garante a sua aplicação em muitos contextos, porém, para uma leitura mais fluida optei por construir linhas temporais e de contextualização que permitissem a compreensão geral acerca do sentido.

Como se pode perceber, desde o princípio havia uma concepção de que o novo governo poderia ser despreparado para exercer o comando do executivo federal, todavia, isso não impediu que boas expectativas fossem formadas em torno da gestão, e isso não é curioso, pelo contrário, é nítido, pois a publicação segue sua ideologia econômica fielmente.

Esperava-se do governo eleito a capacidade de deixar de lado declarações polêmicas, para dizer o mínimo, em prol das reformas e da austeridade fiscal. Esperava-se que Bolsonaro tivesse uma postura presidencial, que se tornasse, da noite para o dia uma reencarnação de Fernando Henrique Cardoso. Esperava-se que Paulo Guedes, que nunca foi filiado a um partido político, fosse capaz de grandes articulações no Congresso. Esperava-se que os filhos de Bolsonaro, tão ativos na campanha, dessem um passo atrás e se ativessem aos seus afazeres. Esperava-se aquilo que nunca foi demonstrado anteriormente.

5.3. MÁ GESTÃO

O terceiro sentido, Má Gestão (FD3), é o primeiro que pode ser analisado sendo acionado em relação a ambos os agentes. Ele é responsável por 18,80% dos acionamentos de

sentido do bolsonarismo e 30,12% do lulopetismo. No segundo agente, ele é o sentido com o maior número de acionamentos, ao lado de Associação Criminosa (FD6). Os acionamentos do sentido ocorrem em formato de críticas e diferem do despreparo pois não são faltas de conhecimento, e sim, falta de competência na execução das tarefas. Dentro do não dito, fica subentendido que existe uma boa gestão, que não é, todavia, praticada nem pelo lulopetismo ou pelo bolsonarismo.

Começamos então com os sentidos da Má Gestão dentro do bolsonarismo. Mais uma vez, a falta de competência para garantir a tramitação de projetos no Congresso é um dos tópicos fundamentais das críticas.

Das duas, uma: ou Bolsonaro acredita ser um mero despachante de projetos de lei, e não um líder político, ou, o que é mais provável, ele crê que deputados e senadores devem aprovar seus projetos porque, se não o fizerem, estarão atuando contra o Brasil, que está “acima de tudo”, e contra Deus, que está “acima de todos”. E ele, afinal, está onde?

Seja como for, a deliberada desorganização política do governo, causada por um presidente cada vez mais desinteressado de suas tarefas políticas e institucionais, tem o potencial de agravar a crise, levando-a a patamares muito perigosos – e talvez seja isso mesmo o que muita gente quer. (26 de março de 2019; T52, SD111, FD2, FD3, FD5)

Desde o início do mandato, o presidente Jair Bolsonaro não manifestou interesse na formação de uma base de apoio no Legislativo. Agora, corre o risco de não poder contar nem mesmo com o seu partido para dar andamento às reformas no Congresso. O País assistiu nessa semana a verdadeiras batalhas tribais no PSL, que escancararam os piores costumes da chamada velha política. É de aguardar o que restará da legenda depois de tamanha dilaceração em praça pública. Seja como for, a disputa entre membros do PSL deixa claro que suas preocupações não estão alinhadas com o interesse nacional. Toda essa luta fratricida ocorreu a menos de uma semana de o Senado retomar a votação da reforma da Previdência. Esqueceram-se do País? (27 de agosto de 2019; T110, SD239,FD3)

A impressão, no entanto, é a de que o governo Bolsonaro não apenas não se esforça para construir um bom relacionamento com o Congresso, mas trata os parlamentares com certo desleixo. (7 de maio de 2019; T67,SD145, FD3)

A gestão da pandemia por parte do governo foi duramente criticada. É válido lembrar que em menos de seis meses o Brasil teve três ministros da saúde, Luiz Henrique Mandetta, Nelson Teich e Eduardo Pazuello. As nomeações presidenciais são, constitucionalmente, uma prerrogativa de gestão exclusiva do Presidente da República.

Se o presidente estivesse realmente preocupado em mitigar os múltiplos efeitos da pandemia, travaria uma guerra não contra os governadores e contra a oposição, e sim contra o vírus – que, por ora, está em grande vantagem, graças à bagunça que Bolsonaro criou no Ministério da Saúde, incapaz de liderar os esforços contra a pandemia, e ao comportamento do presidente, que continua a desdenhar das mortes, estimulando os brasileiros a ignorar a quarentena. (15 de maio de 20; T218, SD448, FD3)

O próprio presidente Jair Bolsonaro, como se sabe, continua a fazer pouco da doença, ainda que ele mesmo seja uma de suas vítimas. O fato de que o Brasil não tem ainda um ministro da Saúde efetivo e de que o governo trocou duas vezes o titular da pasta durante a pandemia, por mero capricho do presidente, é reflexo desse comportamento irresponsável. (10 de agosto de 20; T280, SD559, FD3)

Em plena pandemia, o presidente Jair Bolsonaro demitiu dois ministros da Saúde porque eles insistiram em seguir os protocolos profissionais. Os médicos Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich recusaram-se a indicar um medicamento contra as evidências científicas e, por isso, tiveram de deixar a pasta. O presidente Bolsonaro queria um ministro da Saúde obediente às suas ordens, mesmo que elas afrontassem a ciência e a medicina. Foi assim que se chegou ao nome de Eduardo Pazuello para o Ministério da Saúde. Tão logo assumiu a pasta, o general de brigada ampliou, em estrita obediência ao arbítrio do chefe, o uso de cloroquina em pacientes com covid-19. (20 de outubro de 20; T333, SD661, FD2, FD3, FD4)

As críticas às gestões ministeriais não se concentram apenas na pasta da saúde, pelo contrário, são estendidas também aos outros ministérios:

No caso brasileiro, a imagem externa tem sido prejudicada principalmente pelo desmonte dos mecanismos de proteção ambiental, pela retórica irresponsável do presidente e de vários de seus ministros e por uma diplomacia desastrosa. Os erros diplomáticos incluem provocações e ofensas a importantes clientes do agronegócio, como a China e países muçulmanos. Pressionado, agora, também por grandes grupos brasileiros, o governo anuncia, por meio do vice-presidente, um decreto de suspensão das queimadas na Amazônia por 120 dias, como no ano passado. Mas a devastação cresceu, como indicaram dados de satélites, provavelmente continuará crescendo, se nada mais sério for feito, e a imagem do País acabará carbonizada. (13 de julho de 20; T265, SD532, FD3)

O ministro da Educação, Milton Ribeiro, disse, em espantosa entrevista ao Estado, que temas como a volta às aulas em meio à pandemia de covid-19 e a dificuldade de muitos alunos pobres de acompanhar aulas a distância por limitações técnicas não dizem respeito ao MEC. (25 de setembro de 20; T313, SD617, FD3)

Contudo, nenhum ministério é mais criticado do que o da Economia, comandando pelo ex-cânone, Paulo Guedes:

“O Brasil é um país sério”, disse o ministro Guedes, tentando defender o indefensável. Seria bom se o Executivo também mostrasse alguma seriedade ao cuidar da economia e do dinheiro público. (30 de setembro e 20; T316, SD628, FD3)

O problema de Guedes, no entanto, é muito mais complicado que a recomposição de uma equipe. Além de cuidar dos desafios imediatos, decorrentes da crise da saúde, ele tem de apresentar e executar uma política econômica. Passado um ano e meio de governo, ele continua devendo um programa claro de trabalho e medidas práticas para cumprir as promessas. (28 de julho de 20; T273, SD549, FD1, FD3)

Os condutores da política econômica têm-se mostrado pouco propensos a pensar as condições concretas – materiais, portanto – da atividade produtiva. Se assim continuarem, dificilmente conseguirão apressar a recuperação da indústria, a retomada econômica e a redução do desemprego. (19 de janeiro de 20; T146, SD317, FD3)

A qualquer sinal de aumento nos gastos públicos a publicação protestava de forma contundente, valendo-se de toda sua artilharia verbal.

O presidente Jair Bolsonaro precisa urgentemente mudar de atitude. Não é nenhum acinte não dar aumento salarial para funcionário público. Acinte – verdadeira provocação aos brasileiros – seria o presidente da República ignorar a enorme quantidade de atuais desempregados e subempregados e estimular novas pressões salariais de funcionários públicos. Não cabe frouxidão, tanto na implantação das reformas como na resistência às corporações do funcionalismo, sempre atentas a não desperdiçar nenhuma oportunidade para abocanhar novos adicionais e novos reajustes. (12 de janeiro e 20; T141, SD307, FD2, FD3)

[...] o presidente Bolsonaro deseja conceder subsídio na conta de luz para templos religiosos de grande porte, revelou o Estado. Para tanto, Bolsonaro solicitou ao Ministério de Minas e Energia a minuta de um decreto contendo o agrado às igrejas. A ideia é que os templos paguem tarifas mais baratas no horário de ponta, semelhantes às cobradas durante o dia. O valor que as igrejas deixariam de pagar seria custeado por outros consumidores.

Como era previsível, a equipe econômica manifestou resistência à proposta do subsídio na conta de luz para as igrejas. O ministro da Economia, Paulo Guedes, sempre defendeu a necessidade de reduzir esse tipo de benefício. A benesse às igrejas tem um impacto tarifário direto, sendo a energia um dos insumos fundamentais para a atração de investimentos e, conseqüentemente, para a retomada do crescimento econômico. (13 de janeiro de 20; T142, SD309, FD1, FD3)

Durante a pandemia governos de todo mundo aumentaram seus gastos, como forma de fomentar a economia e garantir a subsistência da população. No Brasil havia a regra do *Teto de Gastos*, aprovada durante o governo Temer e amplamente aplaudida pelos setores liberais da economia. A regra previa que a despesa de um ano só poderia crescer dentro da inflação do ano anterior, ou seja, congelava os investimentos públicos por vinte anos.

Com uma crise social⁴⁸ grave e números de popularidade em queda⁴⁹, o governo Bolsonaro começou a explorar opções para “furar o teto”. E esse foi o pecado capital na visão de *O Estado de S. Paulo*:

Mas é mais fácil discutir como destruir o teto de gastos do que pensar em maneiras de adaptar o Orçamento aos limites da responsabilidade fiscal, pois respeitar esses limites implica mexer em algum momento com regalias de corporações arraigadas nos Três Poderes e em todos os níveis de governo. É algo que o presidente Bolsonaro não demonstrou nenhuma disposição para fazer, embora já esteja claro que o que nos trouxe até a presente crise foi o crescimento contínuo e exponencial dos gastos obrigatórios com servidores públicos e com uma Previdência disfuncional, além da generosa concessão de subsídios e benefícios para os privilegiados de sempre.

⁴⁸ Pesquisa revela que 19 milhões passaram fome no Brasil no fim de 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-04/pesquisa-revela-que-19-milhoes-passaram-fome-no-brasil-no-fim-de-2020>>. Acesso em 8 de out. de 2023.

⁴⁹ Em meio à piora da pandemia no país, popularidade de Bolsonaro cai para 31%. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/em-meio-a-piora-da-pandemia-no-pais-popularidade-de-bolsonaro-cai-para-31/>>. Acesso em 8 de out. de 2023.

“Qual o problema?”, perguntou ele, há poucos dias, depois de mencionar as discussões sobre a ruptura do limite. A resposta é simples: ninguém tem o direito – e muito menos um chefe de governo – de violar um dispositivo constitucional. (20 de agosto de 20; T287, SD569, FD3)

O governo de Jair Bolsonaro parece perigosamente enamorado por soluções heterodoxas, digamos assim, para driblar o teto de gastos e tocar programas eleitoralmente vistosos em meio à generalizada escassez de recursos.(27 de julho de 20; T272, SD546, FD3)

Na visão de *O Estado* só existe uma coisa pior do que furar o teto de gastos, e ela é governar sem ter ele. Nesse segundo momento, apresento os sentidos da má gestão dentro do lulopetismo. Quando olhamos para o outro agente, a má gestão segue os mesmos critérios liberais, porém, ganha trajes muito mais taxativos e apocalípticos.

Bolsonaro foi eleito como razão direta do cansaço do eleitorado com o lulopetismo, que impôs mais de uma década de imposturas e inépcia administrativa ao País, atirando-o na sua mais longa e dolorosa crise econômica, política e moral. (23 de maio de 2019; T74, SD159, FD3)

Aparentemente, contudo, a paciência está acabando, e mais rapidamente do que aconteceu com qualquer outro antecessor de Bolsonaro – salvo o caso de Michel Temer, que enfrentou inusitada impopularidade a despeito de ter reorganizado a economia e encaminhado reformas depois do desastre do governo de Dilma Rousseff. (26 de abril de 2019; T63, SD135, FD3)

Num passado recente, durante os governos lulopetistas, eram as centrais sindicais ligadas ao PT que desfrutavam da atenção incondicional do governo, gerando uma casta de privilegiados que impôs sua agenda retrógrada e economicamente danosa ao País. (16 de abril de 2019; T60, SD129, FD3)

A sociedade foi fraturada pela cizânia promovida a método de governo pelas hostes lulopetistas e as contas públicas foram carcomidas pela incúria e pelo populismo desbragado da presidente cassada Dilma Rousseff. (13 de janeiro de 2019; T25, SD55, FD3)

Devastada na gestão petista, a Petrobrás começou a recuperar-se com a mudança de comando favorecida pelo presidente Michel Temer. (13 de abril de 2019; T57, SD124, FD3)

Até mesmo programas de eficácia reconhecida⁵⁰, como o caso do Bolsa Família são considerados erros de gestão lulopetistas e são usados como alertas para que Bolsonaro não cometa os mesmos erros.

A superação da pobreza não se dará apenas pela suposta vontade do presidente. Num passado não muito distante, os governos petistas alardearam ter acabado com a pobreza a partir de programas de transferência de renda, em especial o Bolsa Família. De fato, durante algum tempo, o complemento de renda para famílias muito pobres foi essencial

⁵⁰ 8 dados que mostram impacto do Bolsa Família, que chega ao fim após 18 anos. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59099166>>. Acesso em 8 de out. de 2023.

para lhes dar um pouco de dignidade em meio à miséria, mas o Estado - inchado, ineficiente e perdulário - não conseguiu lhes proporcionar nada além disso. Como resultado, esses vulneráveis voltaram à miséria assim que começou o recente processo de degradação econômica do País, fruto das lambanças lulopetistas. (28 de agosto de 20; T293, SD582, FD3)

Até mesmo quando critica a gestão Bolsonaro, a publicação faz questão de delimitar que o subsolo da qualidade administrativa do país é ocupado pelas gestões Lula e Dilma. Como se nenhum governo da nova era democrática tenha sido tão danoso para o país:

Em outras circunstâncias, os devaneios filosóficos do presidente e de seu “guru” não passariam de chistes no anedotário político nacional; mas, no momento em que o Brasil precisa de seriedade e bom governo para se levantar depois da aventura lulopetista, essas piadas não têm graça nenhuma. (22 de março de 2019; T49, SD103, FD3, FD4)

Segundo sua concepção de “nova política”, Bolsonaro não demonstra nenhum interesse em construir uma base parlamentar sólida o bastante para aprovar nem mesmo projetos simples, que dirá reformas complexas, como a da Previdência. Parece acreditar que, simbolizando a redenção do Brasil depois do flagelo lulopetista, todas as suas vontades serão convertidas em lei pelo Congresso, sem necessidade de negociação. (26 de março de 2019; T52, SD110, FD3, FD5)

O presidente Jair Bolsonaro invadiu a Petrobrás. Em mais uma ação desastrosa, ele mandou suspender um aumento de preço do diesel, chocou o mercado, assustou os investidores e derrubou as ações da companhia, o que causou uma perda de seu valor de mercado de R\$ 32,4 bilhões. Agiu como seus antecessores petistas, deixou-se levar pelo voluntarismo e interveio na gestão de uma grande empresa de capital aberto. A política petista quase quebrou a estatal. A intervenção do presidente Bolsonaro lembra uma história de erros catastróficos, interrompida no governo do presidente Michel Temer, quando a administração da petroleira foi profissionalizada e voltou ao caminho certo. A ação do PT, dirão os defensores do presidente, favoreceu uma orgia de corrupção e nada parecido deve ocorrer neste governo. Pode ser, mas a mera intervenção na política de preços e em vários outros aspectos da administração seriam suficientes para impor perdas enormes. (13 de abril de 2019; T57, SD122,FD3)

Até quando esboça uma espécie de elogio ao governo petista, a publicação termina com uma crítica apocalíptica:

A história mostra que o País só ganhou quando foram preservados, de um governo a outro, os valores fundamentais da sociedade e revogados os costumes que jogavam governo e sociedade num círculo vicioso e corruptor. Lula da Silva soube entender essa verdade básica, mantendo na primeira parte de seu governo inicial os fundamentos que levaram à estabilidade econômica na administração anterior, de Fernando Henrique Cardoso. Quando ele se deixou levar pelo perfume inebriante do populismo e tentou convencer os brasileiros de que o legado de responsabilidade fiscal era uma “herança maldita” e, como tal, precisava ser destruído, os governos petistas abriram caminho para o desastre. O País ainda não se recuperou dessa aventura. (7 de julho de 2019; T85, SD175, FD3)

É interessante perceber que entre os resultados encontrados, a única característica não criticável do lulopetismo enquanto governante foram algumas linhas sobre uma política elaborada no governo Fernando Henrique Cardoso. Os próximos sentidos são mais

esclarecedores acerca da forma como a publicação retrata esse agente. A publicação, inclusive, saúda o fim das políticas públicas implementadas durante as gestões petistas:

Decerto essa aventura da era lulopetista, uma das mais onerosas para a população entre tantas que ocorreram no período, produziu ganhadores. São empresas e empresários escolhidos pelos governos do PT, que lhes ofereceram dinheiro a custo muito baixo, a pretexto de estimular investimentos para impulsionar a atividade econômica. (1 de outubro de 2019; T105, SD228, FD3)

Felizmente, os subsídios concedidos pelo PT estão diminuindo, mas persistirão por muitos anos. (1 de outubro de 2019; T105, SD230, FD3)

Essa é uma nuance curiosa no sentido da Má Gestão. No bolsonarismo é obviamente reconhecida e denunciada, mas ainda segura espaços para ponderações dentro do próprio governo. Como exemplo utilizo um trecho da SD636:

Outros setores que têm atuado razoavelmente bem no governo a despeito da mixórdia bolsonarista são a Agricultura e a Infraestrutura. No primeiro caso, a ministra Tereza Cristina vem dando duro para reparar os danos causados à imagem do País e ao agronegócio brasileiro em razão da atitude beligerante de Bolsonaro e da ala lunática do governo em relação ao meio ambiente. No segundo, o ministro Tarcísio de Freitas se dispõe a trabalhar com o que tem e elabora projetos de acordo com a realidade, algo raríssimo na administração bolsonarista. (3 de outubro de 20; T319, trecho da SD636, FD3)

Ou seja, quando se trata do bolsonarismo a publicação se mostrou capaz de fazer ponderações, identificando pontos positivos na gestão, já sobre o lulopetismo há uma maioria esmagadora de construções discursivas que deixam a impressão de que após os governos petistas o país se encontrava em uma situação periclitante.

Quando determina o que é um mau gestor, a publicação simultaneamente explica o que seria um bom gestor. Fica evidente que tanto o governo chefiado por Bolsonaro quanto por Lula e Dilma foram pobremente gerenciados na visão de *O Estado*, porém, por motivos e, principalmente, com intensidades diferentes.

5.4. DELÍRIOS

Quando um indivíduo apresenta uma visão distorcida da realidade, pode-se dizer que ele está tendo um delírio. O quarto sentido leva este nome propositalmente, pois nele são construídos discursos de que determinado agente ou grupo está desconectado da realidade. Não é meu desejo entrar no mérito de que a realidade é discutível, contudo, neste caso, ela também é uma percepção. Politicamente falando raramente existe tão somente uma saída e um caminho, algumas saídas são melhores do que outras, de fato, contudo, a forma como são apresentadas,

é sempre ao gosto do cozinheiro. Ninguém esperaria do governo Bolsonaro uma política de estatização e ampliação dos direitos sociais, da mesma forma, não se esperaria o contrário de um governo petista.

O sentido Delírios (FD4) compõe 16,43% do total de acionamentos de construções discursivas referentes ao bolsonarismo e 4,83% do lulopetismo. Como veremos, essas aplicações são distintas para cada um dos grupos, porém, o mínimo denominador comum é justamente a movimentação dos editoriais que indica um descolamento da realidade.

Nesse sentido são usadas construções discursivas que confrontam fatos com falas e posições, bem como expressões que demonstram desconexão com a realidade. É o primeiro dos sentidos que diz respeito não apenas aos governos, mas aos grupos de sustentação deles.

No lado lulopetista, é caracterizado como um delírio a não aderência à reforma da previdência, por exemplo. Há, inclusive, um movimento de comparação a essa postura política com o movimento terraplanista:

Sem força parlamentar suficiente para inviabilizar a reforma da Previdência no voto, os irresponsáveis, como sempre liderados pelo PT, pretendem ganhar no grito – e na base da mistificação. Em sua conclamação à greve, o partido do presidiário Lula da Silva diz que é preciso empreender “todos os esforços para dizer não ao fim da aposentadoria” e que “não aceita a destruição do sistema de proteção social e da Previdência pública no Brasil”. Já o PSOL diz que a reforma da Previdência é “enganação” e “tende a excluir milhões de trabalhadoras e trabalhadores da possibilidade de ter uma proteção no futuro porque estabelece tempos de contribuição impossíveis de serem cumpridos”.

Nada disso é verdadeiro, mas é perda de tempo argumentar com partidos e militantes conhecidos por falsear a realidade para proteger os interesses das corporações que representam, em especial a dos funcionários públicos. (14 de junho de 2019; T79, SD168, FD4)

Infelizmente, a angústia causada pela lentidão da retomada da economia está sendo usada como pretexto pelos doutores do gasto público para legitimar o argumento segundo o qual o Estado tem o dever de imprimir dinheiro para cumprir o papel de propulsor do desenvolvimento. Não por acaso, muitos dos que se alinham a esse pensamento acusam o governo de inventar o déficit da Previdência para justificar uma reforma que, em sua visão, destituiu os pobres do direito à aposentadoria. O pacote da irresponsabilidade é completo: o Estado não deve ter limite de gastos – e, diante do inevitável estouro das contas, é só dizer que esse negócio de déficit simplesmente não existe.

Não há diferença substancial entre esse pensamento e aquele que advoga que a Terra pode ser plana. Em ambos os casos, os discursos são uma tentativa de desacreditar a ciência e os fatos, com o objetivo de autenticar narrativas “alternativas”.

É perda de tempo engajar-se em uma discussão com os terraplanistas, porque eles não estão interessados em argumentar nada, mas apenas em causar confusão e reduzir o debate científico a uma disputa entre torcidas – na qual vence quem faz mais barulho. Do mesmo modo, os devotos do Estado pródigo não se sentem obrigados a provar matematicamente o que dizem, limitando-se a acusar os detratores de “neoliberais” ou, pior, “inimigos dos pobres”. (6 de outubro de 2019; T106, SD232, FD4)

Criticando o lulopetismo, a publicação chega a comparar Lula a um demiurgo, uma espécie de intermediário de deus. Essa construção discursiva se vale de um vocabulário que evoca justamente os signos do paranormal.

A única ideologia do PT hoje é o lulismo, espécie de manifestação mística da vontade do demiurgo Lula da Silva. (17 de fevereiro de 20; T159, SD339, FD4)

Outro ponto interessante é quando, no fim de novembro, a publicação sugere que é uma distorção da realidade por parte de Lula afirmar que a democracia precisa ser restabelecida no Brasil. Como veremos no próximo sentido, a jovem democracia brasileira não estava particularmente fortalecida quando esse editorial foi escrito.

O ex-presidente Lula da Silva declarou seu apoio ao candidato do PSOL à Prefeitura de São Paulo, Guilherme Boulos, nos seguintes termos: “Todos os eleitores e eleitoras que votam no PT, todos os eleitores que são de esquerda, todos os eleitores progressistas, todos que querem restabelecer a democracia no Brasil, têm agora o compromisso histórico de votar no companheiro Guilherme Boulos para prefeito de São Paulo”.

A declaração é espantosa – não por cobrar dos petistas o voto em Boulos, pois isso é problema dele e de seus devotos, mas sim por dizer que se trata de um voto para “restabelecer a democracia no Brasil”. Ora, quem disse que a democracia brasileira precisa ser “restabelecida”? (20 de novembro de 20; T354, SD710,FD4)

Analisando os resultados relativos ao bolsonarismo, também é feita uma crítica aos delírios quando há uma hesitação em relação à reforma da previdência. É flagrante que a aprovação da reforma da previdência era uma questão de vida ou morte da nação para a publicação, ou seja, uma realidade indiscutível.

preocupa que o próximo presidente, o sr. Jair Bolsonaro, seja de viva voz, seja por meio daqueles que são tidos como seus principais porta-vozes, manifeste entendimento bastante precário sobre alguns dos problemas mais importantes para o País, sinalizando a seus futuros comandados – e à opinião pública em geral – pensamentos que denotam um perigoso grau de alheamento da realidade.

Quando vem a público para dizer que a proposta de reforma da Previdência apresentada pelo atual governo não é “justa” porque “não podemos querer salvar o Brasil matando o idoso”, Bolsonaro demonstra não conhecer nem a proposta a que se referiu nem o estado calamitoso do sistema previdenciário. (5 de dezembro de 2018; T11, SD27, FD4)

As aplicações do sentido de delírio em relação ao bolsonarismo estão relacionadas às vertentes de pensamento que também fazem parte do movimento, muitas delas encabeçadas pelo falecido astrólogo e pensador da extrema direita, Olavo de Carvalho.

Em outras circunstâncias, os devaneios filosóficos do presidente e de seu “guru” não passariam de chistes no anedotário político nacional; mas, no momento em que o Brasil

precisa de seriedade e bom governo para se levantar depois da aventura lulopetista, essas piadas não têm graça nenhuma. (22 de março de 2019; T49, SD102, FD3, FD4)

Bem-aventurada será a Nação se o tresloucado discurso de posse do ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, ceder à realidade – pois pareceu tratar de outra dimensão – e não se concretizar nisto que vem sendo chamado de “guinada” na política externa brasileira. (7 de janeiro de 2019; T23, SD52, FD4)

Há vários outros casos que seguem o mesmo padrão. Eles revelam, antes de tudo, que o presidente da República e seus apoiadores mais radicais não sabem debater no mundo dos fatos, optando pela ilusão de que a permanente construção da fantasia lhes bastará para impor sem contradição a versão oficial do que quer que seja. (12 de agosto de 2019; T96, SD208, FD4, FD7)

A relação de Bolsonaro com o Congresso também é questionada. A publicação adota uma construção discursiva que frequentemente traz elementos ligados ao divino para alegar que o presidente é delirante.

Cresce a inquietante sensação de que Bolsonaro decidiu governar não conforme a Constituição e com respeito às instituições democráticas, mas como um falso Messias cuja vontade não pode ser contrariada por supostamente traduzir os desejos do “povo” e, mais, de Deus. Ao que parece, Bolsonaro passou a acreditar de fato na retórica salvacionista que permeou sua campanha eleitoral, alimentada por alguns assessores e pelos filhos com o intuito de antagonizar o Congresso – visto como o lugar da “velha política” e, portanto, como um obstáculo à regeneração prometida pelo presidente. (21 de maio de 2019; T72, SD154, FD4, FD5)

Em condições normais, tal exegese de botequim seria tratada como blague, mas não vivemos tempos normais – pois é o próprio presidente que, ao levar tais cretinices a sério, parece de fato considerar sua eleição como parte de uma “profecia”. O resumo dessa mixórdia mística é que Bolsonaro acredita ser um instrumento de Deus e o portavoza do “povo” – nada menos. Portanto, quem quer que se oponha a Bolsonaro – puxa! – não passa de um sacrílego. (21 de maio de 2019; T72, SD155, FD4, FD5)

Como se vê, não é uma estratégia; é uma mensagem messiânica. A nova política externa brasileira, conforme relatado pelo chanceler Araújo, mistura interesses comerciais com motivações de caráter explicitamente religioso. É como se o Brasil estivesse destinado pela “providência divina” a se vincular aos Estados Unidos, pois esta seria a condição indispensável para seu desenvolvimento. (14 de março de 2019; T47, SD99, FD4)

A bolha bolsonarista é descrita também como um componente essencial para que o estado de delírio seja mantido. No sentido que a publicação constrói, é descrito um processo de retroalimentação de delírios entre o governo e seus apoiadores mais ferrenhos.

Para os propósitos de Bolsonaro, no entanto, as redes sociais são o meio ideal para confundir a opinião pública, criando uma realidade paralela na qual a gritante falta de traquejo do presidente para o exercício de tão importante cargo seja convertida em qualidade de “homem simples”. Nesse mundo bolsonarista, a falta de um programa claro de governo, em que haja firme compromisso com o progresso consistente e sadio do País, é compensada pela espetacularização das decisões do presidente e de seus ministros. (24 de fevereiro de 2019; T40, SD88, FD4, FD7)

Nos devaneios de Bolsonaro, dos filhos e dos ministros do que se chama equivocadamente de ala “ideológica” do governo, a realidade é a inimiga a ser combatida, e com frequência o núcleo duro do poder bolsonarista trava essa guerra cultivando entre si fantasias sobre complôs de ateus esquerdistas, profecias apocalípticas e missões divinas. (5 de maio de 2019; T66, SD142, FD4)

Paulatinamente as posturas do presidente passam a ser criticadas por terem desacordo com a realidade. Chama a atenção, contudo, que nenhuma menção à desconexão com a realidade tenha sido feita em qualquer dos editoriais analisados no período antes da posse, com exceção, é claro, à realidade da necessidade da reforma previdenciária. Afinal de contas, o bolsonarismo é o mesmo grupo responsável pela difusão, entre outros, do boato de alteração nas urnas eletrônicas utilizadas na eleição de 2018⁵¹, apenas para citar um tema de relevância nacional que ocorreu no período da análise.

Quando se manifesta sobre temas relacionados à educação, abre as comportas de uma usina de preconceitos e desconhecimento. Comete erros factuais inaceitáveis para quem ocupa o mais alto cargo do Poder Executivo federal. Seu desapareço por uma área que enxerga apenas como o front de uma batalha ideológica, batalha esta que só existe em sua imaginação e na paranoia conspirativa de alguns membros de seu círculo de interlocutores, manifesta-se pelas escolhas que fez até agora para o comando do Ministério da Educação. (6 de junho de 2019; T77, SD166, FD4)

O homem encarregado pelas urnas de dirigir os destinos nacionais choca diariamente a maioria dos brasileiros com declarações absurdas, baseadas em nada além de devaneios e despejadas sem qualquer respeito pelas normas da democracia e mesmo da civilidade. Tal comportamento irrefletido torna imprevisível tudo o que emana do gabinete presidencial. Hoje, sob esse comando irracional, é impossível dizer para onde vai o País. (31 de julho de 2019; T90, SD190, FD4)

Quem leu a construção do sentido Delírios até esse ponto pode sentir falta da utilização de uma palavra específica, e isso foi proposital. Talvez essa palavra nunca tenha sido tão utilizada pelo vocabulário cotidiano quanto a partir de 2020. Tão utilizada, que sequer se faz necessária qualquer explicação acerca de seu significado, talvez outra pessoa escrevendo uma pesquisa em 2019 ainda necessitasse de uma nota de rodapé para o assunto, hoje, definitivamente, esse não é mais o caso, pois ela entrou para o vocabulário acadêmico e político de forma permanente. Negacionismo.

Em 24 de março de 2020 o então presidente, Jair Bolsonaro, se dirigiu à nação em um pronunciamento oficial transmitido nas concessões de rádio e televisão. Disse ele na ocasião:

[...] O vírus chegou, está sendo enfrentado por nós e brevemente passará. Nossa vida tem que continuar. Os empregos devem ser mantidos. O sustento das famílias deve ser

⁵¹ Policiais militares divulgam irregularidades em urnas eletrônicas. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/hotsites/esclarecimentos-informacoes-falsas-eleicoes-2018/policiais-militares-divulgam-irregularidades-urnas-eletronicas-df.html>>. Acesso em 11 de mar. de 2022.

preservado. Devemos, sim, voltar à normalidade. Algumas poucas autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de terra arrasada, como proibição de transporte, fechamento de comércio e confinamento em massa. O que se passa no mundo tem mostrado que o grupo de risco é o das pessoas acima dos 60 anos. Então, por que fechar escolas? Raros são os casos fatais de pessoas sãs, com menos de 40 anos de idade. 90% de nós não teremos qualquer manifestação caso se contamine. [...] No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico daquela conhecida televisão. Enquanto estou falando, o mundo busca um tratamento para a doença. O FDA americano e o Hospital Albert Einstein, em São Paulo, buscam a comprovação da eficácia da cloroquina no tratamento do Covid-19. Nosso governo tem recebido notícias positivas sobre este remédio fabricado no Brasil e largamente utilizado no combate à malária, lúpus e artrite. Acredito em Deus, que capacitará cientistas e pesquisadores do Brasil e cientistas do Brasil e do mundo na cura desta doença.⁵²

Naquele ponto mais de 20 mil⁵³ pessoas já haviam morrido por conta da Covid-19 em todo mundo, sendo 40 delas no Brasil. Dali um mês seriam 220 mil vítimas no mundo, sendo 3.704 delas no Brasil. Até o fim daquele ano, eram aproximadamente 2 milhões de mortes no mundo e quase 200 mil no Brasil.

O negacionismo pautou toda a atuação do governo Bolsonaro na pandemia, e isso não passou despercebido nos textos editoriais. A publicação desde o princípio assumiu uma postura em defesa da ciência e da vida humana. Há de se destacar que, durante todo o período analisado, em nenhum momento os editoriais vociferavam um chamamento de volta à normalidade enquanto isso significava colocar vidas em risco.

Esse contraste de posições fica marcado pelos sentidos construídos nos editoriais que falam sobre o negacionismo da pandemia:

Para o bolsonarismo, os fatos reais não existem, salvo quando enunciados por Bolsonaro. Assim, se o presidente diz, sem nenhum respaldo na realidade, que a covid-19 é uma “gripezinha” causada por um vírus “que brevemente passará” e que a culpa pelo “pavor” da sociedade é da imprensa, que semeou uma “verdadeira histeria”, então esses passam a ser os “fatos” – em detrimento das inúmeras evidências em contrário. (26 de março de 20; T184, SD386, FD4)

O presidente Jair Bolsonaro alargou os limites do seu descaso pela saúde pública, já bastante elásticos, ao ensejar uma campanha contra uma vacina que ainda não existe. (3 de setembro de 20; T296, SD587, FD4)

Justamente quando mais precisa de uma liderança que conduza o debate político de maneira racional para encontrar as melhores soluções para tão graves problemas, o Brasil está sob a direção de um negacionista contumaz, que enxerga a destruição como sinal de progresso. É o pior dos mundos. (19 de setembro de 20; T307,SD607, FD4)

⁵² Pronunciamento de Jair Bolsonaro sobre crise do coronavírus. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zuBs0NVr-70>>. Acesso em 9 de out. de 2023.

⁵³ Fonte disponível em: <<https://www.worldometers.info/coronavirus/worldwide-graphs/>>. Acesso em 9 de out. de 2023.

É importante também ressaltar o debate acerca da hidroxicloroquina, uma droga pouco conhecida, mas que em pouco tempo se tornou parte do debate político brasileiro.

Enquanto hospitais enfrentam escassez de medicamentos importantes, o governo não sabe o que fazer com milhões de comprimidos de cloroquina que brotaram do entusiasmo juvenil do presidente – encantado com a possibilidade de oferecer aos brasileiros um elixir que lhes permitisse voltar ao trabalho, recuperando a economia e salvando sua popularidade.

Nada disso parece desanimar Bolsonaro – o verdadeiro, não o que tem se esforçado para parecer presidente. Há alguns dias, Bolsonaro exibiu a simpatizantes uma caixa de cloroquina como se fosse hóstia consagrada; pouco depois, deixou-se fotografar como uma criança buliçosa a apontar uma caixa de cloroquina contra uma das emas do Palácio da Alvorada, para vergonha dos brasileiros. (26 de julho de 20; T271, SD545, FD4)

Outra forma de apresentação de Delírios como um sentido do bolsonarismo é a forma como bolsonaristas enxergam uma espécie de perseguição constante:

Para Bolsonaro e seus mais diletos sabujos, a epidemia é apenas um pretexto usado por seus inimigos – todos comunistas, é claro – para minar seu poder. (4 de abril de 20; T190, SD403, FD4)

No devaneio ditatorial que os camisas pardas bolsonaristas acalentam, não há verdade senão aquela “revelada” por seu líder. Não à toa, já houve até um ministro de Bolsonaro que demandou a prisão de ministros do Supremo, já que estes ousaram contestar a “verdade” do chefe confrontando-a com a Constituição. Assim, na sua busca por um inimigo objetivo, que todo movimento totalitário requer, o bolsonarismo já encontrou o seu: é a própria Constituição, que reflete não a vontade de seu líder, mas o esforço coletivo de construção de um regime genuinamente democrático. (14 de junho de 20; T245, SD499, FD4, FD5)

Sabe-se, desde sempre, que Bolsonaro desconfia até da própria sombra, imaginando-se cercado de “traíras” – a expressão é dele, para designar os que, em sua visão, se aproveitam da onda bolsonarista para auferir lucros eleitorais. (15 de fevereiro de 20; T157, SD337, FD4)

Em determinado momento, como a hipótese dessa pesquisa formulou, a construção discursiva coloca ambos grupos em uma posição de delírio. Ao fazê-lo a publicação toma para si, mesmo que sem intenção, um local de maior esclarecimento, acima daqueles que ela sentencia impiedosamente.

O discurso bolsonarista é naturalmente desagregador, o que inviabiliza qualquer tentativa de alcançar um mínimo denominador comum entre os brasileiros. Ademais, o bolsonarismo extrai sua força das bolhas ideológicas alimentadas pelas redes sociais. Nelas, os militantes encerram-se em suas certezas, formando comunidades de milhares de pessoas em que a base da coexistência é a crença fanática naquilo que dizem seus líderes, não sendo admitida qualquer forma de contestação.

Nessas redes, sem as quais o bolsonarismo não teria sucesso, só circulam informações cuja função é confirmar a visão de mundo predominante do grupo. Ao mesmo tempo,

muitos dos movimentos que se opõem a Bolsonaro estão igualmente limitados a seus cercadinhos virtuais, que também restringem informações que possam enfraquecer seus argumentos. (23 de setembro de 2019; T103, SD225, FD4)

Tem razão o chanceler Araújo quando denuncia o atraso que representou a diplomacia lulopetista, mas o atual governo erra completamente quando pretende substituir aquela ideologia por outra, de sentido oposto, mas com semelhante perniciosidade. Esquece, também, que entre o governo ideologizado de Dilma Rousseff e o governo ideologizado de Jair Bolsonaro passaram-se dois anos e meio do governo sensato de Michel Temer. (14 de março de 2019; T47, SD100, FD4)

Embora atribuído a ambos os agentes, não se pode dizer que os delírios lulopetistas e bolsonaristas são da mesma natureza. Veja, a necessidade de qualquer rumo econômico pode, e deve, ser fruto de discussões. Uma pandemia não. Busco não fazer juízos morais sobre o que o *Estado* considera como realidade, porém, não podemos falar em simetria entre um governo, por mais incompetente que seja do ponto de vista fiscal e outro que nega a ciência e acaba matando centenas de milhares de pessoas.

5.5. ANTIDEMOCRÁTICO

Ao não respeitar o estado democrático de direito, mesmo que através de palavras um agente é classificado como anti-democrático. Os méritos dessas classificações não são o assunto desta pesquisa, e sim, a forma como esse sentido é construído nos editoriais de *O Estado*. Esse sentido representa 25,30% do total de acionamentos em relação ao lulopetismo, e 15,04% do bolsonarismo, e, frequentemente, está ligado ao sentido de corrosão da democracia, autoritarismo e exercício político desleal.

Já no primeiro mês de governo é inculcado no bolsonarismo um sinal de alerta para as tendências autoritárias do presidente eleito, inclusive ponderando a forma como a relação com os adversários políticos é construída.

O emprego abusivo do termo ideologia remete à ideia de que o novo governo seria isento ideologicamente. Os adversários é que teriam ideologia, isto é, manifestariam uma visão enviesada e corrompida da realidade. O governo Bolsonaro atuaria noutra dimensão, não ideológica. No entanto, o que se vê no bolsonarismo, a despeito desse discurso de aparente neutralidade, é uma atuação acentuadamente ideológica. É claro que toda ação política está ancorada num determinado conjunto de ideias, valores, opiniões e crenças a respeito do Estado, da sociedade e das pessoas. São justamente essas características que o bolsonarismo evita definir quando se refere às suas qualidades. Mas quando a ideologia é a do adversário, ela é definida como socialismo, esquerdismo, etc., como se essas variedades da política fossem irremediavelmente incompatíveis com o exercício democrático. Esse viés demanda atenção e cuidados, uma vez que ele conduz, por definição, à prática autoritária. (6 de janeiro de 2019; T22, SD50, FD5)

Com o tempo, os questionamentos dos editoriais passaram a se cristalizar, deixando de ser uma dúvida para entrar no campo das certezas.

Desde seu grotesco discurso de posse, atulhado de arroubos e bravatas ginásianas, já devia estar claro para todos que Bolsonaro nunca se viu na obrigação de medir suas palavras e gestos, adequando-os à sua condição de chefe de Estado. Ao contrário: a julgar pelo comportamento muitas vezes grosseiro e indecoroso de Bolsonaro, o presidente provavelmente se considera acima do cargo que ocupa, dispensado dos rituais e protocolos próprios de tão alta função. Até à disseminação de pornografia pelas redes sociais ele tem se dedicado, para estupefação nacional e internacional. (8 de março de 2019; T42, SD92, FD5)

Ao “contar com a sociedade” para enfrentar o “sistema”, Bolsonaro repete o roteiro de outros governantes que, despreparados para a vida democrática – em que a vontade do presidente é limitada por freios e contrapesos institucionais –, flertaram com golpes em nome da “salvação” nacional. Se tudo isso não passar de mais um devaneio, já será bastante ruim para um país que mergulha cada vez mais na crise, que tem seu fulcro não nas misteriosas “corporações” – as suas “forças ocultas” –, mas na incapacidade do presidente de governar. (18 de maio de 2019; T70, SD152, FD5)

É profundamente antidemocrático postular o fechamento dessas instituições sob o pretexto de que elas têm defeitos. Isso não é exercício da crítica, e tampouco da liberdade de expressão. É tentativa canhestra de emparedar instituições fundamentais para o Estado Democrático de Direito. Não há por que copiar aqui no Brasil o que se vê há algum tempo na Venezuela. (22 de maio de 2019; T73, SD156, FD5)

É possível perceber um discurso de defesa das instituições próprias da democracia, e neste sentido, o jornal se coloca numa posição integrante como parte deste sistema.

O comportamento do presidente da República, sr. Jair Bolsonaro, que não se vexa de usar até mesmo informações falsas para atacar jornalistas que considera inimigos, mostra o quão frágil é o regime democrático e reforça a necessidade da vigilância redobrada contra a sedução do arbítrio. É nessa difícil conjuntura, em que a hostilidade à imprensa profissional é estimulada pelo próprio presidente da República, que o trabalho dos jornalistas do Estado torna-se ainda mais relevante. Tendo como norte a objetividade e atenção exclusiva aos fatos, os repórteres desta casa sabem muito bem como enfrentar a ferocidade dos que se consideram inatacáveis.

As ameaças do sr. Jair Bolsonaro e de suas hostes de milicianos virtuais indicam que o Estado e seus jornalistas estão cumprindo seu dever, zelando pela tradição deste jornal de defender a liberdade e a democracia em qualquer circunstância. (12 de março de 2019; T45, SD97, FD4, FD5)

A afirmação da SD acima destacada ocorreu após um conflito entre Bolsonaro e a jornalista Constança Rezende⁵⁴, repórter de *O Estado de S. Paulo*. É importante lembrar que a relação de Bolsonaro com a imprensa sempre foi atribulada, todavia, para Bolsonaro, a origem de todo o mal era a *Folha de S. Paulo*, conforme busquei demonstrar em minha pesquisa

⁵⁴ Entenda a polêmica envolvendo Bolsonaro e fake news sobre jornalista. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/03/11/interna_politica.742259/entenda-o-caso-envolvendo-bolsonaro-e-fake-news-sobre-jornalista.shtml>. Acesso em 12 de mar. de 2022.

anterior (Dos Santos, 2019). *Folha e Estadão* são concorrentes históricos, e ambos, tomam para si este lugar, quando atacados ou criticados: defensores da democracia.

As bases de apoio, membros do governo e apoiadores também são apontados como antidemocráticos.

Essa aguerrida base de apoiadores virtuais, cujo tamanho varia a depender de quem realiza a contagem, serve ao presidente como uma caixa de ressonância para os seus interesses imediatos, que tanto podem ser a defesa de algum projeto do governo como o ataque a seus críticos. Particularmente em relação a esta segunda “atribuição”, por assim dizer, a rede virtual de apoiadores do presidente Jair Bolsonaro é implacável. Qualquer instituição, órgão, homem ou mulher que emitam algum tipo de crítica ao “mito”, façam-lhe reparos ou apontem suas incoerências serão alvo de uma campanha de desqualificação que ultrapassa, e muito, o limite do que seria um debate democrático entre grupos sociais antagônicos. (12 de agosto de 2019; T96, SD206, FD5, FD7)

o ministro da Educação acha que pode exigir que até mesmo os pais de alunos sejam proibidos de externar suas opiniões políticas, sob o argumento de que atrapalham a aula. (1 de junho de 2019; T76, SD 164, FD5)

A já citada ministra Damares Alves classificou as oposições como o “cão”, no sentido diabólico do termo. O governo e seus simpatizantes, na visão da ministra, devem se organizar para impedir o triunfo do “mal”. A mesma mensagem, embora menos caricata, foi a tônica das apresentações dos ministros das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, e da Casa Civil, Onyx Lorenzoni. Ou seja, para o governo Bolsonaro dar certo, seus opositores hão de ser neutralizados. (15 de outubro de 2019; T109, SD238, FD7)

A confusão de enigmáticas formulações que o vereador Carlos Bolsonaro frequentemente publica em suas redes sociais, especialmente no Twitter, costuma ser motivo de troça. No entanto, poucas vezes o “02” foi tão claro como na segunda-feira passada. “Por vias democráticas”, escreveu, “a transformação que o Brasil quer não acontecerá na velocidade que almejamos.”

Trata-se, é evidente, de uma gravíssima sinalização para a ruptura das regras do Estado Democrático de Direito – um golpe – como único caminho para chegar à tal “transformação” do País na velocidade “almejada”, seja lá o que isso signifique. (11 de setembro de 2019, T102, SD221, FD5)

O passado de Bolsonaro, que entre outras afirmações, alegou que a ditadura civil-militar brasileira deveria ter matado um número maior de pessoas⁵⁵, também entra na conta após a esperança, observada na FD1 ter perdido sua força nas menções.

Todos sabem, há muito tempo, quais são as opiniões do sr. Jair Bolsonaro a respeito das ditaduras militares latino-americanas. Quando deputado federal, Bolsonaro sempre foi notório defensor desses regimes, inclusive do recurso destes à tortura. Na condição de presidente da República, no entanto, Bolsonaro deveria saber que suas palavras adquirem enorme peso institucional, pois ele representa o Brasil no exterior, razão pela qual deveria guardar para si suas opiniões sobre ditadores e ditaduras em nações vizinhas, tema que naturalmente causa desconforto nesses países – ainda mais quando trazido à tona por autoridades brasileiras.

⁵⁵ <https://www.youtube.com/watch?v=VRzVMcOdK1I>

Esses episódios de incontinência verbal do sr. Jair Bolsonaro reiteram a impressão, cada dia mais próxima da certeza, de que o ex-deputado federal ainda não assumiu de fato a Presidência da República. Se tivesse assumido, Bolsonaro falaria como chefe de Estado – que engloba o conjunto dos brasileiros e da administração pública – e não como mero representante de seus eleitores. A cada dia que passa, Bolsonaro, sob as vestes extravagantes da “nova política” – como os chinelos e a camisa falsificada de time de futebol que o presidente usou numa reunião ministerial –, continua a agir como deputado do baixo clero. (26 de março de 2019; T52, SD109, FD2, FD3, FD5)

A ninguém, contudo, é dado o direito de surpreender-se. Em 1999, este jornal publicou uma entrevista com Bolsonaro na qual o então deputado federal declarou sua admiração por Hugo Chávez, então recém-eleito presidente da Venezuela, dizendo que “gostaria muito que sua filosofia chegasse ao Brasil”. Chávez conquistara o poder denunciando a hegemonia das oligarquias políticas, a degradação dos partidos, a corrupção desenfreada e a falência das instituições – e sobre essas bases ideológicas construiu uma ditadura populista tão sólida que sobreviveu a ele.

Não se pretende, com esse paralelo, sugerir que Bolsonaro possa reencarnar Chávez, mas é importante observar que o presidente brasileiro se elegeu com um discurso semelhante ao do falecido caudilho venezuelano e apresenta a mesma preocupante falta de compromisso com as liberdades democráticas. Seu histórico de defesa da ditadura militar e de supressão de direitos em nome de uma certa “ordem” fala por si, mas é preciso acrescentar ainda o fato de que Bolsonaro pretende resumir seu governo a uma luta do “bem” contra o “mal” – situação que inviabiliza a democracia. (24 de fevereiro de 2019; T40, SD89, FD5, FD7)

Mais uma vez, a pandemia é um ponto-chave para compreender a escalada dentro de um sentido. Naquele período, Bolsonaro passou a enfrentar uma oposição mais ferrenha e organizada desde que tomou posse, isso causou um derretimento da sua popularidade. Soma-se a isso, o fato de que o presidente se encontrava sem uma base organizada no Congresso, após ter deixado o PSL. Talvez tenha sido o momento de maior fragilidade do governo, e é justamente aí que começam os movimentos golpistas de forma mais explícita, em abril daquele ano, bolsonaristas organizaram um ato pedindo intervenção militar e fechamento do STF⁵⁶, o primeiro de muitos que viriam durante a pandemia. A novidade foi a participação de Bolsonaro nesses atos. Fato que não passou despercebido pelos editoriais:

No domingo passado, em mais um de seus comícios de caráter golpista, o presidente foi ainda mais longe e, depois de dizer que “acabou a paciência” em relação àqueles que, seguindo a Constituição, impõem limites a seu poder, declarou que “as Forças Armadas estão do nosso lado”. (6 de maio de 20; T210, SD435, FD5)

⁵⁶ Bolsonaro endossa ato pró-intervenção militar e provoca reação de Maia, STF e governadores. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/politica/2020-04-19/bolsonaro-endossa-ato-pro-intervencao-militar-e-provoca-reacao-de-maia-stf-e-governadores.html>>. Acesso em 9 de out. de 2023.

A intensificação das manifestações, tanto favoráveis, quanto contrárias ao governo, também ajudaram a desvelar o sentido Antidemocrático do bolsonarismo, que se tornou cada vez mais identificado nos editoriais:

Procurando associar à violência os atos de protesto contra seu governo, o presidente deixou claro que os atos de domingo não serão travados entre adversários políticos, mas entre inimigos – entre “o pessoal de verde e amarelo, que é patriota”, e “idiotas, marginais, viciados e terroristas”. Segundo Bolsonaro, “este pessoal tem costumes que não condizem com a maioria da sociedade brasileira”. Além de desqualificar opositores no plano moral, que é uma conhecida prática fascista, Bolsonaro os acusou de serem inimigos da liberdade. (6 de junho de 2020; T239, SD485, FD5)

Não é possível se dizer um democrata e, ao mesmo tempo, atacar a imprensa dia e noite, avisar que não cumprirá alguma decisão judicial e estimular movimentos golpistas, como fez e faz Bolsonaro. Também nada há de democrático quando um presidente diz que “o grande problema do momento” são as manifestações pacíficas contrárias a seu governo, cujos participantes Bolsonaro, sem qualquer amparo na lei e no bom senso, já qualificou como “terroristas”. (10 de junho de 20; T243, SD493, FD5)

Por fim, há o constante ataque ao sistema eleitoral brasileiro na figura das urnas. Esse ataque passou a ser tema dos editoriais na eleição municipal de 2020, quando Celso Russomanno, o candidato de Bolsonaro em São Paulo, sequer se classificou para o segundo turno do pleito. Como aponta a publicação:

Há duas maneiras de reagir a uma derrota eleitoral: como um democrata, aceitando os resultados e cumprimentando o vencedor, ou como um autoritário, inventando amalucadas conspirações para denunciar fraude nas urnas e, assim, deslegitimar o eleito. Como era previsível, muitos bolsonaristas, inspirados no ídolo Donald Trump e no presidente Jair Bolsonaro, preferiram o modo antidemocrático de lidar com o desastre eleitoral que sofreram no domingo passado. (17 de novembro de 20; T348, SD696, FD5)

Para que a democracia seja preservada, contudo, é preciso que Jair Bolsonaro, na condição de chefe de Estado, pare de questionar a confiabilidade das urnas eletrônicas, como fez seguidas vezes desde que chegou ao poder e tornou a fazer depois das eleições de domingo passado – como a justificar a acachapante derrota que sofreu. (18 de novembro de 20; T349, SD702, FD5)

Mais uma vez, pode-se observar uma falsa simetria entre os critérios que tornam o lulopetismo antidemocrático daqueles que configuram o bolsonarismo. Minha leitura é de que para o *Estado*, o fato de o lulopetismo ser autoritário é tão cristalino e compreendido que não necessita de mais explicações, ou seja, dizer que o PT é autoritário, é como afirmar que o céu é azul. Numa das raras exceções em que a publicação justifica suas afirmações:

É alvissareiro, vindo de um petista, que haja declarada disposição de fazer oposição pensando no interesse do País, e não, como é costume no partido de Lula da Silva, pensando nas estratégias eleitoreiras do demiurgo de Garanhuns. Quando diz que “daqui a quatro anos nós teremos uma nova eleição”, Haddad sinaliza à militância que

deve respeitar o mandato conferido a Bolsonaro, coisa incomum em se tratando do PT, campeão de pedidos de impeachment quando esteve na oposição. Resta saber qual será a representatividade de Haddad no PT, pois, até onde se sabe, o partido continuará a ser dirigido de uma cela em Curitiba. (30 de outubro de 2018; T1, SD4, FD5)

Porém, a regra são afirmações muito mais taxativas:

Jair Bolsonaro cometerá um sério equívoco se julgar que sua missão, como presidente da República, é refundar o País. O mesmo erro cometeu o sr. Lula da Silva, ao considerar-se o grande pioneiro do Brasil, menosprezando todos os que vieram antes dele, desde Cabral. O resultado, no caso de Lula, foi um país cindido, em que a discussão democrática sobre os principais problemas do País foi interdita, já que o grupo no poder se arvorou no único e legítimo proprietário da verdade. (3 de dezembro de 2018; T10, SD24, FD5)

É o caso do lulopetismo, que dividiu o País em “nós” e “eles”, tentando inviabilizar progressivamente a política para, em seu lugar, instalar o pensamento único – seja na forma de constrangimento violento dos que pensam diferente dos petistas e não idolatram o ex-presidente Lula da Silva, seja por meio da degradação moral da atividade parlamentar. (23 de setembro de 2019; T103, SD223, FD5)

Um partido que em documento oficial chama um presidente democraticamente eleito de “aventureiro fascista”, como faz o PT, não tem a menor intenção de fazer oposição. Para esta atitude verdadeiramente golpista já chamávamos a atenção no editorial Desespero, de 19 de outubro. Sua intenção é inviabilizar o governo e, por tabela, impedir que o País saia da crise que os próprios petistas criaram em sua desastrosa passagem pela Presidência. Os desesperados petistas prometem “construir uma frente de resistência pelas liberdades democráticas”, como se o País estivesse às portas da ditadura, e essa “resistência” se estende a tudo o que interessa à maioria da população, a começar pela reforma da Previdência. (Os desesperados, 4 de novembro de 2018, 4 de novembro de 2018; T3, SD8, FD8)

O Partido dos Trabalhadores é, sabidamente, a principal força político-partidária da esquerda brasileira nas últimas décadas, e isso, na visão da publicação, é um dos pilares para que seja também autoritário.

Não surpreende, assim, que a tal “frente de oposição” que o PT pretende liderar não tenha apoio. O grave momento do País exige um esforço de todos para a superação da crise, o que implica a existência de uma oposição dura, porém prudente. Os sabotadores – aqueles que não se importam com o interesse público – devem ser isolados, para que fique patente de vez sua profunda irresponsabilidade. (4 de novembro de 2018; T3, SD10, FD5)

O isolamento do PT no campo da oposição é a consequência natural do comportamento autoritário do partido, incapaz de uma convivência democrática mesmo com aqueles com os quais nutre alguma afinidade ideológica. Para os petistas, nada que não tenha sido ditado pelo PT tem legitimidade. (4 de novembro de 2018; T3, SD6, FD5)

Ao não concordarem com a reforma da previdência, partidos de esquerda também são taxados como antidemocráticos, no sentido de que promovem a desigualdade e os privilégios de algumas classes em detrimento a outras.

Por sua vez, os líderes do PDT e do PSB recusaram o convite porque o presidente não o teria estendido às lideranças do PT, do PSOL e do PCdoB. Ora, não haveria mesmo por que convidar para o encontro líderes de partidos que não apenas se opõem ao governo – o que nem de longe seria um problema por si só, e sim um sinal de vigor democrático –, mas à própria ideia de reforma da Previdência, seja qual for sua profundidade e extensão.

Nas redes sociais, são frequentes as publicações de parlamentares dos três partidos “excluídos” da reunião de líderes com o presidente da República em que informações falsas ou distorcidas são usadas deliberadamente para desqualificar a reforma da Previdência. Quem age assim não demonstra especial apreço pelo debate responsável de ideias.

Os partidos de esquerda no Brasil têm sido sistematicamente contrários à reforma da Previdência. Batalham, assim, pela manutenção dos privilégios e o agravamento das desigualdades sociais. (13 de maio de 2019; T68, SD147, FD55)

Além disso, em mais de uma oportunidade a publicação atribui a perda lulopetista da eleição presidencial de 2018 à tal natureza autoritária do partido.

Se é claro que os brasileiros expressaram nas urnas seu repúdio ao lulopetismo e à sua vocação autoritária, não é menos claro que o resultado das eleições de outubro passado não pode ser entendido como aval para a sujeição do País aos que se julgam maioria. (12 de dezembro de 2018; T15, SD37, FD5)

À medida que foi sendo desossado pelas urnas e pela Justiça, o partido de Lula da Silva recrudesciu seu autoritarismo, expondo cada vez mais seu desespero. Depois de passar a campanha inteira a denunciar como “golpe” o impeachment constitucional de Dilma Rousseff, a exigir a libertação de Lula, como se este não tivesse que cumprir pena pelos crimes que cometeu, e a exigir apoio a seu candidato como única forma de “salvar a democracia” ante o perigo do “fascismo” supostamente representado pela candidatura de Bolsonaro, o PT agora trata de dizer que a vitória do oponente resultou de um processo “eivado de vícios e fraudes”, conforme declarou a presidente do partido, Gleisi Hoffmann. (4 de novembro de 2018; T3, SD7, FD5)

Por fim, através das comparações, a publicação aproxima os dois agentes, alegando que ambos são antidemocráticos. Como se o bolsonarismo fosse o sucessor do lulopetismo. Essas comparações cessam no período analisado quando a escalada autoritária de Bolsonaro se solidifica.

O lulopetismo amarga hoje a cadeia, mas em seu lugar surgiu o bolsonarismo, tão deletério para a democracia quanto seu antípoda. (23 de setembro de 2019; T103, SD224, FD5, FD6)

É certo que o presidente Bolsonaro tem contribuído para criar boa parte do antagonismo de que ele próprio se queixa, especialmente quando adota uma atitude imperial, julgando-se com poder e apoio para impor sua vontade em temas variados – desde os juros do Banco do Brasil e os preços da Petrobrás até o financiamento de universidades públicas que permitem “balbúrdia” e “gente pelada”.

No entanto, a ninguém, a não ser aos irresponsáveis de sempre, deveria interessar o fracasso do governo Bolsonaro, pois o resultado quase certamente seria o caos – ambiente em que só prosperam os apologistas do populismo. Isso não significa dispensar a oposição ou concordar em princípio com tudo o que o governo propõe, e

sim ter em conta que, num cenário com mais de 13 milhões de desempregados, crescimento píffio e perspectivas sombrias, é preciso pensar, antes, no País. (3 de maio de 2019; T65, SD140, FD5)

Antidemocrático, enquanto um dos sentidos, oferece uma riqueza de detalhes sobre o que a publicação considera a democracia. Mais uma vez, a reforma da previdência tem um local de destaque, pois é como se a não disposição para dialogar sobre um determinado tema, neste caso, a reforma, fosse uma afronta ao estado democrático de direito. Tomemos o já exaustivo, porém necessário, debate sobre liberdade de expressão como exemplo, tudo deve ser dito, tudo deve ser discutido, tudo merece a exposição de dois lados? Talvez para um partido político, seja de qualquer espectro político, alguns tópicos não sejam discutíveis. Talvez para uma publicação jornalística alguns tópicos também não o sejam.

5.6. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA

Quando o assunto é corrupção e associação criminosa, *O Estado* faz críticas sem meias palavras com frequência, o tempo todo. Esse é o sexto sentido, Associação Criminosa (FD6), que se refere a quando um dos agentes é relacionado com atividades questionáveis do ponto de vista legal. No bolsonarismo, o sentido é responsável por 5,01% dos acionamentos de sentidos, já no lulopetismo, aglutina 30,12% dos sentidos, sendo, ao lado da Má Gestão (FD3) responsável por quase dois terços de todos os sentidos acionados em relação ao grupo.

Entre 7 de abril de 2018 e 8 de novembro de 2019, Luiz Inácio Lula da Silva esteve preso em uma sala da Polícia Federal, em Curitiba. Nesse período, *O Estado de S. Paulo*, fez questão de frisar a condição de Lula, que havia sido o principal padrinho político da candidatura de Fernando Haddad nas eleições de 2018.

O discurso de Fernando Haddad ao admitir a derrota fez constar as referências de praxe à prisão do chefe Lula da Silva e ao impeachment de Dilma Rousseff, por ele considerados atos de exceção. (30 de outubro de 2018; T1, SD3, FD6)

Assim, por exemplo, o senador não descarta manter sua proximidade com o ex-presidente e hoje presidiário Lula da Silva - a quem defendeu com fervor durante a campanha eleitoral no ano passado. (31 de janeiro de 2019; T31, SD68, FD6)

o PT, que ambicionava ser hegemônico, hoje é apenas uma sombra do que já foi, pois sua atuação está cada vez mais atrelada ao destino do ex-presidente Lula da Silva, preso por corrupção. (3 de maio de 2019; T65, SD138,FD6)

A forma como a publicação retrata o lulopetismo, por muitas vezes, enquadra o funcionamento do partido como uma verdadeira organização criminosa. Valendo-se de uma linguagem que atrela diretamente o vocabulário criminalista ao partido:

Sozinho, Luiz Inácio Lula da Silva, o “candidato” que nunca foi e jamais poderia ter sido, responde por mais da metade dos recursos que o Ministério Público pretende recuperar: R\$ 20 milhões. Este é o valor oficialmente declarado pelo PT para bancar o circo que foi montado em torno do engodo da “candidatura Lula”. Além deste valor, oriundo do FEFC, o partido declarou outros R\$ 599 mil recebidos a título de doações para a campanha do presiário de Curitiba por meio de “vaquinhas”. Estes, de acordo com nota do PT, estão sendo devolvidos a quem os doou. (18 de novembro de 2018; T5, SD14, FD6)

Esses valores dão uma ideia dos recursos públicos que Lula da Silva mobilizou para eleger seu “poste”, como era considerada a candidata até então pouco conhecida do eleitorado. (1 de outubro de 2019; T105, SD229, FD6)

é possível fazer política sem recorrer ao fisiologismo que tanto mal fez ao País, especialmente a partir da passagem do PT pela Presidência – que transformou a atividade política em modalidade de crime. (5 de abril de 2019; T54, SD116,FD6)

Todo o processo de julgamento de Lula, que hoje, mais de quatro anos depois, é fato encerrado do ponto de vista jurídico, é reforçado como um rito realizado de forma correta. A lisura do processo, deve-se dizer, sempre foi contestada por movimentos da esquerda, gerando um debate social acalorado. Todavia, antes que a parcialidade do então juiz Sérgio Moro fosse julgada⁵⁷, a publicação se manteve fiel ao que constava nos autos daquele processo:

O Brasil, de fato, estava sob ataque, mas não dos “socialistas”, e sim de quadrilhas de corruptos que desmoralizaram a política e assaltaram as burras da República. Corrupção não depende de socialismo ou de antissocialismo, como o próprio presidente da República deve saber. Ademais, é bom lembrar que a grande corrupção da era lulopetista havia sido quase totalmente desbaratada bem antes de Bolsonaro chegar à Presidência, graças aos esforços da Operação Lava Jato. (25 de setembro de 2019; T04, SD226, FD6)

Exemplos recentes, como os crimes investigados pela Operação Lava Jato no relacionamento de dirigentes dessas empresas e outros agentes públicos com representantes do setor privado, não deixam dúvida sobre o péssimo uso que governantes fizeram das estatais em benefício próprio ou de seus apadrinhados. Só isso bastaria para justificar a necessidade de limpar o governo, em todos os níveis, dessa fonte de desvio de recursos públicos para o enriquecimento de um grupo de criminosos. Mas há outras razões para a privatização de empresas estatais, talvez tão fortes do ponto administrativo e financeiro quanto o combate à corrupção. (30 de janeiro de 2019; T30, SD76, FD6)

Igualmente, no caso de Lula da Silva sobram evidências de sua culpabilidade. A ponto de o ex-presidente brasileiro ter sido condenado, até agora, por nada menos do que oito diferentes juizes, em três instâncias. (1 de agosto de 2019; T91, SD195, FD6)

⁵⁷STF mantém decisão que declarou Sergio Moro parcial ao condenar Lula. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/stf-mantem-decisao-que-declarou-sergio-moro-parcial-ao-condenar-lula/>>. Acesso em 9 de out. de 2023.

Outros grupos próximos ao lulopetismo também são retratados com um discurso ligado ao vocabulário do crime, denotando atividades criminosas ou leniência a possíveis crimes, criando, assim, uma compreensão de que o lulopetismo é diretamente ligado ao cometimento de delitos.

Tome-se o exemplo do PT, partido com o maior número de políticos denunciados e condenados por corrupção nos últimos anos. Faz uma década que os petistas não convocam seu “conselho de ética” – na última vez que o fizeram, foi para punir deputados que haviam contrariado orientações da cúpula partidária. Na maioria absoluta dos casos em que petistas foram condenados por corrupção, o PT alega que se trata de perseguição política. (11 de março de 2019; T44, SD96, FD6)

os irresponsáveis não se dão por vencidos. Na passeata dos estudantes contra o governo, havia carros de som da Central Única dos Trabalhadores (CUT), braço sindical do PT, além da presença dos conhecidos oportunistas dos movimentos de sem-terra e de sem-teto. (1 de junho de 2019; T76, SD162, FD6)

Já o líder petista Rui Falcão celebrou a manifestação dos estudantes dizendo que “hoje é dia de Lula”, sem explicar exatamente o que os cortes na área de Educação têm a ver com o presidiário petista. Por fim, mas não menos significativo, o PT pegou carona nos protestos para lançar suas palavras de ordem contra a reforma da Previdência, numa descarada tentativa de sequestrar, para seus propósitos deletérios, o legítimo movimento dos estudantes e professores. (1 de junho de 2019; T76, SD163, FD6)

Na visão de *O Estado*, a própria forma de governar do PT era francamente criminosa. Em mais de uma ocasião a publicação explicita essa visão:

[...] a tolerância com Lula no mensalão facilitou a permanência do partido no poder. Se mesmo com todas aquelas revelações Lula era deixado intacto, a consequência era de que ele poderia fazer, a partir daquele momento, o que bem entendesse. Depois, o País teve o dissabor de ver até onde o PT foi capaz de ir. Petrolão, aparelhamento ideológico e a desastrosa política econômica petista são alguns exemplos da falta de limites. (4 de maio de 20; T208, SD429, FD6)

O presidencialismo de coalizão degenerou em corrupção e fisiologismo, com partidos exigindo verbas e cargos estratégicos em troca de seus votos, relação que nada tem a ver com uma agenda política para o País. Sob os governos petistas, tornou-se presidencialismo de “cooptação”, cuja face mais notória foram os escândalos do mensalão e do petrolão. (18 de agosto de 20; T285, SD565, FD6)

O sentido Associação criminosa (FD6) não é dotado de grande diversidade dentro do lulopetismo, pelo contrário, como afirmei anteriormente, as menções são majoritariamente jogadas ao ar, como se fossem fatos cristalizados. Há de se reconhecer que, efetivamente, Lula estava preso em alguns dos momentos da análise, porém, quando da anulação de provas do processo que o levou a cadeia não houve manifestação alguma nos textos editoriais. Mais uma vez, essa postura displicente com o partido ajuda a reforçar a compreensão de que, naquele ponto, o PT era carta fora do baralho eleitoral há muito.

Já no bolsonarismo, o crime aparece em menor frequência e, conseqüentemente, em menor diversidade de apresentações. Os principais pontos que conectam o crime ao bolsonarismo se dão por conta dos desdobramentos do caso das rachadinhas de Flávio Bolsonaro, caso citado anteriormente.

As milícias tiveram súbita notoriedade nacional de uns tempos para cá não somente pela suspeita de ligação com o assassinato da vereadora Marielle, mas pela descoberta de que um de seus integrantes mais perigosos, Adriano Nogueira, foi empregado no gabinete de um dos filhos do presidente Jair Bolsonaro, Flávio Bolsonaro, quando este era deputado na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Nogueira é um dos chefes da milícia Escritório do Crime, de onde se suspeita que tenha partido a ordem para matar a vereadora Marielle. O País ficou sabendo também que essas milícias haviam sido objeto de seguidas homenagens tanto de Flávio como de Jair Bolsonaro ao longo de suas carreiras como parlamentares. (13 de março de 2019; T46, SD98, FD2, FD6)

No discurso de posse, Jair Bolsonaro prometeu livrar o País do jugo da corrupção. Apresentado como uma das prioridades do governo, o pacote de medidas de endurecimento da legislação penal propõe a criminalização do caixa 2 eleitoral, que é precisamente a prática de a contabilidade oficial não expressar o que de fato ocorreu. No entanto, apesar de todas essas juras de uma nova moralidade pública, o caso de Queiroz assemelha-se cada vez mais às práticas da velha política. Assim, não surpreende que os Bolsonaros façam de tudo – rigorosamente de tudo – nas redes sociais para desviar a atenção para outros assuntos. (9 de março de 2019; T43, SD95, FD6)

O presidente Jair Bolsonaro tem se dedicado nos últimos dias a constranger órgãos de controle e investigação, que por definição devem estar completamente a salvo de pressões políticas – afinal, depois de tantos protestos dos cidadãos contra a corrupção, o mínimo que se espera é que não haja mais no País quem consiga escapar da lei em virtude de conexões e boas relações com quem está ocupando temporariamente o poder. (20 de agosto de 2019; T98, SD211, FD6)

A grande mudança de perspectiva na cobertura dos editoriais sobre esse caso foi revelada com a saída de Sérgio Moro, então Ministro da Justiça, do governo. Em 24 de abril de 2020, durante uma coletiva de imprensa⁵⁸, o ex-juiz afirmou que entregou sua carta de demissão ao ex-presidente Jair Bolsonaro. O conflito entre Moro e Bolsonaro se intensificou quando o presidente passou a fazer pressão para que seu ministro da Justiça realizasse uma troca no comando da Polícia Federal, que, na época, investigava seu filho Flávio. "Falei para o presidente que seria uma interferência política. Ele disse que seria mesmo", disse Moro na ocasião.

Se a acusação por si própria já seria uma crise natural para o governo, quando a gravação de uma reunião ministerial ocorrida dois dias antes da saída de Moro do governo foi divulgada, a situação não melhorou. Durante a reunião, o então presidente Jair Bolsonaro proferiu a seguinte frase ao comando da PF: "Eu não vou esperar foder a minha família toda, de

⁵⁸ Ex-juiz Sergio Moro anuncia demissão do Ministério da Justiça e deixa o governo Bolsonaro. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/24/moro-anuncia-demissao-do-ministerio-da-justica-e-deixa-o-governo-bolsonaro.ghtml>>. Acesso em 9 de out. de 2023.

sacanagem, ou amigos meu, porque eu não posso trocar alguém da segurança na ponta da linha que pertence a estrutura nossa. Vai trocar! Se não puder trocar, troca o chefe dele! Não pode trocar o chefe dele? Troca o ministro! E ponto final! Não estamos aqui pra brincadeira"⁵⁹.

Nesse momento *O Estado* levanta a discussão sobre a possível existência de um crime de responsabilidade:

Trata-se de comportamento intolerável, que pode dar as condições para a abertura de um processo de impeachment contra Bolsonaro – a Procuradoria-Geral da República já pediu ao Supremo a abertura de investigação sobre a acusação de Sérgio Moro. Não se pode aceitar como natural que o presidente queira manipular a Polícia Federal, especialmente considerando-se que há investigações em andamento que interessam ao clã Bolsonaro. Se comprovadas as denúncias, o presidente pode ser acusado de crimes de responsabilidade, prevaricação e advocacia administrativa, entre outros. (25 de abril de 20; T201, SD418, FD6)

Com a ausência de um desenrolar após a interferência na Polícia federal, bem como o aparecimento de novas denúncias, demonstrando que o esquema de rachadinhas não se limitava apenas ao gabinete de Flávio Bolsonaro, a publicação seguiu cobrando o então presidente, bem como construindo um discurso que implicava cada vez mais condutas suspeitas à família Bolsonaro:

Em primeiro lugar, vale lembrar que, mesmo no caso da suspeita de rachadinha no gabinete de Flávio, o pai Jair sempre esteve, em alguma medida, envolvido. Toda a história se relaciona diretamente com o amigo da família Fabrício Queiroz e, como o próprio Flávio reconheceu, ele só nomeou Queiroz em função do aval do pai. No ano passado, em entrevista ao Estado, questionado se Queiroz tinha a confiança de Jair Bolsonaro, Flávio respondeu: “Com certeza, ou não teria vindo trabalhar comigo”. Além disso, investigações revelaram depósitos de Queiroz na conta de Michelle Bolsonaro. (18 de setembro de 20; T306, SD603, FD6)

Em algumas ocasiões a publicação conecta ambos agentes no sentido de associação criminosa, contudo, ao fazê-lo acaba inferindo prioritariamente no próximo sentido, o da polarização. Todos os elementos dos sentidos trabalhados até o momento acabam desaguando neste grande rio que é a polarização, contudo, antes de explorar os resultados parciais do tema, faz-se necessário discutir, afinal, o que é polarização no discurso jornalístico.

5.7. POLARIZAÇÃO: BREVE DISCUSSÃO TEÓRICA

⁵⁹ Em reunião ministerial, Bolsonaro diz: ‘Eu não vou esperar foder a minha família toda’; assista. Disponível: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/em-reuniao-ministerial-bolsonaro-diz-eu-nao-vou-esperar-foder-a-minha-familia-toda-assista.ghtm>>. Acesso em 9 de out. de 2023.

O último dos sentidos a ser analisado é Polarização, FD7. Sua apresentação no final da análise é precedida por uma discussão teórica sobre o tema. Meu objetivo é conduzir quem lê este trabalho pelo processo que passei antes mesmo de iniciar a escrever essa pesquisa. Posta a diversidade de sentidos de cada um dos agentes, e os fundamentos que apresentarei a seguir, cada pessoa terá a oportunidade de refletir acerca da utilização do termo polarização por parte do jornalismo.

Começemos, então, dando um passo para trás. Um dos termos mais caros para este trabalho é a polarização, esse sentido, construído não só pelo jornal aqui estudado, precisa ser melhor problematizado, por este motivo, antes de passar a análise dos resultados parciais, darei um passo para trás, e buscar confrontar as definições da ciência política para a polarização, para só então, analisar os resultados.

O termo polarização se torna paulatinamente mais presente nas manchetes, textos e discursos jornalísticos. Entender o mecanismo sob o qual ele está filiado é um empreendimento que busca esmiuçar de que forma escolhas que podem parecer inconscientes, na verdade, trazem em si significados até então menos explicitados.

Não raras são as pesquisas que analisam os efeitos da polarização política através do globo terrestre. No Brasil, especificamente, esses estudos começam a aparecer com maior frequência a partir de 2014, como demonstrarei mais adiante. Todavia, todos esses trabalhos partem de uma compreensão de que a polarização é um conceito dado e compreendido entre a comunidade acadêmica, o que não me parece ser o caso, uma vez que são raros os esforços empreendidos a fim de caracterizar esse conceito. Portanto, proponho darmos um passo para trás e buscar uma compreensão do que é, afinal, a polarização tantas vezes trazida nos textos jornalísticos.

O conceito de polarização, embora utilizado no discurso jornalístico, não se originou nele. Na física, está atrelado a atribuição energética de eletrodos, às características de ondas eletromagnéticas e de luz. Na química, é sobre a força eletromotriz de sentido oposto àquela que produz a corrente gerada a partir de um eletrolisador.

Contudo, a caracterização utilizada no jornalismo, e que aqui nos é mais interessante, é da ordem figurativa e nasce nas ciências políticas. Quando falamos em polarização, criamos a ideia de extremos dominando o debate público e diminuindo o espaço que existe entre eles. A noção de polarização no jornalismo não deve ser tomada levemente, pois mesmo sendo da ordem figurativa, ao definir o cenário político do país como polarizado, sem que haja indícios para tal, corre-se o risco de cruzar a linha entre opinião e informação.

Para atingir uma caracterização deste conceito partiremos de Costa (2019), que investigou as origens, causas e consequências da polarização no contexto brasileiro. Como o autor explica, a polarização parte, inicialmente, de uma divisão de opiniões acerca de determinado tema. Assim, criam-se dois distintos pólos na opinião pública⁶⁰.

Alguns sistemas políticos são mais propícios para que a polarização se torne mais evidente, como é o caso do estadunidense. Foi justamente neste país que os primeiros estudos acerca da polarização surgiram. A divisão entre democratas e republicanos, embora estes não sejam os únicos partidos políticos existentes naquele país, e o movimento por direitos civis na década de 1960 e 1970 foi ponto de partida para estudos como os de Poole e Rosenthal (1984). Nele, os pesquisadores aplicaram modelos matemáticos a fim de analisar as divergências políticas de senadores e deputados através de seus votos. No estudo, conclui-se que os congressistas votaram de acordo com pólos ideológicos entre 1959 e 1980.

Em DiMaggio *et. al* (1996) podemos encontrar uma das poucas definições originais de polarização disponíveis no meio acadêmico. Como explicam os autores:

Polarização é tanto um estado quanto um processo. Polarização como um estado se refere ao processo no qual opiniões distintas sobre uma questão são opostas em relação a um máximo teórico. Polarização como um processo se refere ao crescimento dessa oposição ao longo do tempo⁶¹ (DiMaggio *et. al*, 1996, p.4, tradução minha).

Ainda conforme o pensamento dos autores, a polarização acontece no momento em que grupos militantes discordam categoricamente em determinado ponto, formando grupos extremos opostos, e conseqüentemente, diminuem o espaço existente no centro do debate (DiMaggio *et al.*, 1996).

Hill e Tausanovitch (2015) também empreenderam um esforço em definir a polarização. Segundo os autores, as definições de polarização variam, mas acabam se centrando em torno de dois conceitos:

Primeiro, polarização é uma divergência na ideologia política entre membros do público. Por exemplo, se mais membros do público adotam uma ideologia extrema, ou se menos membros do público ocupam uma posição no meio do caminho, o público é

⁶⁰ O conceito de opinião pública é bastante polissêmico e igualmente discutido. Sem a intenção de empreender tal discussão neste nesta pesquisa, valho-me da aceção de base habermasiana habilmente sintetizada por Sartor (2016): “a opinião pública, desde um ponto de vista ideal e normativo, pode ser entendida como resultado (sempre provisório) do processo de comunicação pública que expressa um acordo coletivo ou uma vontade geral, legítima apenas na medida em que se constitui por meio do debate livre e inclusivo – é nessa perspectiva que ela fundamenta a corrente deliberativa da teoria democrática” (SARTOR, p. 95, 2016).

⁶¹ Lê-se no original: “Polarization is both a state and a process. Polarization as state refers to the extent to which opinions on an issue are opposed in relation to some theoretical maximum. Polarization as a process refers to the increase in such opposition over time.”

mais polarizado. Segundo, polarização é o crescimento da separação ou organização de grupos claramente definidos, como por exemplo, se democratas se tornam mais liberais e republicanos mais conservadores (Hill; Tausanovitch, 2015, p. 1060, tradução minha)⁶²

Jenkins e Fletcher (2019) oferecem uma percepção que parte de DiMaggio *et. al* (1996) acerca do conceito de polarização. Os autores igualmente tomam a polarização como um processo e um estado. Sendo o estado no qual as opiniões das pessoas divergem para os extremos ideológicos. A necessidade de extremos para definir polarização em Jenkins e Fletcher (2019) é o que, mais a frente, me fará discordar parcialmente da definição proposta. Declaram os autores: “é evidente que a polarização pode ser um fenômeno complexo, envolvendo uma gama de dinâmicas que podem desempenhar papéis diferentes em diferentes contextos⁶³” (Jenkins; Fletch, 2019, p. 9, tradução minha).

A leitura de DiMaggio *et. al* (1996), se torna relevante e imprescindível para o debate acerca da conceitualização da polarização. Todavia, a simples importação de tal conceito ianque para um cenário tupiniquim pode ser prejudicial, uma vez que o sistema político e contexto social dos dois países é distinto.

Por isso, voltar à leitura de Costa (2019) é um exercício importante, visto que, em sua pesquisa, podemos encontrar pistas para uma compreensão da polarização no contexto brasileiro, e, portanto, identificar mais acertadamente seus sentidos no jornalismo brasileiro..

Para falar em polarização política no Brasil é preciso trazer algumas questões à mesa. A primeira é o fato de que, atualmente, o país conta com 33 partidos políticos⁶⁴, que cobrem as mais diversas ideologias políticas. A segunda é que nosso desenho do processo de escolha eleitoral não é, num primeiro momento, dualista. Pelo contrário: em 2018 foram 16 postulantes deferidos ao cargo de presidente da república⁶⁵. A terceira é que, de fato, o desenho eleitoral traz, nos segundos turnos, uma dualidade, que não necessariamente se traduz em polarização, uma vez que não necessariamente postulantes no segundo turno divergem de forma contundente um do outro.

⁶² Lê-se no original: “First, polarization is divergence in political ideology between members of the public. For example, if more members of the public occupy the middle of the distribution, the public is more polarized. Second, polarization is increasing separation or sorting of clearly defined groups, for example, if Democrats become more liberal and Republicans more conservative.”

⁶³ Lê-se no original: “it is clear that polarisation can be a complex phenomenon involving a range of dynamics that play out differently in different contexts”.

⁶⁴ Fonte: Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos>>. Acesso em 11 de abril de 2021.

⁶⁵ Fonte: Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em 11 de abril de 2021.

Outra questão que Costa (2019) traz e é fundamental para os estudos de polarização no Brasil é de que o país viveu muitas interrupções em sua vida democrática, visto que até o momento apenas três presidentes eleitos diretamente pelo voto popular desde a reabertura democrática concluíram seus mandatos, sendo eles Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, em seu primeiro mandato. A história política do país, embora possa parecer distante, traz muitos reflexos ao campo de estudo da política no país, como por exemplo, a falta de pesquisas que tratam, em profundidade, sobre a polarização.

Miguel (2019) nos lembra que a polarização não necessariamente é um reflexo fiel de extremos opostos em embate:

A expressão tornou-se corrente, entre analistas do cenário brasileiro recente, mas precisa ser matizada: trata-se de uma polarização assimétrica. Hegemonizada pelo Partido dos Trabalhadores e, dentro dele, pelas correntes alinhadas ao lulismo, a esquerda brasileira adotou há muito tempo e permanece adotando um programa conciliatório, que não desafia o capitalismo nem promove a subversão das hierarquias sociais vigentes, limitando-se a buscar a redução das desigualdades mais gritantes e a ampliação das oportunidades dos mais desfavorecidos. Foi a direita que se radicalizou, rompeu com a conciliação que os governos petistas encarnavam, passou a recusar qualquer espaço de diálogo e adotou, em diferentes frentes, um discurso de combate sem tréguas – contra os direitos trabalhistas, contra o feminismo, contra o Estado social. Contra, enfim, todas as promessas igualitárias do pacto encamado na Constituição de 1988. (Miguel, 2019, p. 47).

Tomando tal apontamento como um pensamento crítico relevante, podemos perceber, especialmente ao olhar para a política brasileira, que a polarização não é um fenômeno que se baseia somente em extremos políticos antagônicos. Isso viria a requerer, por exemplo, que os governos petistas tivessem adotado políticas radicalmente de esquerda, ou liberais nos costumes, fato que não ocorreu. Somente assim as maiores forças do pensamento político do Brasil seriam o inverso completo um do outro. Adotando essa postura, discordo parcialmente da definição de polarização de Jenkins e Fletch (2019).

Outro ponto de discordância importante se refere ao trabalho de DiMaggio *et. al* (1996) no que tange um referencial teórico como parâmetro para a identificação de extremos. Um extremo só pode ser identificado a partir de um meio do caminho, um lugar comum, neutro. Ora, em qualquer contexto político, qual poderia ser o parâmetro teórico para delimitar o meio? Sendo a política uma ciência humana, a divisão de ideais não necessariamente resulta num meio termo. Falando de outra maneira, entre a posição de ser contra a censura, ou ser favorável à censura, não se encontra um meio termo na censura parcial, ou somente de determinadas atividades expressivas.

Indo em direção a uma definição de polarização encontramos, entre pesquisadores, a diferenciação entre polarização do público e polarização das elites, sendo que a polarização de um não necessariamente se desdobra na polarização do outro (Fiorina, 2008; Fiorina; Abrams, 2008). A polarização das elites refere-se aos atores políticos de maior relevância, enquanto a do público busca compreender se a população está polarizada ou não. Infelizmente, não dispomos de estudos quantitativos suficientes para analisar com afinco a polarização do público no Brasil. Tais pesquisas serão muito bem-vindas em nosso campo, devendo observar uma formulação e amostragem que dê a devida lisura para que a validação de seus achados seja possível.

Voltando para o caminho da análise, é importante frisar que o objetivo aqui não é desafiar os estudiosos da ciência política, e sim, compreender o que é polarização dentro do discurso de *O Estado de S. Paulo*.

5.8. POLARIZAÇÃO COMO UM SENTIDO

A polarização (FD7) é o último dos sentidos dessa análise, e dialoga com todos os anteriores, afinal de contas, ao dizer que o lulismo e o bolsonarismo são pólos extremos da política seria, minimamente esperado, ao menos, que ambos os agentes apresentassem características semelhantes dentro dos outros sentidos encontrados. Ora, o delírio bolsonarista é diferente do lulopetista, o mesmo se pode dizer da forma como são antidemocráticos, maus gestores e criminosos. Como podem eles, então, serem tão parecidos? É essa construção discursiva que tanto me interessa.

A Polarização é responsável por 9,51% dos acionamentos do bolsonarismo e 5,01% do lulopetismo. A Polarização é um sentido que pode ser atrelado a outros dos sentidos trabalhados anteriormente, sua unicidade, entretanto, é que existe na comparação de um agente com outro, ou seja, sempre que uma FD se refere a ambos os agentes, há o acionamento do sentido Polarização. Além do movimento de comparação, a polarização também é um sentido empregado quando um dos agentes é descrito como extremista ou radical, afinal de contas, como vimos, para que exista polarização é fundamental que haja também posturas extremistas ou radicais.

Começemos, então, pelo aspecto do radicalismo, pois, sem ele, a polarização não existe, afinal de contas, acirramento político e polarização são fatos distintos. Tanto o lulopetismo quanto o bolsonarismo são apresentados como radicais, contudo, por motivos distintos. Os bolsonaristas são radicais por suas posturas golpistas, difamatórias e, francamente, mentirosas:

Há vários outros casos que seguem o mesmo padrão. Eles revelam, antes de tudo, que o presidente da República e seus apoiadores mais radicais não sabem debater no mundo dos fatos, optando pela ilusão de que a permanente construção da fantasia lhes bastará para impor sem contradição a versão oficial do que quer que seja. (12 de agosto de 2019; T96, SD208, FD6, FD7)

A militância bolsonarista nas redes sociais, que hostiliza o que chama de “velha política” – uma miscelânea de fisiologismo, compadrio e corrupção –, antagoniza quem poderia apoiar o governo. Sem ser contida pelo seu líder, que, ao contrário, a atiza, mesclando palavras de ordem à comunicação oficial do governo, essa militância prejudica os esforços de entendimento feitos para obter apoio no Congresso. (15 de abril de 2019; T59, SD126, FD7 S11)

Bolsonaro também é visto como um radical dada sua forma de conduzir o país.

Em vez de colocar o seu governo a serviço de todos os brasileiros, o presidente Jair Bolsonaro aninhou-se numa ponta do espectro político, o que causa prejuízos não apenas internamente, mas também nas relações do Brasil com a comunidade internacional. (9 de setembro de 2019; T101, SD220, FD7)

Cresce a sensação – a esta altura quase uma certeza – de que o presidente não sabe o que fazer para reverter o quadro. Pior: as palavras e os atos do presidente e de alguns de seus ministros, quase sempre destinados apenas a excitar a militância bolsonarista nas redes sociais, contribuem para dificultar ainda mais qualquer entendimento político em torno de soluções viáveis para o País. (17 de maio de 2019; T69, SD150, FD2, FD3, FD5)

A própria relação de Bolsonaro com sua base social é apontada como um fator que reforça um processo de retroalimentação do radicalismo:

O presidente, em especial, parece perigosamente suscetível ao burburinho das falanges radicais do bolsonarismo, que tratam os parlamentares como inimigos e a política como coisa imunda. (T162, SD347, FD6, FD7)

A base radical bolsonarista está decepcionada com o presidente Jair Bolsonaro. A gota d’água foi a indicação do desembargador Kassio Marques para a vaga no Supremo Tribunal Federal. Assim que o nome do magistrado foi anunciado, as redes sociais bolsonaristas entraram em parafuso, e Bolsonaro chegou a ser chamado de “traidor”. Tudo porque Kassio Marques é considerado “petista” por ter sido nomeado pela presidente Dilma Rousseff em 2011 para o Tribunal Regional Federal da 1.^a Região. (13 de outubro de 20; T326, SD648, FD7)

Os lulopetistas, por outro lado, são retratados como isolados, dado seu radicalismo.

Houve apoio inclusive de vários deputados de oposição, o que, de quebra, ajudou a isolar ainda mais a esquerda corporativista radical formada pelo PT e por seus satélites, agarrados à pauta única do “Lula livre”. (12 de julho de 2019; T86, SD178, FD7)

Num ato falho na construção do lulopetismo como um agente radical a publicação chega a afirmar:

Ao se dizer “mais à esquerda” agora do que antes, Lula veste o figurino de “radical” – personagem que não condiz nem um pouco com a do político que, ao longo de quase toda a sua trajetória, não se furtou a negociar com quem quer que fosse, desde que isso o ajudasse a chegar ao poder ou a nele permanecer. (10 de outubro de 20; T119, SD254,FD7)

Essa constatação é interessante, pois reconhece uma das mais marcantes marcas dos governos Lula 1 e 2: a conciliação de classes. Desde a *Carta ao Povo Brasileiro*⁶⁶ de Lula essa se tornou sua principal postura política. Há de se destacar, por exemplo, que o PSOL nasce de um racha do PT à esquerda, quando, no início da primeira gestão Lula, foi aprovada uma reforma da previdência⁶⁷. Se o lulopetismo representa a extrema-esquerda onde ficam PCO, PSTU e PCB, por exemplo?

Chegando na polarização, retomo o que nasceu como uma hipótese no início do processo da pesquisa. Era um questionamento sobre a possibilidade de que em seus editoriais, o jornal criasse um discurso de polarização no qual o lulopetismo e o bolsonarismo seriam similares um ao outro. Quando elaborei tal hipótese, não havia realizado um levantamento sistematizado dos textos como esse que disponho agora. Portanto, a escolha de trazer a questão da polarização no trabalho é proposital, para que todos os outros sentidos possam ser lidos antes da forma como os agentes são comparados.

Abaixo apresento a forma como essa polarização é construída, num movimento de aproximação dos agentes:

Bolsonaro venceu a eleição justamente porque soube capitalizar esse fastio com o PT, mas seu governo faz, com sinais trocados, exatamente o que o PT fazia e que foi rejeitado pelo povo – sem aspas – nas urnas. (23 de maio de 2019; T74, SD160, FD7)

O que o PT fez não justifica, de forma alguma, os equívocos do atual governo. O presidente Jair Bolsonaro é único e integralmente responsável pelos seus atos. Se o sr. Lula da Silva não cumpriu sua promessa de respeitar a Constituição – de promover uma sociedade livre, justa e solidária –, isso não é pretexto para que o sr. Jair Bolsonaro se sinta menos obrigado a cumprir o solene compromisso assumido no dia 1º de janeiro deste ano.

De toda forma, o que ocorre hoje no País é continuidade do que se fez nos anos petistas, nos quais deliberadamente foi instalada e promovida a lógica antidemocrática do “nós” contra “eles”. Talvez seja essa a grande decepção do atual governo. Eleito para que a lógica petista não mais estivesse presente no Palácio do Planalto, Jair Bolsonaro a reproduz com sinal trocado. (21 de julho de 2019; T88, SD184, FD7)

⁶⁶ Carta ao povo brasileiro. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2010/02/cartaopovobrasileiro.pdf>>. Acesso em 9 de out. de 2023.

⁶⁷ Conheça a história do PSOL, protagonista nas eleições 2020. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/eleicoes/conheca-a-historia-do-psol-protagonista-nas-eleicoes-2020.6aed40cb97801fe019f9e13a303badace1ueohd0.html>>. Acesso em 9 de out. de 2023.

Tem razão o chanceler Araújo quando denuncia o atraso que representou a diplomacia lulopetista, mas o atual governo erra completamente quando pretende substituir aquela ideologia por outra, de sentido oposto, mas com semelhante perniciosidade. Esquece, também, que entre o governo ideologizado de Dilma Rousseff e o governo ideologizado de Jair Bolsonaro passaram-se dois anos e meio do governo sensato de Michel Temer. (Diplomacia medíocre, 14 de março de 2019; T47, SD100, FD4, FD7)

Para começar, deve parar de dividir o País entre “nós” e “eles” – isto é, deve parar de estimular a hostilidade contra os que dele discordam, como faziam os petistas. (28 de maio de 2019; T75, SD161, FD7)

A polarização, no entanto, não é algo positivo, na visão do jornal, pois acaba minando possibilidades de diálogo.

Não resta dúvida de que várias das ações do presidente Jair Bolsonaro e de membros do governo têm um nítido caráter desagregador, fomentando explicitamente a polarização e a divisão do País. Não deixa de ser estranho, no entanto, que muitos dos atuais críticos desse desmoronamento do tecido social e político operado pelo governo Bolsonaro tratem tal fenômeno como algo novo. Quem inaugurou, na história recente do País, esse modo perverso de governar foi o sr. Luiz Inácio Lula da Silva.

Não foi Jair Bolsonaro quem inventou o governo do “nós” contra “eles”. Ele simplesmente copiou o modelo petista, trocando o sinal. O que antes era dedicado aos “neoliberais” – tratados como se fossem a antítese de toda e qualquer preocupação com o interesse público, fomentadores da ganância privada e cúmplices de todas as injustiças sociais – foi agora dirigido aos “comunistas”, quando muito aos “socialistas” – que passaram a ser os grandes destruidores da moral, da economia e dos bons costumes do País. (21 de julho de 2019; T88, SD182, FD7)

Enquanto esquerdistas e direitistas se digladiam em sua guerra imaginária para salvar o Brasil uns dos outros, milhões de brasileiros vivem a dura realidade da falta de perspectiva e de respeito. (19 de agosto de 2019; T97, SD210, FD7)

O fenômeno que ocorre com as extremas, da esquerda e da direita, tem, no entanto, consequências daninhas para todo o País. Diante do inevitável fracasso de suas respectivas pautas, os apoiadores de cada lado tendem a aumentar seu extremismo, imaginando que a inoperância de suas agendas é causada pela aplicação mitigada ou imperfeita de suas propostas e ideias. Nessa lógica, a solução residiria em aumentar a intensidade do radicalismo - e esta é a melhor receita para extirpar da vida política e social do País qualquer vestígio de racionalidade. (9 de setembro de 2019; T101, SD218, FD7)

Mais do que danosa, a polarização é vista como um produto da estratégia política dos agentes, como se sua existência dela dependesse:

Nisso o PT encontrou em Jair Bolsonaro seu inimigo ideal. Desde os tempos de deputado do baixo clero, o hoje presidente se notabilizou por defender nada menos que a destruição – física, até – de seus oponentes. Bolsonaro elegeu-se presidente criando e explorando fake news em redes sociais para desmoralizar seus concorrentes, atualizando o conceito de “fazer o diabo” na campanha. (30 de outubro de 20; T337, SD669, FD7)

Se lulopetistas e bolsonaristas são extremistas e danosos para a política nacional, cria-se uma necessidade de ação, ainda em 2019, primeiro ano da gestão Bolsonaro. O jornal passa a lançar as bases de alguns debates que hoje, três anos depois, são amplamente conhecidos.

Tal polarização afasta interlocutores inteligentes e produtivos e leva os grupos militantes à infertilidade dos diálogos consigo mesmos, com drásticos prejuízos políticos, econômicos e sociais para todo o País. Diante desse cenário, impõe-se um diagnóstico lógico e cristalino: os problemas nacionais encontram-se desprovidos de resposta. E, caso o debate público continue interdito por grupos militantes extremistas, esses problemas permanecerão sem resposta.

O País precisa urgentemente de caminhos concretos, com propostas de curto, médio e longo prazos, para enfrentar os prementes desafios do crescimento econômico, do emprego, da educação, da saúde, do saneamento e de tantas outras áreas. Essas soluções não virão, no entanto, por passe de mágica. Elas são decorrência do estudo, do diálogo e da negociação - e os grupos militantes extremistas não estão dispostos a percorrer nenhuma dessas etapas. Esse é o grande drama da polarização - inviabiliza as soluções. (9 de setembro de 2019; T101, SD219, FD7)

Em 2019 muito pouco, ou quase nada, se falava sobre a tal terceira via, afinal de contas, para todos os efeitos eleitorais daquele período político, Lula continuaria preso e o PT, ao que os resultados indicavam, se tornaria menos relevante.

Chegamos, enfim, ao último ato político abrigado pelo período analisado. As eleições municipais de 2020. *O Estado de S. Paulo* é uma publicação de inserção nacional, mas, fisicamente, tem sua sede na cidade de São Paulo, a mais rica e populosa cidade do país. Naquele ano as eleições tinham 14 candidatos⁶⁸, o candidato do PT na cidade foi Jilmar Tatto, cuja campanha nunca decolou. Já o bolsonarismo estava organizado em torno de Celso Russomanno⁶⁹, que chegou a liderar pesquisas de intenção de voto⁷⁰. Porém, quando as urnas fecharam no domingo, 15 de novembro, foram para o segundo turno Bruno Covas, do PSDB, e Guilherme Boulos, do PSOL⁷¹.

Ou seja, tanto o candidato do lulopetismo quanto o do bolsonarismo não foram exitosos na corrida pelo Palácio do Anhangabaú. Sobre esse fato, no editorial “A política venceu”, a publicação afirmou:

⁶⁸ Candidatos a prefeito de São Paulo nas eleições 2020; veja a lista. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2020/noticia/2020/09/03/candidatos-a-prefeito-de-sao-paulo-nas-eleicoes-2020-veja-a-lista.ghtml>. Acesso em 10 de out. de 2023.

⁶⁹ Bolsonaro explicita apoio a Russomanno e diz que vai ajudar ‘no que for preciso’. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/eleicoes/bolsonaro-encontra-russomanno-e-diz-que-vai-ajudar-no-que-for-preciso/>. Acesso em 10 de out. de 2023.

⁷⁰ Datafolha: Celso Russomanno lidera a disputa pela prefeitura de SP com 29%. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/datafolha-celso-russomanno-lidera-a-disputa-pela-prefeitura-de-sp-com-29/>. Acesso em 10 de out. de 2023.

⁷¹ Covas e Boulos disputam 2º turno em São Paulo. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/11/15/covas-e-boulos-disputam-2o-turno-em-sao-paulo.ghtml>. Acesso em 10 de out. de 2023.

A debacle bolsonarista e lulopetista nas urnas, dois anos depois de terem protagonizado a polarização que enfiou o País numa crise moral sem precedentes, é uma ótima notícia para a democracia brasileira. Significa que a política tem tudo para recuperar o terreno que os arautos da antipolítica julgaram ter conquistado com a vitória de Bolsonaro. Significa, também, que o eleitorado aparentemente se cansou da gritaria, da leviandade e do cinismo, cujos protagonistas nada têm a oferecer a um País carente de rumo. Diante da devastação causada pela pandemia e ampliada pelo desgoverno de Bolsonaro, a política tradicional – que envolve uma disputa entre as melhores ideias, e não entre as mentiras mais descaradas – volta a ser valorizada. (17 de novembro de 20; T348, SD700, FD7)

Dois dias depois, em 17 de novembro, Lula anunciou apoio a Boulos na disputa pelo segundo turno⁷². A resposta da publicação veio em 29 de novembro, no editorial *É preciso olhar para a frente*, publicado no dia da votação que definiria o próximo prefeito de São Paulo. Reproduzo-o na íntegra:

O ex-presidente Lula da Silva declarou seu apoio ao candidato do PSOL à Prefeitura de São Paulo, Guilherme Boulos, nos seguintes termos: “Todos os eleitores e eleitoras que votam no PT, todos os eleitores que são de esquerda, todos os eleitores progressistas, todos que querem restabelecer a democracia no Brasil, têm agora o compromisso histórico de votar no companheiro Guilherme Boulos para prefeito de São Paulo”.

A declaração é espantosa – não por cobrar dos petistas o voto em Boulos, pois isso é problema dele e de seus devotos, mas sim por dizer que se trata de um voto para “restabelecer a democracia no Brasil”. Ora, quem disse que a democracia brasileira precisa ser “restabelecida”?

É essa visão lulopetista que envenena a democracia, tanto quanto o bolsonarismo que ela pretende antagonizar. Para o chefe do PT, se a esquerda não está no poder, então não há democracia. Felizmente, contudo, a campanha municipal em São Paulo tem dado provas de que a peçonha autoritária deu lugar à discussão sobre os problemas da cidade e sobre quem é mais competente para resolvê-los. À parte as rugas naturais de uma corrida eleitoral disputada, o que se tem são dois candidatos que se respeitam e ao eleitor.

Decerto a decepção e o cansaço com o populismo lulopetista e bolsonarista, medidos em pesquisas e evidentes no cotidiano do País, foram essenciais para reconduzir a democracia ao leito da política, em que as coisas não se resolvem no grito, mas no diálogo e na aceitação da legitimidade do adversário. Já não era sem tempo.

A declaração de Lula da Silva, contudo, só reforça a percepção de que a candidatura do sr. Boulos está atada a compromissos danosos à cidade e ao País. Por mais moderado que tenha se mostrado, o candidato do PSOL é hoje a esperança de restauração do poder de uma esquerda desmoralizada por escândalos cabeludos, grossa incompetência administrativa e truculência antidemocrática. O tal “compromisso histórico” de que fala Lula é tão falso quanto as juras de inocência do chefe petista.

É certo, portanto, que um eventual triunfo de Guilherme Boulos representaria um enorme retrocesso, pois daria sobrevida à empulhação lulopetista, sob a capa da

⁷² Lula declara apoio a Guilherme Boulos contra Covas em São Paulo. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/eleicoes/lula-declara-apoio-a-guilherme-boulos-contr-covas-em-sao-paulo/>. Acesso em 10 de out. de 2023.

renovação representada pelo PSOL – que, é preciso recordar, nasceu como dissidência radical do PT e continua fiel aos ideais retrógrados que o movem desde então.

É por essa razão que o melhor desfecho para São Paulo, na votação de hoje, seria uma vitória do atual prefeito, Bruno Covas (PSDB), que já deu demonstrações suficientes de sua seriedade e de sua racionalidade. Como afirmamos há uma semana neste espaço, o sr. Covas saiu-se razoavelmente bem do imenso desafio imposto pela pandemia de covid-19 e isso, por si só, o credencia a continuar à frente da Prefeitura. Nenhum dos outros candidatos teve essa experiência, tão necessária no momento em que a pandemia dá sinais de que pode recrudescer e quando ainda há muito a fazer para que a cidade volte ao normal.

Ademais, no cotejo de propostas, está claro que apenas um dos campos, o de Bruno Covas, trabalha mais ou menos dentro da realidade orçamentária; seu adversário insiste em oferecer ilusões ao eleitor, subestimando custos e inventando receitas onde não existem. Faz parecer que os problemas, a começar pelos sociais, podem ser resolvidos apenas com base na vontade.

São Paulo não pode se prestar a ser laboratório de experiências já testadas e fracassadas. Se isso já seria uma temeridade em condições normais, durante uma crise como a atual, que envolve múltiplas dimensões, seria simplesmente insano. A cidade tampouco pode servir de ringue para a rinha entre Lula da Silva e o presidente Jair Bolsonaro, que já esgotou a paciência do País.

É preciso olhar para a frente. A recondução do prefeito Bruno Covas hoje seria um poderoso símbolo da superação, ao menos no nível municipal, do antagonismo que ainda faz muito mal ao País e que reduz tudo a uma guerra insana entre o ruim e o pior. O choque da eleição de 2018 basta para que os eleitores tenham ciência do quão alto é o custo de um salto no escuro. (29 de novembro de 20; SD's: 710, 711, 712, 713, 714, FD3, FD4, FD5, FD7)

Esse editorial é de uma riqueza de construções absurda. Em primeiro lugar, chega o questionamento: se Lula não tivesse apoiado publicamente Boulos, a publicação também não conclamaria o voto em Covas? Além disso, acionando os sentidos de Má Gestão (FD3), Delírios (FD4) e Antidemocrático (FD7) busca desqualificar qualquer valor no apoio prestado por Lula. E, ao fazer esse movimento, a publicação revela muito sobre si mesma. Mais uma vez reforça sua visão liberal da economia, de como é a postura de um gestor, e acima de tudo, de como não tolera qualquer movimento do PT para defender sua agenda.

É difícil escrever sobre polarização sem levar em conta o que sabemos hoje. Temos conhecimento, empiricamente, para dizer o mínimo, que houve um esforço não apenas por parte de *O Estado*, mas da imprensa oligárquica como um todo de viabilizar um nome da chamada terceira via para o pleito de 2022. O que não aconteceu, mas, no dia após Bruno Covas ser eleito prefeito de São Paulo⁷³ a publicação saudou o fim da dita polarização entre lulopetismo e bolsonarismo:

⁷³ Bruno Covas, do PSDB, é reeleito prefeito de São Paulo. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2020/noticia/2020/11/29/bruno-covas-do-psdb-e-reeleito-prefeito-de-sao-paulo.ghtml>>. Acesso em 10 de out. de 2023.

A reeleição do prefeito Bruno Covas indica uma aposta na continuidade, sem aventuras orçamentárias nem mudanças radicais. O paulistano escolheu o caminho conhecido, pautado pela moderação e pela serenidade. Num país até recentemente marcado pela disputa extremista entre esquerda e direita, esse desfecho é um claro indicativo de que o tempo das aventuras passou. (30 de novembro de 20; T355, SD715, FD7)

5.9. A POLARIZAÇÃO DO DISCURSO DE *O ESTADO DE S. PAULO*

A polarização que está posta nos editoriais não é sobre a elite, e sim sobre o público. Com os movimentos feitos pelo então presidente Bolsonaro em direção ao apoio do centrão⁷⁴, fica paulatinamente mais nítido que as elites não estão polarizadas. Existe a oposição, mas o governo Bolsonaro continuava capaz de aprovar a maior parte de suas pautas prioritárias no Congresso, e o fazia por conta do apoio de um grupo que é caracterizado justamente por não ser firme em suas posições ideológicas. Assim, resta-nos a conclusão de que a polarização se refere ao público, aos eleitores, sendo esta de fato palpável ou não.

Como Costa (2019) demonstra em sua pesquisa, a polarização política no Brasil se encontra em um momento de maior acentuação. Através de marcadores sociais como classe, cor, gênero e religiosidade, o pesquisador desenvolveu dois índices para quantificar a polarização política no país. Os achados do autor são bastante interessantes, pois não é possível identificar uma polarização da opinião pública através de alguns marcadores como gênero ou religiosidade. Porém, em determinados casos, a cor ou a classe podem ser fatores de maior peso na análise.

Mais do que isso, no contexto brasileiro a polarização política não se divide entre lulopetistas e bolsonaristas, ou entre eleitores de esquerda ou direita:

A origem da polarização política está fortemente ancorada na diferença entre o petismo e o antipetismo. Os testes do Indicador de Polarização Política (IPP⁷⁵) e do alfa de Cronbach revelaram que esses dois grupos movimentaram-se diferentemente de 1997 a 2018. Há grande dispersão e baixa associação entre o petismo e o antipetismo, implicando na polarização política baseada nos sentimentos positivos e negativos acerca do PT. Em síntese, a sociedade está dividida entre pró-PT e anti-PT. (Costa, 2019, p. 93).

⁷⁴ 'Eu sou do Centrão', diz Bolsonaro ao ser questionado sobre Ciro Nogueira na Casa Civil. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/07/22/eu-sou-do-centrao-diz-bolsonaro-ao-ser-questionado-sobre-ciro-nogueira-na-casa-civil.ghtml>>. Acesso em 26 de julho de 2021.

⁷⁵ O IPP citado pelo autor é uma forma matemática e social de medir a polarização de acordo com determinados temas na sociedade, bem como suas mudanças. Ele é realizado através de duas medidas, a primeira, a dispersão, e a segunda, a associação de opiniões entre os grupos sociais.

Este achado nos traz a uma questão cuja resposta perpassa pelos fatos que anteriormente abordei. A polarização pelo partidarismo poderia, em teoria ao menos, gerar 33 polos distintos no Brasil e esse, obviamente, não é o caso. Assim, a polarização que discutimos em contexto nacional não se trata de falar sobre extremos, e sim sobre o que estava posto no poder durante 13 anos e a oposição a isso, ou seja, há uma relação de dualidade. O antipetismo, como sabemos, engloba os mais diversos partidos e atores políticos no Brasil, que não necessariamente convergem entre si.

O campo de estudos em comunicação tem suas particularidades, por isso, adotar um conceito de polarização advindo de outras áreas, como a ciência política, sem considerar o acúmulo teórico de nossa área é um tanto quanto equivocado.

Para propor uma definição de polarização que seja útil parto de três premissas que buscam solidificar as bases junto aos estudos de outras áreas, que certamente não devem ser dispensados.

Primeira premissa: o jornalismo constrói e reforça sentidos. Como Benetti (2008) defende, uma das possíveis óticas para analisar o jornalismo é vendo ele como um discurso estabelecido, inserido e reconhecido dentro da sociedade. Em direto diálogo com a obra de Charaudeau (2004, 2006), a autora aponta que o contrato de comunicação proposto pelo autor se aplica também ao jornalismo. Essa dinâmica confere ao jornalismo um estatuto de constante análise por parte do público. Assim, os discursos reverberados no jornalismo não necessariamente nascem nele, todavia nele podem se fortalecer e ecoar aos demais campos da sociedade.

Segunda premissa: o jornalismo, é, também, um negócio capitalista com interesses políticos. Segundo levantamento do *Media Ownership Monitor Brazil* de 2017, cinco famílias detém o controle de 26 dos 50 maiores veículos do país. Não é novidade, principalmente para estudiosos do campo, que tal modelo de distribuição tem implicações políticas também. A atuação da *Folha de S. Paulo* durante a campanha das Diretas Já!, ou a cobertura dada pelo SBT ao Governo Collor e a relação da Record com Jair Bolsonaro são indicadores de que essa aglutinação de poder acaba, intencionalmente ou não, tendo reflexos na política.

A própria força motriz do jornalismo, o interesse público, é turvo por conta dessa natureza empresarial que faz parte do jornalismo. Como Sartor (2016) explica:

A noção de interesse público tem emprestado legitimidade ao discurso e à ação de diferentes sujeitos e instituições sociais. Seu significado, contudo, só é “evidente” por força da ideologia: desde que se comece a problematizá-lo e examiná-lo à luz das teorias políticas e sociais, o efeito de transparência e naturalização que se produz sobre o termo desaparece. Constata-se, então, a

impossibilidade de defini-lo, ou, melhor dizendo, a multiplicidade de definições que não conseguem lograr um consenso quanto à sua validade nem estabelecer um critério objetivo de conceituação. Revestida por uma áurea mítica, a noção de interesse público – tão cara ao pensamento democrático – frequentemente serve a estratégias discursivas para justificar interesses privados e convencer o público a apoiar diferentes ideias, teses e projetos políticos. (Sartor, 2016, p. 228).

E, por fim, a terceira premissa, resultante das duas anteriores: o jornalismo, enquanto negócio capitalista capaz de fortalecer discursos, tem o poder de fazê-lo de acordo com seus interesses. É o *efeito de verdade* exposto por Charaudeau. Essa capacidade acabará, por fim, indicando que o uso do termo polarização é uma escolha consciente, pois é através da polarização que a discussão de uma terceira via se torna relevante.

Um indício de que a polarização pode não ser tão grandiosa quanto o demonstrado nos discursos jornalísticos pode ser encontrada na pesquisa Datafolha acerca da intenção de voto em 2022, divulgada em 9 de julho de 2021. No cenário estimulado, onde são apresentadas opções ao eleitor, Lula e Bolsonaro, líderes na intenção de votos, somam 71%. Contudo, no cenário espontâneo, onde não são apresentadas as opções, os candidatos fazem 45% das intenções, pouco acima dos 42% que afirmam não terem tomado uma decisão até o momento.

Realizada a discussão inicial acerca do que é a polarização para outros campos, e uma análise de discursos encontrados em *O Estado de S. Paulo*, proponho uma sistematização do conceito que possa permitir análises futuras acerca do momento em que vivemos. O objetivo aqui é, portanto, entender qual o sentido de polarização quando empregada nos editoriais deste jornal a partir da literatura da área e do *corpus* analisado.

Entender que a polarização no discurso jornalístico se trata de um emprego de termos de outras áreas, sem tanto compromisso com suas definições formais, é compreender que estamos falando, acima de tudo, de uma construção discursiva. Demonstrar esse processo de construção discursiva é um empenho que busquei demonstrar na presente pesquisa, fruto de diálogos e leituras amplas.

Assim, o sentido de polarização no discurso jornalístico de *O Estado de S. Paulo*, em diálogo direto com DiMaggio *et al.* (1996), Costa (2019) e Miguel (2019), é: o de (I) espécie de percepção coletiva em que opiniões divergentes acerca de um tema são apresentadas como as mais fortes; (II) momento de percepção, com função discursiva empregada por agentes em momentos de maior acirramento político; e (III) um processo construído em que os pólos são tomados como extremos um do outro.

Trocando em miúdos: a primeira parte da sistematização dialoga com o embasamento básico de que a divergência é o principal ingrediente para a receita de polarização. Sem

divergência, não há espaço para acirramento político, e sem acirramento político, não há polarização. Todavia, não apenas o acirramento é capaz de caracterizar a polarização, o que nos traz para a segunda parte da definição. A polarização precisa ser construída, precisa ser explicitada em termos práticos pelos mais diversos agentes da comunicação, e quiçá a própria construção desse discurso possa de fato se traduzir em maior polarização. Por fim, a terceira parte da polarização desafia o próprio significado da palavra. Quando falamos em pólos, é natural pensarmos em extremos, mas como vimos, esse não é necessariamente um fator relevante para que a percepção de polarização se constitua. Numa toada maquiavélica: não é necessário que os agentes políticos sejam extremistas, apenas que se possa fazer parecer que o são.

Esta sistematização acerca dos sentidos da polarização, pensada com aplicação aos estudos jornalísticos em nada desvalida a usada na ciência política, pois ela busca compreender as particularidades de nosso campo de estudo, em que afirmações, discursos e estratégias comunicacionais exercem um papel imprescindível na compreensão de nosso objeto de estudo: o jornalismo. Mais uma vez, a polarização é mais um *efeito de verdade* no discurso de *O Estado* do que uma categorização da ciência política.

Ao propor essa reflexão sobre polarização, tomando-a tanto como um discurso, quanto como uma percepção, busco colocar em jogo o papel do próprio jornalismo na sociedade. Retomando o pensamento de Benetti (2008), o jornalismo é, entre outras coisas, um discurso, e nele são construídos, fortalecidos e reverberados tantos outros.

Assim, a sistematização para análise que proponho perpassa por entender que dentro do contrato social da comunicação, os jornalistas podem intensificar a percepção de que vivemos um momento de polarização política, mesmo que isso não possa ser aferido por dados.

A minha proposição à pesquisa em comunicação no Brasil não busca encerrar uma discussão, pelo contrário, busca fomentá-la. O esvaziamento de um conceito não traz benefícios ou bases sólidas para a construção do conhecimento em nosso campo. Algumas vezes conceitos que são assimilados com demasiada facilidade e carência de reflexão acabam por tornar-se vazios de significado. Abrir a discussão é a única forma que temos para acumular saberes, através da ampliação das reflexões e dos conhecimentos, eis a esperança.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No dia 30 de janeiro de 2020 o editorial *O Coronavírus e os Dólares* foi publicado na tradicional página 3 de *O Estado de S. Paulo*, ele fala sobre os perigos econômicos do novo vírus, que começava a chamar a atenção do outro lado do mundo, na China. Em momento algum o editorial fala do potencial mortífero do vírus. Não busco fazer um movimento de moralismo humanista, mas esse fato me chamou a atenção para a forma como esse vírus, tão distante, tão desconhecido mudaria tudo.

Sob qual ótica eu vejo o mundo? Foi essa pergunta que me fiz um milhão de vezes durante os três anos em que fui um leitor e analista assíduo dos editoriais de *O Estado de S. Paulo*. A resposta para essa pergunta levará alguns anos de psicanálise para chegar, porém, a ótica de *O Estado* ficou bastante óbvia: é a da economia liberal.

Nesse sentido, há de se reconhecer que a publicação é extremamente coerente em seus editoriais, qualquer grupo que atente contra a implementação do *Estado Mínimo* será rechaçado e tido como ignorante. Quem fizer o contrário será louvado.

O bolsonarismo nunca pretendeu ter qualquer aptidão à democracia, e isso era, obviamente, sabido pela publicação. A questão central aqui é um movimento que já foi observado inúmeras vezes em outros períodos históricos: para vencer o fantasma do comunismo, vale tudo, inclusive se unir à extrema-direita. Não foi o primeiro grupo de liberais a fazer isso, e nem será o último.

A questão problema desta pesquisa foi: “**Como é caracterizada a polarização a partir dos sentidos construídos acerca de Lula e Bolsonaro nos editoriais de *O Estado de S. Paulo*?**”, para o período analisado temos uma resposta: são os sentidos de Expectativas, Despreparo, Delírios, Má Gestão, Antidemocrático, Associação Criminosa e Polarização. Este último como sentido em si e como resultante do interdiscurso presente nos demais núcleos de sentidos (FD’s).

Porém, como busquei demonstrar, existem nuances muito palpáveis neles. A forma como o lulopetismo é antidemocrático é diferente de como o bolsonarismo o é. Se a corrupção sistêmica do PT é um fato cristalino, no bolsonarismo é uma dúvida. Nos editoriais analisados, o pau que bate em Chico não bate em Francisco.

Com a luz de quem escreve três anos depois dos fatos, outro fato não pode deixar de ser citado: quando o lulopetismo foi derrotado nas urnas, ele foi para a oposição, no Congresso e nas ruas. Quando o bolsonarismo foi derrotado nas urnas ele tentou um golpe de Estado, destruindo as sedes dos três poderes.

Há uma predisposição positiva com o governo Bolsonaro, afinal de contas, existe ali um fiador que prometeu entregar as tão almeçadas reformas liberais, o *chicago boy*, Paulo Guedes. A publicação acreditou que ele seria a âncora moral do governo, mantendo Bolsonaro com o pé no chão. Porém, essa leitura tinha uma falha de pensamento bastante lógica: somente um lunático autoritário aceitaria ser fiador de outro.

Cada membro do governo eleito em 2018 só se concretizou nessa posição por anuência de Bolsonaro. Todos ali passaram por um crivo ideológico antes de serem nomeados. Aqueles que não eram fiéis ao seu pensamento caíram cedo, os que se ajoelharam e rezaram sua cartilha foram mantidos até o final.

Confesso que até 2018 nunca havia lido um editorial de *O Estado de S. Paulo*, muitas pessoas também não. Foi necessário que um deles viralizasse no falecido Twitter para que esse tipo de texto jornalístico chamasse minha atenção. Levando em conta que esse é o final de um ciclo, convido a quem lê para voltar ao começo desse interesse comigo.

O segundo turno da eleição presidencial vai opor duas candidaturas que se nutriram dos antagonismos que hoje parecem predominar na sociedade brasileira, à esquerda e à direita. Pela primeira vez desde a redemocratização do País, não haverá um candidato de centro na etapa final da disputa - ou seja, o eleitor, que tradicionalmente privilegiou a moderação, a despeito do calor das campanhas, optou pelos extremos, denotando seu fastio com a política tradicional depois de anos de sucessivos escândalos.

De um lado, o direitista Jair Bolsonaro (PSL), o truculento apologista da ditadura militar; de outro, o esquerdista Fernando Haddad (PT), o preposto de um presidiário. Não será nada fácil para o eleitor decidir-se entre um e outro.

No caso de Bolsonaro, mesmo o mais bem informado eleitor terá dificuldade em saber quais são suas propostas para tirar o País da rota do iminente desastre fiscal. Nas poucas vezes em que foi questionado sobre o assunto durante a campanha, em entrevistas ou debates, o ex-capitão gaguejou, apelou para frases feitas, com pouco sentido, e, por fim, acabou admitindo que é absolutamente ignorante em economia, indicando o economista Paulo Guedes, seu assessor na área, para responder por ele.

Mesmo Paulo Guedes, porém, foi bastante vago sobre os planos de governo, que mencionam genericamente um feroz plano de privatizações e a redução do tamanho do Estado. Quando Paulo Guedes inadvertidamente citou a possibilidade de ressuscitar a CPMF - o famigerado imposto do cheque -, foi prontamente desautorizado por Bolsonaro, que lhe ordenou silêncio absoluto até o final da campanha.

Com menos de dez segundos de propaganda eleitoral gratuita e ausente da maioria dos debates - por vontade própria e, depois, por ter sido vítima de um ataque a faca -, Bolsonaro investiu tudo nas redes sociais, ambiente normalmente interdito ao contraditório e propício ao discurso do ódio. Quem sabe agora, com tempo de TV igual ao de seu adversário e já recuperado da facada, Bolsonaro esteja mais disponível para submeter suas ideias, se é que ele as tem, ao escrutínio público.

Já as propostas do campo lulopetista são bem conhecidas de todos, pois foram essas ideias que lograram mergulhar o País numa profunda crise econômica, política e moral. Como não pôde se candidatar pela sexta vez à Presidência, por ter sido pilhado em grossas malfeitorias com dinheiro público, Lula da Silva viu-se obrigado a encontrar um regra-três. A escolha recaiu sobre Fernando Haddad, que docilmente cumpre o papel de porta-voz daquele presidiário, num aviltamento grosseiro do processo eleitoral. Todos os movimentos da campanha são planejados de dentro da cela de Lula da Silva na Polícia Federal em Curitiba - e até o programa de governo apresentado por Haddad se chama "Programa Lula".

Nesse conjunto de propostas está clara a disposição de fazer terra arrasada de tudo o que foi realizado até aqui pelo atual governo para estancar a crise gerada pela irresponsabilidade lulopetista, a começar pelo teto de gastos. Fala-se ainda em desfazer privatizações, restaurar o regime de exploração do petróleo que arruinou a Petrobrás e acabar com a reforma trabalhista, entre outras barbaridades. Tudo devidamente acompanhado da promessa - melhor seria dizer ameaça - de fazer “uma verdadeira refundação democrática do Brasil para recuperar a soberania nacional e popular”.

Como se vê, o eleitor estará diante de uma escolha muito difícil, e a campanha, que deveria servir para iluminar um pouco mais as propostas em jogo, provavelmente servirá para aumentar ainda mais os antagonismos, as indefinições e as confusões que, afinal, garantiram a passagem de Bolsonaro e Haddad para o segundo turno.

Resta esperar que eleitores e candidatos entendam, em algum momento, que não é possível governar com base no rancor. A escolha precisa recair naquele candidato que se dispuser a alcançar alguma forma de compromisso mínimo, com todas as principais forças políticas, para garantir a governabilidade e a estabilidade. Isso não significa lotear o governo pelo maior preço, mas privilegiar apoios consubstanciados em honestidade, decência e competência. É a permanente lembrança de que quem se eleger governará todo o País, e não apenas sua patota. (Editorial: Uma escolha muito difícil, 8 de outubro de 2018)

Esse texto me chamou a atenção profundamente, porque, mesmo eu não sendo o maior defensor da democracia burguesa, como pode ser difícil a escolha entre alguém que elogia a ditadura militar e um professor universitário de visão política centrista?

É por isso que o objetivo deste trabalho foi evidenciar o processo de construção discursiva de cada um dos atores, a curiosidade latente de entender essa lógica, tão alheia à minha, capaz de ver dificuldade onde eu via certeza. Nesse sentido, a pesquisa extensa que promovi, e agora se torna pública, caminhou para buscar compreender como esse processo acontecia, e, na verdade, acontece até hoje.

Mas esse trabalho não poderia se ater apenas à leitura dos textos editoriais, ele precisaria ir muito além. Por isso, o primeiro mergulho foi na história de *O Estado de S. Paulo*, uma publicação que hoje, afirmo, sem medo de estar errado, é elitista, conservadora e incapaz de enxergar qualquer fagulha de sucesso em uma política de responsabilidade social. Uma publicação que apaga de sua história o fato de que, como apontei, embasado na obra de Machado da Silva (2017), publicou nos seus classificados pessoas negras escravizadas como produtos. Uma publicação que, quando a primeira política de reparação ao povo negro foi introduzida no país, as cotas, protestou efusivamente contra em um texto editorial⁷⁶, e oito anos depois repete o argumento de que as cotas são um assistencialismo que pode baixar a qualidade do ensino superior⁷⁷. Uma publicação cuja criação remonta à elite cafeeira de São Paulo, cuja relevância

⁷⁶ Editorial: O que as cotas mascaram, de 9 de agosto de 2012. Disponível em:

<<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120809-43395-nac-3-edi-a3-not>>. Acesso em 19 de out. de 2023.

⁷⁷ Editorial: O novo perfil socioeconômico da USP, de 03 de agosto de 2020. Disponível em:

<<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20200803-46311-nac-3-edi-a3-not>>. Acesso em 19 de out. de 2023.

só existe por conta dos milhares de escravizados que foram os verdadeiros trabalhadores do país por séculos.

Igualmente importante foi a rememoração da trajetória do lulopetismo e do bolsonarismo, movimentos políticos com origens extremamente distintas. Um nasce de um movimento que levou décadas para ser construído, fruto de um trabalho proposital articulado por muitas mãos, o outro, um acidente histórico de quem estava no lugar certo, na hora certa.

E, no meio disso tudo, o jornalismo, e não qualquer jornalismo, o oligárquico, *mainstream*, de “referência”. Aquele cujo discurso é cristalino, que se vê apartado da política, mas que nela está contido intrinsecamente. Por isso, defendo que o jornalismo é um ato político, por ter um código de ética, valores, e acima de tudo, interferir diretamente na sociedade, não poderia ser qualquer outra coisa senão um ato político.

Essa compreensão me levou à discussão sobre o texto editorial em si, o lugar onde a opinião do veículo jornalístico é apresentada de forma explícita. Essa característica de carta aberta é também uma forma de admissão do papel político do jornalismo. Se não achasse que pode influenciar os rumos do governo e da população, qual seria a motivação de sequer escrevê-los? E, nesse sentido, os textos do *Estado* são especialmente ricos, pois são especialmente taxativos para o gênero. São uma sentença no tribunal da opinião da publicação.

Igualmente, nada poderia existir nessa pesquisa sem um curso metodológico estrito que foi adotado desde a concepção do trabalho. A Análise do Discurso de escola francesa é um campo amplamente explorado e ao qual entrego meus tributos sem a pretensão de fazer qualquer avanço. Há de se reconhecer, humildemente, que tantas pesquisadoras fizeram o campo avançar anteriormente e que não se pode lutar todas as guerras.

Durante a análise almejei manter uma postura mais sóbria, da qual, como se pode ler nas páginas que agora escrevo, abro mão para fazer as considerações finais do trabalho. Tanto a questão problema quanto os objetivos gerais e específicos deságuam em um caminho: a construção da polarização. É esse processo que tanto me fascinou nos últimos anos: como podem ser inversamente iguais agentes tão distintos? A resposta, creio, é: não podem.

Por esse motivo, nos editoriais se constrói uma noção que funciona discursivamente, mas que, quando confrontada com a realidade, não é capaz de se sustentar. O acirramento político entre as duas figuras políticas mais influentes das últimas três décadas do Brasil não é polarização, e poderia ser explicado sob tantas outras óticas, como, por exemplo, a familiaridade do eleitorado, o fato de ambos os agentes já comandaram o Estado, por exemplo. Essa missão, contudo, deixo para pesquisas do futuro.

O período da análise dessa pesquisa se encerrou em 2020, e termino de escrevê-la em 2023, então, há algo que pode pairar na imaginação de quem lê essa pesquisa depois de algum tempo com uma pergunta: e como foi a reação dos editoriais à vitória de Lula no pleito de 2022?

A resposta:

Jair Bolsonaro é o primeiro presidente da República que, tendo disputado a reeleição, não foi reconduzido ao cargo. A maioria do eleitorado rejeitou neste domingo um governo que se mostrou, desde o primeiro momento, conflituoso, desumano e assustadoramente destrutivo. Eleito em 2018 sob a bandeira do antipetismo e do combate à corrupção, Jair Bolsonaro mostrou-se incapaz não apenas de cumprir minimamente um programa de governo, mas de se portar como presidente da República em suas mais básicas exigências legais e cívicas.

Se é um imenso alívio pensar que o Brasil não terá, pelos próximos quatro anos, Jair Bolsonaro na Presidência da República, é preciso reconhecer que o resultado das eleições deste domingo está longe de desanuviar o horizonte nacional. Em primeiro lugar, o próximo governo de Luiz Inácio Lula da Silva é ainda uma imensa incógnita. A campanha eleitoral foi toda baseada em desqualificar o adversário. Mesmo os mais fiéis apoiadores petistas não sabem como será o novo governo do PT.

Em segundo lugar, a derrota de Jair Bolsonaro nas urnas não significa que o bolsonarismo acabou. Se essa campanha eleitoral serviu para algo, foi para mostrar como a mensagem de Bolsonaro continua tendo ressonância em muitos corações. Há parcela relevante da população que, por diferentes motivos, vê Jair Bolsonaro – o omissor na pandemia, o desprovido de programa de governo, o arruaceiro das eleições, o comprador de votos – como solução para o País.

A partir de janeiro de 2023, Jair Bolsonaro não estará na Presidência da República, mas o País continuará tendo de lidar com ele e seus apoiadores. Entre outros aspectos, isso traz enormes desafios para o debate público e para a composição de uma efetiva e responsável oposição ao PT, que será mais necessária do que nunca.

Depois de quatro anos de Jair Bolsonaro e de uma virulenta campanha eleitoral, o País precisa urgentemente de união e pacificação. Lula da Silva tem o dever de arrefecer os ânimos, de respeitar os vencidos e, sobretudo, de transmitir confiança a todos os brasileiros. Se há alguma dose de responsabilidade no PT, agora é a hora de mostrar ao País que os temores levantados por Jair Bolsonaro durante a campanha eleitoral – a respeito, por exemplo, de liberdade religiosa e de imprensa, de responsabilidade fiscal, de respeito aos reais interesses e valores das famílias, de proximidade com regimes autoritários – eram mentirosos.

A tarefa de pacificação nacional não começa no dia 1.º de janeiro de 2023. Começou domingo à noite. Esse dever inclui palavras respeitadas e serenas, mas envolve, sobretudo, ações. Muito da tão necessária paz virá quando o País souber qual será o plano de governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Ou seja, são necessários gestos e palavras, mas, sobretudo, é essencial responsabilidade, uma efetiva responsabilidade com o País.

Depois de seu partido ter se envolvido nos maiores escândalos de corrupção da história recente nacional, Lula da Silva – este é o grande resultado do governo Bolsonaro – ganhou um novo mandato. Não há dúvida de que essa constatação desperta imediato desânimo, como se o País se mostrasse incapaz de andar para a frente, enredado nas mesmas questões e nos mesmos nomes do passado. Eis o paradoxo das eleições de 2022: para resolver os problemas nacionais, o eleitor elegeu aquele que é um dos grandes artífices da atual crise social, política, econômica e moral.

A vitória de Lula está longe de representar uma solução para o País. Trata-se, na verdade, de um novo desafio, a exigir especial vigilância e renovada participação democrática. O PT tem um histórico marcadamente antirrepublicano, com aparelhamento político-ideológico da máquina estatal, conivência – para dizer o mínimo – com práticas de corrupção e negacionismo na condução de suas políticas públicas. Nesse cenário, a oposição responsável e democrática tem um importantíssimo papel a cumprir. E não nos enganemos: o bolsonarismo é incapaz de fazer isso. É preciso urgentemente um centro democrático e responsável. (Editorial: Lula tem o dever de arrefecer os ânimos, de 30 de outubro de 2022)

A leitura desse texto me remete diretamente ao primeiro editorial do *corpus* desse trabalho, publicado quando Jair Bolsonaro venceu as eleições de 2018. Façamos a comparação:

Tanto o presidente eleito Jair Bolsonaro como o candidato derrotado Fernando Haddad, tão logo o resultado da eleição presidencial foi conhecido, trataram de acalmar os ânimos da sociedade, bastante exaltados ao longo da campanha eleitoral, especialmente na reta final. Dado o nível da disputa, muito abaixo do que seria considerado civilizado, não surpreende que os dois contendores tenham sido incapazes de respeitar a etiqueta prevista para a ocasião - isto é, nem o candidato derrotado telefonou para o vencedor nem o vencedor mencionou o nome do derrotado ao fazer seu discurso da vitória. No entanto, Bolsonaro e Haddad, em seus discursos, reduziram em vários graus o tom belicoso da campanha eleitoral e conclamaram respeito às regras do jogo e prevalência do interesse nacional.

É evidente que há uma distância muito grande entre o discurso e a prática, mas, no momento, esses pronunciamentos servem de baliza para o comportamento da militância de parte a parte e também para enquadrar as expectativas do País, ajudando a desanuviar um pouco o clima de apocalipse que se instaurou há algumas semanas.

Bolsonaro fez dois discursos. O primeiro foi de improviso, feito para as redes sociais, ambiente no qual o eleito fez praticamente toda a sua campanha. Ali, pareceu dirigir-se a seus aguerridos simpatizantes, ao criticar a “grande mídia” e ao dizer que o País não podia mais “continuar flertando com o socialismo, com o comunismo e com o populismo” - numa referência ao PT, seu alvo predileto durante a campanha. Nem parecia que a campanha havia se encerrado.

Felizmente, o presidente eleito fez logo em seguida outro pronunciamento, este sim, dirigido ao conjunto da sociedade - quando então manifestou seu compromisso de ser “um defensor da Constituição, da democracia e da liberdade”.

A palavra “liberdade”, aliás, foi uma das mais repetidas por Bolsonaro: “O que ocorreu hoje nas urnas não foi a vitória de um partido, mas a celebração de um país pela liberdade. (...) Liberdade é um princípio fundamental. Liberdade de ir e vir, andar nas ruas em todos os lugares deste país. Liberdade de empreender. Liberdade política e religiosa. Liberdade de informar e ter opinião. Liberdade de fazer escolhas e ser respeitado por elas”.

A ênfase nas liberdades e no respeito ao Estado Democrático de Direito pareceu ser uma resposta à frequente acusação de que Bolsonaro flerta com soluções autoritárias - afinal, em sua carreira política, fez elogios à ditadura e a torturadores. Assim, é importante que Bolsonaro tenha se sentido na obrigação de reafirmar seu respeito à Constituição e aos primados da democracia, pois nada, nem agora nem no futuro, pode justificar a violação desses princípios.

O mesmo se pode dizer da oposição que o PT pretende liderar. O discurso de Fernando Haddad ao admitir a derrota fez constar as referências de praxe à prisão do chefe Lula da Silva e ao impeachment de Dilma Rousseff, por ele considerados atos de exceção, mas em seguida dirigiu-se a “todo o povo brasileiro”, ao dizer que “nós temos a responsabilidade de fazer uma oposição colocando os interesses nacionais (...) acima de tudo”. E Haddad acrescentou: “Vamos defender os nossos pontos de vista, respeitando a democracia, respeitando as instituições, mas sem deixar de colocar o nosso ponto de vista”.

É alvissareiro, vindo de um petista, que haja declarada disposição de fazer oposição pensando no interesse do País, e não, como é costume no partido de Lula da Silva, pensando nas estratégias eleitoreiras do demiurgo de Garanhuns. Quando diz que “daqui a quatro anos nós teremos uma nova eleição”, Haddad sinaliza à militância que deve respeitar o mandato conferido a Bolsonaro, coisa incomum em se tratando do PT, campeão de pedidos de impeachment quando esteve na oposição. Resta saber qual será a representatividade de Haddad no PT, pois, até onde se sabe, o partido continuará a ser dirigido de uma cela em Curitiba.

Vencido e vencedor parecem ter compreendido que o discurso de ódio, uma vez apurada a vontade soberana da Nação, levaria a uma perigosa ruptura. Atenderam, portanto, ao chamado da razão, também para não serem estigmatizados por uma Nação

que só deseja concórdia e prosperidade. (Editorial: Desarmando os espíritos, de 30 de outubro de 2018, T1)

Alguns elementos se repetem em ambos os textos: o desejo por conciliação, reconhecimento, ativação do sentido da polarização, rememoração de atos considerados antidemocráticos, cobrança por respeito às leis. E, no primeiro caso, cobrança de um plano econômico nítido.

Passados três anos do período da análise muitos dos sentidos encontrados e evidenciados nesta pesquisa podem ser percebidos, afinal de contas, discursos que buscam criar um consenso na sociedade não nascem do dia para noite, e se pautam em ideologias que os extrapolam, e, como ficou evidente, *O Estado*, é fiel à sua. Nesse sentido, o emprego da teoria e método da Análise de Discurso se apresenta como uma opção acertada para a observação dos sentidos através das paráfrases que evidenciam essa ideologia.

Entendo, e partilho do sentimento de que essa pesquisa poderia ter um *corpus* ainda maior, abrangendo todo o período dos editoriais, ou, até mesmo, outras publicações, todavia, a opção por uma delimitação temporal rígida se fez necessária em face ao limite de tempo de execução para uma dissertação de mestrado.

Um dos itens que não foram incluídos aqui merecem ser explicitados para que justiça seja feita. No sentido de fiscalização do poder, principalmente da gestão Bolsonaro, que governava o país durante o período da análise, *O Estado de S. Paulo* fez um trabalho exemplar. A publicação tem a legitimidade de ter revelado o escândalo do orçamento secreto⁷⁸, das joias recebidas por Bolsonaro⁷⁹ e também o do gabinete paralelo no Ministério da Educação⁸⁰. Diferentemente dos editoriais da publicação, não é meu objetivo dar uma sentença resolutive. O jornalismo tradicional cumpre uma importante função social, não há dúvidas sobre isso.

O ato de apontar contradições e condutas questionáveis em um veículo de imprensa em nada anula o reconhecimento de que ela possa fazer um bom trabalho. Foi graças à imprensa, principalmente durante a pandemia, que o país pôde acompanhar os dados do contágio pelo vírus, saber das medidas de precaução e fazer parte da pressão exercida no governo. Sem a

⁷⁸Orçamento secreto: Leia as reportagens do ‘Estadão’ que revelaram o esquema. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/politica/leia-todas-as-reportagens-sobre-o-orcamento-secreto/>>. Acesso em 19 de out. de 2023.

⁷⁹Estadão revelou esquema de joias doadas a Jair Bolsonaro investigado pela Polícia Federal. Disponível em: <[⁸⁰Propina em ouro, via bíblia e no pneu: entenda o escândalo dos pastores e ‘gabinete paralelo’ no MEC. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/politica/propina-em-ouro-via-biblia-e-no-pneu-entenda-o-escandalo-dos-pastores-e-gabinete-paralelo-no-mec/>>. Acesso em 19 de out. de 2023.](https://www.estadao.com.br/politica/estadao-revelou-esquema-joias-doadas-jair-bolsonaro-investigado-policia-federal-nprp/#:~:text=No%20dia%203%20de%20mar%C3%A7o.R%24%205%2C1%20milh%C3%B5es.>https://www.estadao.com.br/politica/estadao-revelou-esquema-joias-doadas-jair-bolsonaro-investigado-policia-federal-nprp/#:~:text=No%20dia%203%20de%20mar%C3%A7o.R%24%205%2C1%20milh%C3%B5es.>>. Acesso em 19 de out. de 2023.</p>
</div>
<div data-bbox=)

imprensa, e os manifestantes que foram às ruas, eu não teria quatro doses de proteção no meu organismo. Por isso, tenho orgulho em fazer parte desses dois grupos.

Agora, deixo de olhar o passado e miro no futuro. Uma inquietação nasceu enquanto fazia esta pesquisa, participava de aulas, conversava com colegas e professores/as. Uma inquietação que nasce da postura que apresentei sem receio a quem lê o trabalho: estou à esquerda de Lula. Muito à esquerda de Lula. E essa inquietação é: como o jornalismo pode superar o capitalismo que o condiciona a tantas posturas de interesses de grupos dominantes? Existe jornalismo após o capitalismo? Daqui a algumas centenas de leituras, quiçá eu possa esboçar uma resposta.

Porque a pesquisa é a eterna insatisfação, é a curiosidade que foi aberta na cabeça de um estudante cotista e que não se fecha. A pesquisa é, acima de tudo, um exercício de imaginação. E somente o que pode ser imaginado tem a capacidade de ser construído.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAM, Felipe; GADINI, Sérgio Luiz. Biografias de atores políticos brasileiros como estratégia editorial em cenários eleitorais. **Revista Compolítica**, v. 10, n. 3, p. 139-162, 2020.
- AGUIAR, Odílio Alves. A dimensão constituinte do poder em Hannah Arendt. **Trans/Form/Ação**, v.34, n.1, p.115-130. Marília, 2011.
- ALVES FILHO, Francisco. A autoria institucional nos editoriais de jornais. **Alfa**, v. 1, n. 50, p. 77-89. São Paulo, 2006.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Forense Universitária. Rio de Janeiro, 2007.
- AZAMBUJA, Darcy. **Introdução à Ciência Política**. Editora Globo, Rio de Janeiro, 1967.
- BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- BENETTI, Marcia. O jornalismo como gênero discursivo. **Galáxia**, São Paulo, n. 15, 2008.
- BENETTI, Marcia. Revista e jornalismo: conceitos e particularidades. *In*: TAVARES, Frederico Mello B.; SCHWAAB, Reges (org.). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013.
- BERTASSO, Daiane. **Jornalismo de revista e ethos discursivo: as imagens de si nas capas e nos editoriais de Veja, Época, Istoé e CartaCapital**. Porto Alegre: UFRGS, 2014.
- BERGER, Christa. Em torno do discurso jornalístico. *In*: NETO, Antonio Fausto; PINTO, Milton José (org.). **O indivíduo e as mídias**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.
- BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de Política**. 12 ed. Brasília: UnB, 2002. 1V.
- BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de Política**. 12 ed. Brasília: UnB, 2002. 2V.
- BOFF, Felipe. Muito além do editorial: a revista e suas opiniões. *In*: TAVARES, Frederico Mello B.; SCHWAAB, Reges (org.). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013.
- BORGES, André; VIDIGAL, Robert. Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras. **Opinião pública**, v. 24, n. 1, p. 53 - 89, 2018.
- BRITTES, Juçara Gorski; CARNEIRO, Dayana C. Barbosa; RUGGIERI, Ana Luísa. Bolsonaro X Haddad: a configuração da disputa de sentidos a partir de estratégias discursivas presentes nas fanpages dos candidatos durante a campanha à presidência. **Revista Compolítica**, v. 10, n. 1, p. 59 - 86, 2020.
- CHAPARRO, M. C., [s/d], “Jornalismo não se divide em opinião e informação”. *Apud* GUERREIRO NETO, Guilherme. Da opinião à identidade: características do editorial em dois jornais brasileiros. **Sobre Jornalismo**, v. 5, n. 2, p. 92-105, 2016.
- CHARAUDEAU, Patrick (2004). Gênero de discurso. *In*: CHARAUDEAU, Patrick;

MAINGUENEAU, Dominique (Org.). **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

CORNU, Daniel. **Jornalismo e verdade: para uma ética da informação**. Instituto Piaget, Lisboa, 1994.

DUARTE, André. Hannah Arendt e a modernidade: esquecimento e redescoberta da política. **Trans/Form/Ação**, v.24, s/n, p.249-272. Marília, 2001.

‘ESTADÃO’ tem novo diretor de ‘Opinião’. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral/estadao-tem-novo-diretor-de-opinio,70003827472>>. Acesso em 3 de out. de 2021.

FELIZARDO, Jéssica Tatiane Felizardo; MARTINS, Rafaela Werneck Arenari; ZAMBONI, Jéssio; CLARINDO, Adriely Oliveira. Hannah Arendt e a contradição sobre a questão negra. **Ecos**, v. 10, n.1. Campo dos Goytacazes, 2020.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais**. São Cristóvão: Editora UFS e Fundação Oviedo Teixeira, 2005.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias e outros textos**. Obras completas, volume 18. Companhia das letras, São Paulo, 1930 - 1936.
GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. 1991 *apud* MIGUEL, Luis Felipe. Jornalismo como sistema perito. **Tempo Social**, vol. 11(1), 1999. São Paulo: USP, 1999.

FURTADO, Thais Helena. **As lacunas de sentido no discurso jornalístico: do repórter ao editor da revista Veja**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

GONÇALVES DE OLIVEIRA, Hebe Maria. Marcas editoriais na Crise da Covid-19: Enfrentamento de Jornais Brasileiros a Bolsonaro na Condução da Pandemia do Novo Coronavírus. *In*: GONÇALVES DE OLIVEIRA, Hebe Maria; GADINI, Sérgio (org). **Jornalismo em tempo da pandemia do novo coronavírus**. Aveiro, Portugal: Ria Editoria, 2020.

GUAZINA, Liziane Soares; LEITE, Gabriela Guerreiro; SANTOS, Ébida. A normalização da agenda anti-gênero de Jair Bolsonaro: Uma análise dos jornais Folha de S. Paulo e Estado de São Paulo. **Sobre Jornalismo**, v. 10, n. 1, p. 44 - 61, 2021.

GUERREIRO NETO, Guilherme. Da opinião à identidade: características do editorial em dois jornais brasileiros. **Sobre Jornalismo**, v. 5, n. 2, p. 92-105, 2016.

GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. 1991. *Apud*: MIGUEL, Luis Felipe. Jornalismo como sistema perito. **Tempo Social**, vol. 11(1), 1999. São Paulo: USP, 1999.

GUILHERME, Cássio Augusto Samogin Almeida. A imprensa como ator político-ideológico: o caso do jornal O Estado de S. Paulo. **Dimensões**, n. 40, 2018.

HALL, Stuart. The work of Representation. *In*: HALL, Stuart. (org.). **Representation. Cultural Representations and Signifying Practices**. Sage: London, 1997.

MACHADO DA SILVA, Juremir. **Raízes do conservadorismo brasileiro: a abolição na imprensa e no imaginário social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017

LISBOA, Silvia. **Jornalismo e a credibilidade percebida pelo leitor: independência, imparcialidade, honestidade, objetividade e coerência**. 2012. 104 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação). Porto Alegre: UFRGS, 2012.

LISBOA, Silvia; BENETTI, Marcia. O jornalismo como crença verdadeira justificada. **Brazilian Journalism Research**, 11(2), p. 10–29.

MACHADO, Jorge Alberto Silva. MISKOLCI, Richard. Das jornadas de junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. **Sociologia & Antropologia**, v. 9, n. 3, p. 945 - 970. Rio de Janeiro, 2019.

MAZIERO, Pedro Oliveira. Análise de conteúdo sobre o conceito de “crime de responsabilidade” em editoriais do Estadão nos governos Dilma e Bolsonaro. Bauru: UNESP, 2022.

MELO, José Marques de. **História social da imprensa: fatores que retardaram a implantação da imprensa no Brasil**. Edipucrs, Porto Alegre, 2003.

MIGUEL, Luis Felipe. Jornalismo como sistema perito. **Tempo Social**, São Paulo, v. 11, n 1, 1999.

MONT’ALVERNE, Camila. A quem se dirigem os editoriais? Um estudo acerca de personagens e instituições mencionadas pelos jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 23, p. 7-34. Brasília, 2017.

MONT’ALVERNE, Camila; MARQUES, Francisco Paulo Jamil. A opinião da empresa no Jornalismo Brasileiro: Um estudo sobre a função e a influência política dos editoriais. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 12 n 1, p. 121-127. Florianópolis, 2015.

MORETZSOHN, Sylvia. “Profissionalismo” e “objetividade”: o jornalismo na contramão da política. **Biblioteca online de Ciências da Comunicação**, s/v, s/n, 2001.

NARVAES, Viviane Becker. O encarceramento em massa como política: um incômodo na narrativa lulopetista. *In*: SANTOS, Fabio Luis Barosa dos; PERRUSO, Marco Antonio; OLIVEIRA, Marinalva Silva (org). **O pânico como política: o Brasil no imaginário do lulismo em crise**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2020.

NAVA, Mariane. A imagem de Lula construída pelos editoriais do jornal O Estado de S. Paulo durante as campanhas presidenciais de 1989 a 2006. Curitiba: UFPR, 2017.

GHISLENI, Ana Cristina. **A palavra do jornal: a construção da política no espaço dos editoriais**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação). Porto Alegre: UFRGS, 2003.

- MARQUES DE MELO, José. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MARQUES DE MELO, José. **Estrutura do jornalismo: a questão dos gêneros**. In: MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo: compreensão e reinvenção. Teoria do jornalismo: identidades brasileiras**. São Paulo: Paulus, 2006. p. 67-75.
- O ESTADO DE S. PAULO. **HISTÓRIA DO GRUPO – DÉCADA 1870**. s/a, s/p, disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/historia-do-grupo/decada_1870.shtm^>; Acesso em 30 de jan. de 2022).
- ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 3.ed. Campinas: Pontes, 2001.
- PIERANTI, Octavio Penna; MARTINS, Paulo Emílio Matos. Nelson Werneck Sodré e “História da Imprensa no Brasil”: uma Análise da Relação entre Estado e Meios de Comunicação de Massa. **Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Brasília, 2006.
- REBOUÇAS, Héberl da Silva; COSTA, Débora Silva; SILVA, Larissa Sousa; GONÇALVES, Janayde de Castro; NASCIMENTO, Adannick Fontes.. Lula e Bolsonaro populistas? A visão de populismo dos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo em alusão aos dois presidentes brasileiros. **Revista Media & Jornalismo**, v. 22 n. 40, p. 121–140, 2022.
- REGINATO, Gisele Dotto. **As finalidades do jornalismo: o que pensam veículos, jornalistas e leitores**. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação). Porto Alegre: UFRGS, 2016.
- REIS, Daniel Aarão. Notas para a compreensão do Bolsonarismo. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 46, n.1, p. 1-11. Porto Alegre, 2020.
- RUSSEL, B. Il potere. Feltrinelli, Milano, 1972 *apud* BOBBIO, Norberto *et al.* **Dicionário de Política**. 12 ed. Brasília: UnB, 2002. 2V.
- SANTOS, Elias dos. **O conflito entre Folha de S. Paulo e Jair Bolsonaro : a credibilidade jornalística percebida pelos leitores**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.
- SARTOR, Basílio Alberto. **A noção de interesse público no jornalismo**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- SARTOR, Basílio. A noção de interesse público no jornalismo: dimensões conceituais. XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. **Anais**. São Paulo: SBPJor, 2018.
- SCHUDSON, Michael. **Descobrimo a notícia**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- SEIXAS, Lia. Redefinindo os gêneros jornalísticos: proposta de novos critérios de classificação. **LabCom**. p. 1-14, Covilhã, 2009.
- SERRA, Paulo. **A credibilidade da informação na web**. BOCC. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2006. *Apud*: REGINATO, Gisele Dotto. **As finalidades do jornalismo: o que pensam veículos, jornalistas e leitores**. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação).

Porto Alegre: UFRGS, 2016.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Mauad, Rio de Janeiro, 1999.

TAVARES, Camilla Quesada. O papel político do jornalismo: as “convicções” da Gazeta do Povo e a produção da notícia. **Revista Compólitica**, v. 10, n.2, p 167-192, 2020.

TORRES, Ana Paula Repolês. O sentido da política em Hannah Arendt. **Trans/Form/Ação**, v.30, n2, p.235-246. São Paulo, 2007.

8. ANEXOS

Anexo 1 - Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1Rbf3JmEzBQMZBWReUoeJMglwWhBd5eHa/view?usp=share_link>.

Anexo 2 - Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1EzksZIQGDT5MeVpuGw6TTY_DSSBp8gKK/view?usp=share_link>.

Em caso de dificuldade de acesso, envie um e-mail para eliashpsantos@gmail.com.